

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

PAOLA ANDRESSA SCORTEGAGNA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO PARA A TERCEIRA IDADE:
CONTORNOS, CONTROVÉRSIAS E POSSIBILIDADES**

PONTA GROSSA

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PAOLA ANDRESSA SCORTEGAGNA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO PARA A TERCEIRA IDADE:
CONTORNOS, CONTROVÉRSIAS E POSSIBILIDADES**

Dissertação apresentada à banca examinadora, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira

PONTA GROSSA

2010

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

S423p Scortegagna, Paola Andressa
 Políticas Públicas e a educação para a terceira idade : contornos,
 controvérsias e possibilidades / Paola Andressa Scortegagna.
 Ponta Grossa, 2010.
 185f.

 Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual
 de Ponta Grossa.
 Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira

 1. Terceira idade. 2. Educação permanente. 3. Políticas
 Públicas. 4. Inserção Social. 5. Gerontologia. I. Oliveira, Rita de
 Cássia da Silva. II. T.

CDD: 612.67

PAOLA ANDRESSA SCORTEGAGNA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO PARA A TERCEIRA IDADE:
CONTORNOS, CONTROVÉRSIAS E POSSIBILIDADES**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre na Universidade
Estadual de Ponta Grossa, Área de Educação.

Ponta Grossa, 10 de fevereiro de 2010.

Profa. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira
Doutora em Ciências da Educação e Filosofia
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profa. Dra. Regina Taam
Doutora em Educação
Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dra. Maria Antônia de Souza
Doutora em Educação
Universidade Tuiuti do Paraná

Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento
Doutora em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Dedico este trabalho a aqueles que me ensinaram os primeiros passos e que sempre estiveram presentes em toda minha caminhada. **Obrigada Mãe, obrigada Pai.**

AGRADECIMENTOS

A Deus por mais esta conquista, pois a alegria da chegada reflete a grandeza de cada esforço do percurso.

À minha pequena irmã, Pâmela, que sempre acompanhou minhas leituras e pesquisas, sendo companhia mesmo quando o sono era mais forte.

Ao meu irmão Tiago, que é meu personal técnico de informática, capaz de resolver todos os problemas tecnológicos deste trabalho.

Aos meus amigos, os mais antigos ou mais novos, enfim, aqueles que acreditam nos meus ideais e entenderam a importância deste trabalho.

Aos professores (Ademir, Cerri, Jefferson, Maria José) e colegas do Mestredu, pelos diálogos e pelos novos conhecimentos adquiridos.

Às professoras Regina, Maria Antônia e Maria Isabel, pelas contribuições preciosas e fundamentais durante a qualificação desta dissertação. Agradeço os questionamentos, apontamentos e reflexões.

À CAPES, pelo apoio financeiro, que permitiu uma dedicação exclusiva para a pesquisa acadêmica.

Aos idosos da UATI/UEPG, os quais foram presentes, amigos e especiais não apenas para este trabalho, mas para minha vida.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia, que desde a graduação tem compartilhado seu grande conhecimento e sabedoria, engendrando inquietações e indagações sobre a terceira idade. Seu olhar atento, dedicado e delicado na condução desta produção foi imprescindível na construção do nosso trabalho.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa. **Políticas Públicas e a educação para a terceira idade: contornos, controvérsias e possibilidades.** 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR. 2010.

RESUMO

O envelhecimento humano se desvela como um fenômeno mundial de grande repercussão e retrata um novo desenho demográfico, que está influenciando diretamente a estrutura social, política e econômica no Brasil. Hoje, segundo o IBGE (2008), cerca de 20 milhões de brasileiros são idosos (10,2% da população), e este grupo está continuamente crescendo e demandando mais ações e políticas para melhores condições de vida, além da seguridade de seus direitos elementares (cidadania, igualdade, saúde, educação, previdência, habitação, entre outros). Devido a crescente quantidade de idosos, surge a necessidade de novas investigações, não apenas nas ciências naturais, mas também nas ciências sociais e humanas. Assim, a presente pesquisa tem como problemática a inserção do idoso em um espaço educacional específico, em consonância com o que está prescrito e recomendado nas políticas públicas para este segmento, relacionado com a realidade educacional que o idoso vivencia na cidade de Ponta Grossa. O objetivo central desta investigação foi refletir sobre o processo de envelhecimento, evidenciando as políticas públicas voltadas para o segmento idoso, em especial às destinadas a educação na terceira idade. Esta pesquisa é qualitativa, e ocorreu em três etapas: a primeira voltada à revisão de literatura sobre o tema e a descrição e interpretação das políticas; a segunda, referente a pesquisa de campo, com a aplicação de questionários para 219 alunos da Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que se constitui como único espaço educacional específico para o idoso em Ponta Grossa; a terceira etapa refere-se a análise dos dados obtidos por meio de questões abertas e fechadas, tendo a dialética como método de análise. Concluiu-se que existem políticas públicas que garantem o acesso à educação, com metodologias, materiais e professores adequados para atender as necessidades do idoso, porém, ainda são poucas as ações que garantem o cumprimento destes direitos. Na cidade de Ponta Grossa, existem algumas ações voltadas para o assistencialismo, lazer e integração dos idosos, e destaca-se apenas a UATI, como um lugar de atendimento ao idoso, destinada preferencialmente ao objetivo da educação. O trabalho desenvolvido na UATI permite que este curso seja referenciado devido a sua importância, pois há atualização, elevação de auto-estima, melhoria na qualidade de vida, maior inserção social e cidadã do idoso.

Palavras-chave: Terceira Idade. Educação Permanente. Políticas Públicas. Inserção Social. Gerontologia.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa. **Public policies and the education for the third age: contours, controversies and possibilities.** 2010. 185 p. MPhil Dissertation (Master in Education) – Universidade Estadual de Ponta Grossa [State University of Ponta Grossa – Brazil]. Ponta Grossa, 2010.

ABSTRACT

Human aging is revealed as a worldwide phenomenon with wide repercussions, and portrays a new design population which is directly influencing the social, political and economic in Brazil. Today, according to IBGE (2008), about 20 million Brazilians are elderly (10.2% of the population), and this group is continually growing and demanding more action and policies for better living conditions, and the security of their rights elementary (citizenship, equality, health, education, welfare, housing, etc.). Due to the increasing number of elderly, there is the need for further investigations, not only in the natural sciences but also in the social sciences and humanities. Thus, this research is problematic insertion of the elderly in a specific area of education, in line with what is prescribed and recommended public policies for this segment, related to the actual educational experiences in the old city of Ponta Grossa. The main objective of this research was to reflect on the aging process, showing the public policies for the elderly segment, particularly to education for the elderly. This research is qualitative, and went through three stages: the first focused on the literature review on the subject and description and interpretation of policies, the second on the field research, with questionnaires to 219 students at the Open University for Seniors (UATI), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), which constitutes a single educational space specific to the elderly in Ponta Grossa, the third step refers to the analysis of data obtained through open and closed questions, with the dialectic as a method of analysis. It was concluded that there are public policies that guarantee access to education, methodologies, materials and teachers adequate to meet the needs of the elderly, however, few actions to ensure compliance with these rights. In the city of Ponta Grossa, there are some actions for the welfare, recreation and integration of the elderly, and stands just UATI, as a place of care for the elderly, preferably for the purpose of education. The work in UATI allows this course is referenced because of their importance, as there are updated, high self-esteem, better quality of life, greater social inclusion and citizen of the elderly.

Keywords: Elderly. Permanent Education. Public Policy. Social Inclusion. Gerontology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Porcentagem da população total com 60 anos ou mais em 2006.....	22
GRÁFICO 1: Pirâmides etárias: população mundial e população dos países desenvolvidos – 2006.....	24
GRÁFICO 2: Pirâmide etária dos países em desenvolvimento - 2006.....	24
GRÁFICO 3: Pirâmide etária dos países subdesenvolvidos - 2006	26
FIGURA 2: Previsão da porcentagem da população mundial com 60 anos ou mais para o ano de 2050	27
GRÁFICO 4: Pirâmide etária da população mundial - 2050.....	27
GRÁFICO 5: Pirâmide etária dos países desenvolvidos - 2050.....	28
GRÁFICO 6: Pirâmide etária dos países em desenvolvimento - 2050.....	29
GRÁFICO 7: Pirâmide etária dos países subdesenvolvidos - 2050	29
GRÁFICO 8: Pirâmides etárias da América Latina.....	30
GRÁFICO 9: Pirâmide etária da população brasileira – 1990-1995.....	32
GRÁFICO 10: Pirâmide etária da população brasileira – 2010-2015	33
GRÁFICO 11: Pirâmide etária da população brasileira – 2050	34
GRÁFICO 12: Pirâmides etárias - 60 anos ou mais e 80 anos ou mais	35
GRÁFICO 13: Pirâmide etária da população de Ponta Grossa - 2009.....	39
GRÁFICO 14: Sexo.....	137
GRÁFICO 15: Estado civil.....	138
GRÁFICO 16: Com quem mora	139
GRÁFICO 17: Domicílio em que reside.....	140
GRÁFICO 18: Quantidade de filhos	141
GRÁFICO 19: Idade	142
GRÁFICO 20: Escolaridade	144
GRÁFICO 21: Renda Mensal.....	146
GRÁFICO 22: Estado de saúde	147
GRÁFICO 23: Tratamento do idoso pela sociedade	149
GRÁFICO 24: Situação do idoso no Brasil.....	150
GRÁFICO 25: Relacionamento com a família	152
GRÁFICO 26: Atenção dos filhos.....	153
GRÁFICO 27: Apoio familiar para participar da UATI	154
GRÁFICO 28: Como soube da UATI.....	155

GRÁFICO 29: Motivos para freqüentar a UATI	156
GRÁFICO 30: O que mais agrada na UATI.....	158
GRÁFICO 31: Objetivos da UATI	159
GRÁFICO 32: Relacionamento na UATI	160
GRÁFICO 33: Dificuldades de relacionamento na UATI	162

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Países com maior proporção de pessoas acima de 60 anos.....	23
TABELA 2: Brasil - Esperança de vida ao nascer (1950-2050)	36
TABELA 3: Nascimentos, óbitos e crescimento vegetativo no Brasil	37
TABELA 4: População Residente em Ponta Grossa por Faixa Etária e Sexo, 2009.	38
TABELA 5: Sexo	137
TABELA 6: Estado civil.....	138
TABELA 7: Com quem mora	139
TABELA 8: Domicílio em que reside	140
TABELA 9: Quantidade de filhos.....	141
TABELA 10: Idade.....	142
TABELA 11: Escolaridade	143
TABELA 12: Tempo de aposentadoria.....	145
TABELA 13: Renda Mensal.....	146
TABELA 14: Estado de saúde	147
TABELA 15: Tratamento do idoso pela sociedade	149
TABELA 16: Situação do idoso no Brasil	150
TABELA 17: Aspectos que podem afetar a qualidade de vida	151
TABELA 18: Relacionamento com a família.....	151
TABELA 19: Atenção dos filhos	153
TABELA 20: Apoio familiar para participar da UATI	154
TABELA 21: Como soube da UATI	155
TABELA 22: Motivos para freqüentar a UATI.....	156
TABELA 23: O que mais agrada na UATI	157
TABELA 24: Objetivos da UATI.....	158
TABELA 25: Relacionamento na UATI.....	160
TABELA 26: Dificuldades de relacionamento na UATI.....	162

LISTA DE SIGLAS

CEDI	Conselho Estadual dos Direitos do Idoso
CNDI	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAPI	Fundação de Apoio à Pessoa Idosa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LOPS	Lei Orgânica de Previdência Social
MPS	Ministério da Previdência e Assistência Social
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
RENADI	Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa
SEED/PR	Secretaria Estadual de Educação do Paraná
SESC	Serviço Social do Comércio
SUS	Sistema Único de Saúde
UATI	Universidade Aberta para a Terceira Idade
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 ENVELHECIMENTO E VELHICE: VERDADES DESVELADAS DE UM FATO CONSOLIDADO	17
1.1 VELHICE E ENVELHECIMENTO	17
1.2 SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA DO IDOSO	21
1.2.1 A situação demográfica do idoso na América Latina.....	30
1.2.2 Aspectos demográficos da população idosa brasileira.....	31
1.2.3 Aspectos demográficos da população idosa em Ponta Grossa/Paraná	38
2 IDOSO: UM NOVO ATOR SOCIAL	42
2.1 ASPECTOS SOCIAIS DA VELHICE	43
2.2 SOCIOLOGIA DO ENVELHECIMENTO	50
2.2.1 Identidade do idoso: uma questão social	55
2.2.2 Autonomia e independência	56
2.3 ATORES SOCIAIS: IDENTIDADE SOCIAL DOS IDOSOS	59
3 EDUCAÇÃO: PRINCÍPIOS ELEMENTARES PARA A TERCEIRA IDADE	69
3.1 EDUCAÇÃO: PRINCÍPIOS E FINS	70
3.1.1 Educação permanente	75
3.2 EDUCAÇÃO NA TERCEIRA IDADE	79
3.2.1 Mito da incapacidade de aprender	84
3.2.2 Educação como possibilidade de mudança	85
3.2.3 Exercício da cidadania	87
3.2.4 Educação para uma melhor qualidade de vida	88
3.2.5 Educação numa sociedade globalizada	89
3.3 AÇÃO PEDAGÓGICA PARA A TERCEIRA IDADE	90
3.3.1 Analfabetismo.....	94
3.3.2 Gerontologia.....	96
4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NA TERCEIRA IDADE	98
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS	98
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DO IDOSO.....	100
4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS PARA A TERCEIRA IDADE	109
4.4 EDUCAÇÃO: DIREITO DE TODOS?	120

5 IDOSO E A EDUCAÇÃO: INSERÇÃO EM ESPAÇOS EDUCATIVOS	128
5.1 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO	131
5.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS.....	171

INTRODUÇÃO

Quando uma criança nasce, há a preocupação com inúmeros aspectos relacionados com seu crescimento e desenvolvimento. Pensa-se em como será a sua educação, sua juventude, sua profissão, sua família, suas relações pessoais. O desejo de êxito na vida adulta é indiscutível. Projeta-se uma vida longa e com muitas realizações. No ciclo das projeções, a criança cresce, torna-se jovem e depois adulto, porém, não se pensa na perspectiva da velhice.

O desenho de vida ideal, projetado, não inclui o envelhecimento. Culturalmente, não há a preparação para tornar-se idoso. As pessoas de um modo geral aspiram viver muito e com qualidade, porém nem sempre percebem que ao viver muitos anos chegarão à velhice.

Pensar a velhice causa determinados desconfortos, pois se refere diretamente à idéia de velho, e esta se remete a aquilo que é gasto pelo tempo, antiquado, desusado ou fora de moda. Logo, ao se considerar uma pessoa como velha, pressupõe inúmeros preconceitos, os quais são infundados, porém muito utilizados na sociedade brasileira.

Apesar de todos os preconceitos que revestem a velhice, nos últimos anos, esta faixa etária começou a ser percebida de maneira distinta no campo de pesquisa.

Todavia, durante muito tempo, pensar o idoso e a terceira idade como objetos de pesquisa, remetia diretamente a estudos no campo da saúde, como prevenção, controle ou possíveis soluções para determinadas patologias.

Hoje, percebe-se que o idoso está sendo incluído em pesquisas nas ciências humanas e sociais, devido ao crescimento contínuo e acelerado deste contingente, o que demanda novas ações e estudos.

Muitos autores, como Mosquera (1975), Salgado (1980; 2007), Moragas (1991; 2004), Oliveira (1999; 2007), Camarano (2004; 2008), Doll (2006; 2008), Ferrigno (2006), trazem como objeto de pesquisa o idoso, através de pesquisas que visam o reconhecimento deste sujeito social através da educação.

Nos últimos anos a estrutura demográfica mundial mudou, e estas alterações começaram a ocorrer nas últimas décadas, devido à redução da taxa de

mortalidade infantil, desenvolvimento na área de saúde, controle de mazelas (doenças epidêmicas e infecto-contagiosas), melhoria na qualidade de vida e aumento da expectativa de vida. Estas alterações ocorreram com a aplicação de políticas de bem-estar (Welfare State), as quais culminaram no período pós-guerra (1945) e resultou no aumento da população mundial, o que atualmente repercute num maior número de idosos (CAMARANO, 2004; BATISTA *et al*, 2008).

No Brasil, esta realidade também é evidente, pois o envelhecimento populacional já é considerado como um fato consolidado.

A população brasileira hoje é de aproximadamente 194 milhões de pessoas, segundo as projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008) para o ano de 2010. Há, em números absolutos, aproximadamente 20 milhões de idosos, o que representa em torno de 10,2% da população (PNAD 2008; ONU 2009). Isto significa, em média, que em cada 10 brasileiros, 1 é idoso.

Devido à quantidade de idosos que aumenta continuamente, há necessidade de novas pesquisas, também no campo das ciências humanas.

Assim, esta investigação, volta-se para as políticas públicas destinadas ao segmento idoso, que possuem um viés educacional, garantindo o acesso e permanência em programas e projetos de educação para este público, em nível micro, na cidade de Ponta Grossa.

Por meio deste trabalho, objetiva-se identificar quais são as principais políticas públicas para o idoso, dentre estas, quais garantem o direito à educação; refletir sobre o conceito de velhice e o processo de envelhecimento; contextualizar a situação demográfica das pessoas idosas no Brasil; identificar os programas de ações sociais de Ponta Grossa, tendo a educação para a terceira idade como meta; estabelecer o perfil dos alunos que freqüentam a UATI.

Em relação aos encaminhamentos metodológicos, estrutura-se esta investigação qualitativa, utilizando a dialética materialista para análise dos dados, considerando os movimentos e transformações na realidade, na qual o idoso se insere. Assim, busca-se entender o objeto real, na totalidade e complexidade, inserido no contexto histórico e social (CHEPTULIN, 2004).

Esta pesquisa se estruturou em três momentos: a) revisão bibliográfica sobre o tema velhice e descritiva sobre as políticas públicas para o idoso; b) aplicação de questionários com questões abertas e fechadas ao grupo de idosos da UATI; c) análise comparativa entre a realidade vivenciada pelos idosos, que foi

apontada nos questionários e o que se tem prescrito nas políticas e o que está fundamentado na teoria sobre velhice e envelhecimento.

A investigação se estruturou nestes três momentos, visando uma compreensão do todo, passando da teoria à realidade, fundamentada na práxis e nas contradições existentes, que geram movimento e apontam novas possibilidades, pensando numa perspectiva dialética.

Assim, esta dissertação está estruturada em 5 capítulos. O primeiro capítulo, “envelhecimento e velhice: verdades desveladas de um fato consolidado” apresenta uma discussão sobre os conceitos de velhice e envelhecimento, e traz apontamentos sobre as questões demográficas do idoso, que se traduzem num novo desenho demográfico, tanto em nível macro quanto micro.

O segundo capítulo, “idoso: um novo ator social” referencia os principais aspectos sociais da velhice, além de debater sobre a sociologia do envelhecimento, pontuando a importância da autonomia e independência para que o idoso se consolide como um ator social, capaz de fortalecer sua identidade pessoal, como também sua identidade de agente social.

O terceiro capítulo, “educação: princípios elementares para a terceira idade” trata dos princípios e fins da educação, numa perspectiva de totalidade. Faz-se referência à educação permanente, como fundamento principal para a educação voltada ao público da terceira idade. Neste capítulo também se aborda algumas questões específicas da educação para o idoso, salientando a superação do mito da incapacidade de aprender e entendendo a educação como possibilidade de mudança, exercício de cidadania, melhoria na qualidade de vida, além da preparação para uma sociedade globalizada. Fundamenta-se, em seguida, a ação pedagógica para a terceira idade.

O quarto capítulo, “políticas públicas para a educação na terceira idade”, traz as principais políticas públicas voltadas para o segmento idoso de modo geral, que asseguram os direitos elementares desta população. Neste capítulo, delimita-se as políticas específicas para os idosos, verificando dentre estas, quais apresentam em seu texto alguma referência ao direito à educação, ou que tem artigos específicos sobre este direito, como o Estatuto do Idoso (Lei 10741/03), como também se verifica nas políticas educacionais, quais mencionam o idoso, por meio de ações exclusivas para esta população que possui demandas educacionais próprias.

O quinto capítulo “idoso e a educação: inserção em espaços educativos” traz os encaminhamentos metodológicos da investigação e também a descrição e análise dos dados à luz dos referenciais apresentados no decorrer deste trabalho. Este capítulo tem por objetivo analisar o espaço educacional exclusivo do idoso na cidade de Ponta Grossa, a UATI, além de pontuar a relação entre o atendimento deste segmento e seu próprio discurso, após a intervenção da educação. Os idosos que participaram desta intervenção estão inseridos no referido espaço educacional.

Nas considerações finais, busca-se identificar os principais aspectos das políticas públicas para o idoso, tendo a educação como princípio elementar. Procura-se, também, um indicativo para que novas políticas públicas para esse segmento etário sejam implementadas, respeitando as necessidades e reivindicações desta população.

No decorrer desta investigação, tentou-se contribuir para um melhor entendimento das políticas públicas para a terceira idade, com um enfoque especial nas questões educacionais, além de uma aproximação maior das questões sociais da velhice e a própria vida do idoso.

1 ENVELHECIMENTO E VELHICE: VERDADES DESVELADAS DE UM FATO CONSOLIDADO

A terceira idade, nos últimos anos, vem assumindo cada vez mais um papel relevante na sociedade brasileira. Observa-se que o número de idosos, tanto em caráter relativo quanto absoluto, está aumentando continuamente, reforçando a quebra do paradigma da juventude populacional, pois o Brasil está envelhecendo. Segundo os dados do IBGE e da ONU, há cerca de 20 milhões de idosos, o que representa aproximadamente 10,2% da população brasileira.

Percebe-se, então, a necessidade de maior clareza do que representa a velhice e o próprio processo de envelhecimento, pois há atualmente um significativo número de idosos considerando também que, “os idosos do futuro próximo já nasceram” (CAMARANO; KANSO; LEITÃO e MELLO, 2004a, p. 27).

Neste primeiro capítulo, tem-se por objetivo discutir acerca da velhice e do envelhecimento, como também sobre a situação demográfica do idoso em nível mundial, regional, nacional e local.

1.1 VELHICE E ENVELHECIMENTO

Envelhecer é um processo inerente ao ser humano. Este evento ocorre diariamente, pois cada dia a mais que se vive, registra-se como um dia a mais de experiência, como também um dia a mais no processo de envelhecimento de cada indivíduo.

A sucessão de faixas etárias é considerada normal, uma vez que se inicia no nascimento, passando pela infância, adolescência, juventude e fase adulta. Mas, ao se perceber que o adulto está próximo ou incluso na velhice, muitos estigmas são sobrepostos à própria condição humana, trazendo desconfortos e desconfianças. Segundo Beauvoir (1990, p.8), “para a sociedade, a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar”.

O envelhecimento humano é um processo contínuo, o qual se inicia no feto e vai até a morte. Está diretamente relacionado a um processo biológico que envolve a deterioração progressiva das condições de saúde, e este resultando na diminuição da capacidade funcional do indivíduo. Mas, esta diminuição não depende apenas do avanço da idade, como também das características individuais, dos estilos de vida e das condições de trabalho (CAMARANO; PASINATO, 2008, p.7).

Como afirma Oliveira, “o envelhecimento deve ser encarado como um processo natural e não como uma doença terminal” (2002, p. 38). Assim, tornar-se mais velho não significa tornar-se inútil, porém, este ainda é o estereótipo de velhice, culturalmente aceito no Brasil.

O processo de envelhecimento pressupõe modificações gradativas no indivíduo, mas estas não significam impossibilidade ou até a invalidez. Tais transformações ocorrem no organismo, nas relações sociais e nos aspectos psicológicos desde o nascimento até a morte. Há progressivamente uma diminuição nas capacidades vitais, provenientes do envelhecer, porém a pessoa não se torna incapaz, a menos que tenha alguma patologia que acarrete algum comprometimento orgânico (FURTADO, 1997).

Desta maneira, se deve considerar o envelhecimento como um processo contínuo e não como um aspecto austero do desenvolvimento humano. Percebe-se que esta visão frente à velhice resulta em pessimismo, pois o fator mais forte a ser considerado é o declínio das capacidades do indivíduo. Conforme afirma Cícero (2009), existem quatro razões para que as pessoas considerem a velhice como aversível: afastamento da vida ativa; enfraquecimento do corpo; privação dos melhores prazeres; aproximação da morte.

Ultrapassar estes conceitos e estereótipos significa perceber a velhice frente a uma nova perspectiva. “É necessário, formar uma nova imagem em que se associa o velho e a velhice não à morte e à desesperança, mas a um processo de vida, que é natural, único e que expressa a singularidade de cada ser humano” (SANTANA; SENA, 2003, p. 52).

Não se pode ignorar que a velhice representa um aumento de dificuldades. Todavia, há que se considerar o fato de que as capacidades funcionais dependem de constante exercício para se manterem ativas e da possibilidade de se alimentarem de novos projetos. Nisto reside um dos maiores desafios da velhice: a negação dos idosos, pela sociedade, para se elaborar projetos de vida. Uma velhice

digna, do mesmo modo que uma vida digna é aquela repleta de projetos e apoiada nas virtualidades que permanecem latentes em todo indivíduo (ALMEIDA, 1998).

A condição atual da velhice ainda está entrelaçada a preconceitos historicamente e culturalmente criados, que se alimentam de novos estigmas e definem o idoso como um sujeito que não tem mais condições de crescimento.

Além dos conflitos e preconceitos enfrentados pelos idosos na sociedade, outra questão também merece ser mencionada: “o conceito de envelhecimento ou a definição de pessoa idosa não são objeto de consenso, seja na literatura especializada ou sociedade em geral” (BATISTA *et al*, 2008, p. 86), fator que alimenta ainda mais o preconceito.

Não há consenso na construção do conceito de velhice. É possível que os outros períodos vitais não tenham tantas disparidades e variações conceituais como a questão da velhice (FONTE, 2002). Para Beauvoir, “a velhice é o que acontece às pessoas que ficam velhas; impossível encerrar essa pluralidade de experiências num conceito” (BEAUVOIR, 1990, p.345).

Assim, percebe-se que a idade em que um sujeito é considerado idoso varia de acordo com o contexto cultural, social e histórico. Por exemplo, no oriente, o idoso representa sabedoria e conhecimento, embora já se começa a mudar esta representação. Porém, no ocidente, o idoso é associado à imagem de ultrapassado (REIS, 2005).

Partindo de um pressuposto legal, no Brasil, idoso é todo sujeito que tenha idade igual ou superior a 60 anos. Este corte etário está prescrito no Estatuto do Idoso (Lei 10741/03).

Para Oliveira (2001, p. 22), “a velhice é uma invenção social emergente da dinâmica demográfica, do modo de produção, da estrutura social vigente, das ideologias dominantes, dos valores e culturas preponderantes”.

Assim, o próprio conceito de velhice sofre alterações, dependendo do espaço e tempo em que está sendo discutido, como também sofre a influência direta das ideologias dominantes. Ao se analisar a imagem do idoso nas sociedades capitalistas, se percebe que esta é marcada por significações pouco aprazíveis (SANTANA; SENA, 2003). Segundo os mesmos autores, “a valorização do novo e a associação do jovem ao belo caracterizam o velho como fora de uso, que não tem serventia, referências nada favoráveis aos estagiários dessa fase de vida” (SANTANA; SENA, 2003, p. 46).

Assim, a convivência com a diferença torna-se ainda mais complicada em uma sociedade que normatiza, classifica, regula, hierarquiza e exclui para manter o poder absoluto e o controle, por meio de uma faceta sedutora que reprime e manipula através do desejo (KÜHNER, 2001).

Nesta sociedade que visa o novo, o moderno, o melhor e o mais lucrativo, o idoso depara-se com desafios maiores que a própria existência. Diariamente estes sujeitos precisam se auto-afirmar, pois são cotidianamente censurados pelo simples fato de serem mais velhos que os demais integrantes da sociedade.

E dentro do em que o idoso está inserido, nota-se que “um aspecto importante da estigmatização é que o indivíduo estigmatizado pode incorporar, à sua identidade, o atributo negativo, o qual pode vir a constituir-se em uma característica de sua auto-imagem e auto-estima” (SANTANA; SENA, 2003, p. 47).

O idoso frente a esta situação permanece na dicotomia entre viver mais e ser considerado útil. Neste contexto, o próprio indivíduo não acredita nas suas capacidades de realização e considera-se como um peso na sociedade.

Percebe-se que os próprios discursos científicos tendem a emoldurar certo modo de viver a velhice, embutindo normalização e regras cerceadoras do processo de ser e de estar em envelhecimento, sem considerar condições culturais definidoras das próprias gerações (STANO, 2007, p.9).

O idoso se sente cercado pelas concepções sobre a velhice. A maneira de agir e pensar são pré-estabelecidas, limitando as possibilidades de ação e atividades na terceira idade. Pois, a velhice é considerada como “época de declínio físico e mental” (OLIVEIRA, 2002, p. 38). Todos os indivíduos considerados como idosos são percebidos de forma estereotipada e considerados como sofrendo enfermidades, solidão, tristeza e abandono.

Limitar o processo de envelhecimento a um fator cronológico, além de reducionista desconsidera toda a trajetória e a capacidade do idoso, limitando pensamentos e ações pelo fator mais crítico a ser considerado: a idade. Assim, “reduzir um jovem ou um idoso apenas à sua idade ou geração é deixar de nela descobrir sua humanidade” (KÜHNER, 2001, p.7).

Destarte, como afirma Beauvoir (1990, p.20), a velhice não poderia ser compreendida senão em sua totalidade; ela não é somente um fato biológico, mas também um fato cultural.

1.2 SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA DO IDOSO

O processo de envelhecimento é uma tendência mundial, a qual vem alterando a estrutura demográfica global, em especial nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Este fenômeno não é apenas encontrado nas estatísticas populacionais, é um fato consolidado na sociedade atual.

Devido à expansão do número de idosos em todo mundo, vários organismos internacionais vêm se preocupando e realizando estudos acerca deste processo, podendo se destacar a Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial e Organização Mundial de Saúde (OMS).

Segundo a OMS,

o envelhecimento da população é um fenômeno global que exige ação local, regional, nacional e internacional. Em um mundo cada vez mais interligado, a omissão para lidar, de um modo sensato e em qualquer parte do mundo, com o imperativo demográfico e as mudanças rápidas nos padrões de doenças, terá conseqüências políticas e socioeconômicas em todos os lugares (WHO, 2005, p. 45).

Desta maneira, é necessário conhecer primeiramente este fenômeno para que se possa ter uma visão ampla do processo de envelhecimento, tanto nos níveis internacional, nacional, regional como local. Este processo tem repercussões diretas no cotidiano, tanto de pessoas que já ingressaram na terceira idade, quanto de todas aquelas que potencialmente ingressarão.

Atualmente, há cerca de 759 milhões de idosos no mundo, isto significa que para cada grupo de 9 pessoas, há aproximadamente 1 pessoa com 60 anos ou mais (ONU, 2009). Em todo o mundo, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais está crescendo mais rapidamente que a de qualquer outra faixa etária, com um crescimento médio de 2,44% ao ano (ONU, 2009). Entre 1970 e 2025, espera-se um crescimento de 223% ou em torno de 694 milhões, no número de pessoas mais velhas (WHO, 2005, p. 8).

Os idosos mais velhos, aqueles com 80 anos ou mais, representam atualmente aproximadamente 13% da população idosa e 1,5% da população mundial (105 milhões). Em 2050, a proporção destes idosos será de 20% da

população idosa. Atualmente, há cerca de 492 mil centenários. Em 2050, este número irá crescer consideravelmente, passando a marca de aproximadamente 3,7 milhões de centenários no mundo (ONU, 2008).

Conforme o mapa a seguir, pode-se perceber a atual distribuição da população idosa no mundo. Destacam-se os países que possuem uma porcentagem de idosos entre 10 e 19% (laranja) e os países com uma porcentagem entre 0 e 9% (amarelo). O Brasil, no ano de 2006 ainda estava incluso no grupo de países com a população relativa de idosos entre 0 e 9%.

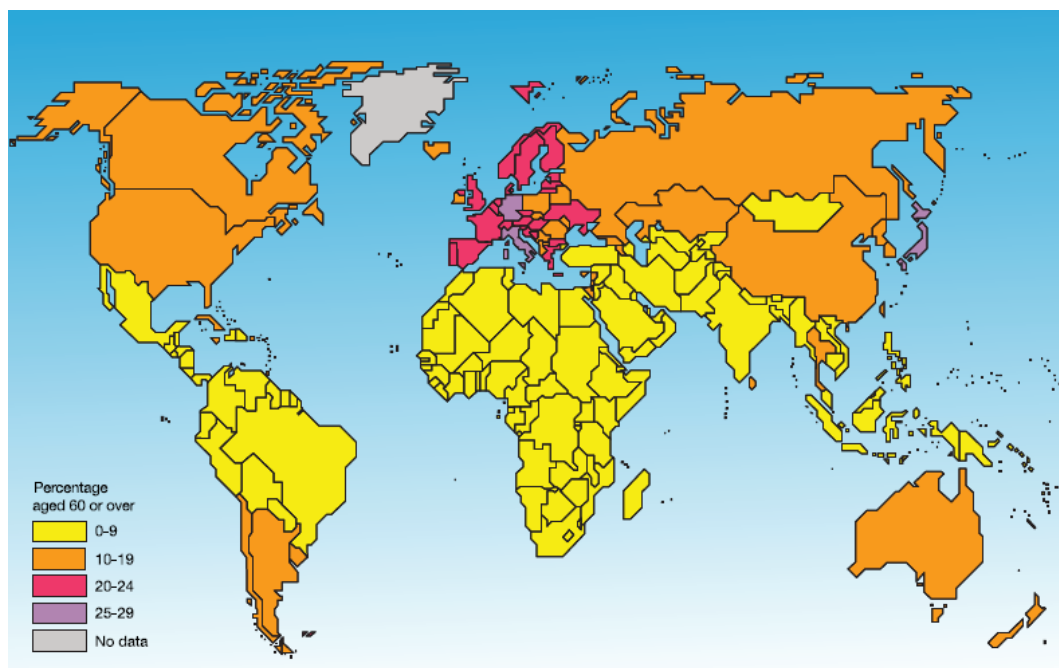


FIGURA 1: Porcentagem da população total com 60 anos ou mais em 2006.

Fonte: ONU, 2006

Por meio do referido mapa, torna-se claro que países desenvolvidos já estão num processo mais avançado de envelhecimento da sua população. Este processo deu-se de maneira mais lenta e progressiva nestes países, uma vez que os investimentos na melhoria da qualidade de vida¹, os quais repercutiram na diminuição da taxa de mortalidade infantil, novos medicamentos e controle de epidemias e moléstias, começaram a ocorrer no início do século passado.

¹ Para saber mais ler: MARTINS, C. R. *et al.* Avaliação da qualidade de vida subjetiva dos idosos. **Estudos interdisciplinares do envelhecimento**, Porto Alegre, v. 11, p. 135-154, 2007.

A qualidade de vida entende-se como

uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p. 8).

As melhorias na qualidade de vida permitem nos dias atuais uma porcentagem elevada de idosos nestes países, como pode se observar na tabela a seguir:

TABELA 1: Países com maior proporção de pessoas acima de 60 anos

País	Porcentagem
Japão	27.9
Itália	26.4
Alemanha	25.3
Suécia	24.1
Grécia	23.4
Áustria	23.3
Bulgária	22.9
Bélgica	22.9
Letônia	22.8
Portugal	22.8

Fonte: ONU, 2007.

Nos referidos dados pode-se notar que a proporção de idosos nos países desenvolvidos continua crescendo. Nestes países atualmente, a cada grupo de 4 pessoas, 1 é idosa, ou seja, tem idade igual ou superior a 60 anos.

Como o processo de envelhecimento da população ocorrido nos países desenvolvidos não se deu da mesma maneira nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, a pirâmide etária mundial ainda mantém sua forma. Porém, é indiscutível que a quantidade de idosos é bastante significativa.

Ao se comparar a pirâmide etária mundial com a pirâmide etária dos países desenvolvidos percebe-se que a segunda revela um desenho demográfico diferente, pois o processo de envelhecimento nestes países é uma realidade concreta. Estes dados podem ser visualizados nas pirâmides a seguir.

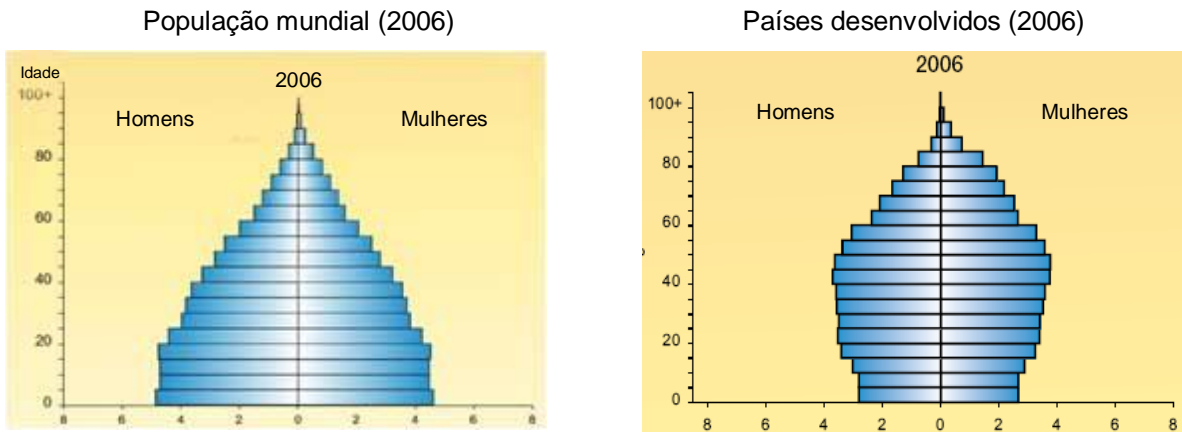


GRÁFICO 1: Pirâmides etárias: população mundial e população dos países desenvolvidos (2006)

Fonte: ONU, 2006.

Nos países em desenvolvimento o processo de envelhecimento está ocorrendo de maneira acelerada. Nos últimos anos, percebe-se que nestes países os índices do envelhecimento estão crescendo rápida e continuamente. Neste grupo de países, pode-se destacar o Brasil, que já se encontra entre os 10 países com a maior quantidade absoluta de idosos (IBGE, 2008).

Conforme se pode observar na pirâmide etária dos países em desenvolvimento, a faixa etária de pessoas com 60 anos ou mais apresenta uma expressiva proporção. Observa-se também, que o crescimento da faixa etária entre 0 e 20 mantém-se estável, o que em alguns anos significará novas alterações na demográfica destes países.

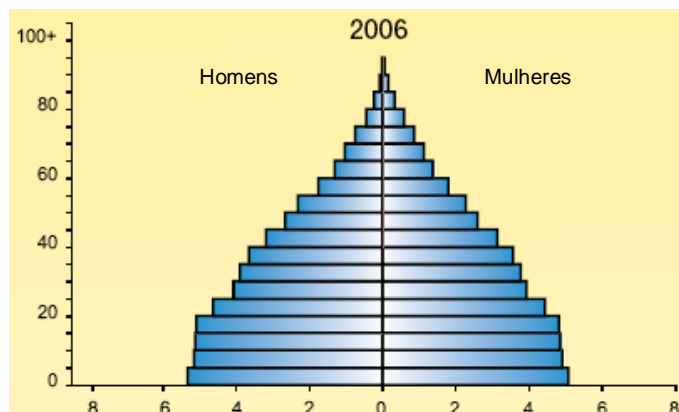


GRÁFICO 2: Pirâmide etária dos países em desenvolvimento - 2006

Fonte: ONU, 2006.

A realidade do envelhecimento nos países em desenvolvimento traz consigo algumas preocupações. Estes países estão envelhecendo antes mesmo de alcançar o desenvolvimento econômico e social. Como afirmam Ramos, Veras e Kalache (1987),

as características principais desse processo de envelhecimento experimentado pelos países do Terceiro Mundo são, de um lado, de o fato do envelhecimento populacional estar se dando sem que tenha havido uma real melhoria nas condições de vida de uma grande parcela dessas populações, e de outro lado, a rapidez com que esse envelhecimento está ocorrendo (p. 211).

Nestes países além do envelhecimento acelerado há vários outros problemas sociais como os altos índices de desemprego, proteção social deficiente, além da saúde e educação com problemas graves.

Este processo de envelhecimento acelerado² está ocorrendo devido às mudanças sociais e avanços tecnológicos que modificaram significativamente a vida da população. No período pós-guerra, algumas políticas sociais influenciaram o desenho da sociedade. Pode-se destacar o estado de bem-estar, que mesmo sem ter alcançado todos os seus objetivos e ter apresentado problemas estruturais, modificou consideravelmente a organização social, através de incentivos a propagação de cuidados médicos a população. Aliados a estas políticas, avanços científicos e tecnológicos, estudos e desenvolvimento de novos medicamentos e vacinas, controle de doenças e novas exigências do mercado, culminaram na diminuição da mortalidade, tanto infantil quanto nas outras etapas de vida.

Segundo Camarano (2002, p. 1),

o crescimento relativamente mais elevado do contingente idoso é resultado de suas mais altas taxas de crescimento, em face da alta fecundidade prevalecente no passado comparativamente à atual e à redução da mortalidade. Enquanto o envelhecimento populacional significa mudanças na estrutura etária, a queda da mortalidade é um processo que se inicia no momento do nascimento e altera a vida do indivíduo, as estruturas familiares e a sociedade.

² O processo de envelhecimento acelerado está ocorrendo principalmente nos países em desenvolvimento, pois a parcela da população que integra a terceira idade vem crescendo rapidamente nos últimos anos.

Nesta nova sociedade que estava se formando, por meio de novas exigências econômicas, as mulheres começaram a ingressar no mercado de trabalho de maneira significativa, o que resultou num menor tempo para afazeres domésticos e nas últimas décadas, como decorrência a diminuição da média de filhos por casal.

Os países subdesenvolvidos, por se tratarem de economias com elevados índices de pobreza e miséria, baixíssimos níveis de índice de desenvolvimento, além dos grandes problemas sociais, epidemias e altas taxas de mortalidade, ainda não possuem um processo de envelhecimento populacional consolidado. Esta realidade pode ser observada por meio da pirâmide etária a seguir:

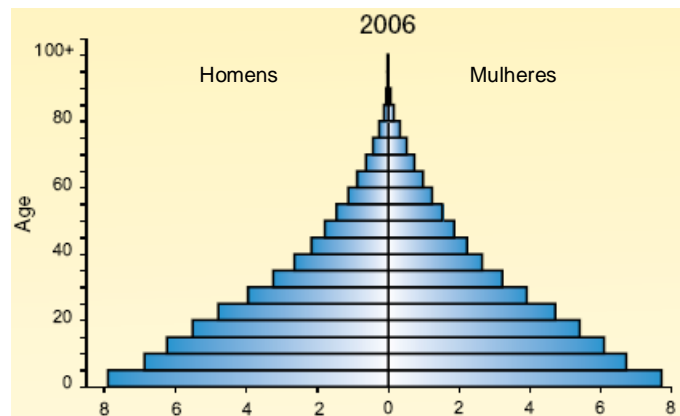


GRÁFICO 3: Pirâmide etária dos países subdesenvolvidos - 2006

Fonte: ONU, 2006.

Muitas ações vêm sendo realizadas ao redor do mundo, em busca de melhoria nas condições de vida, tendo mais destaque as que ocorrem em países mais desenvolvidos. Porém, muitas forças-tarefa lideradas por organismos internacionais vêm sendo desenvolvidas, em especial nos países subdesenvolvidos, o que num futuro próximo também repercutirão em melhoria da qualidade de vida e no envelhecimento da população destes países.

Segundo as projeções da ONU, existirá em 2025 um total de aproximadamente 1,2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos. Até 2050 haverá dois bilhões de idosos, sendo 80% nos países em desenvolvimento. No mapa a seguir, é possível verificar a distribuição das pessoas com 60 anos ou mais no ano de 2050.

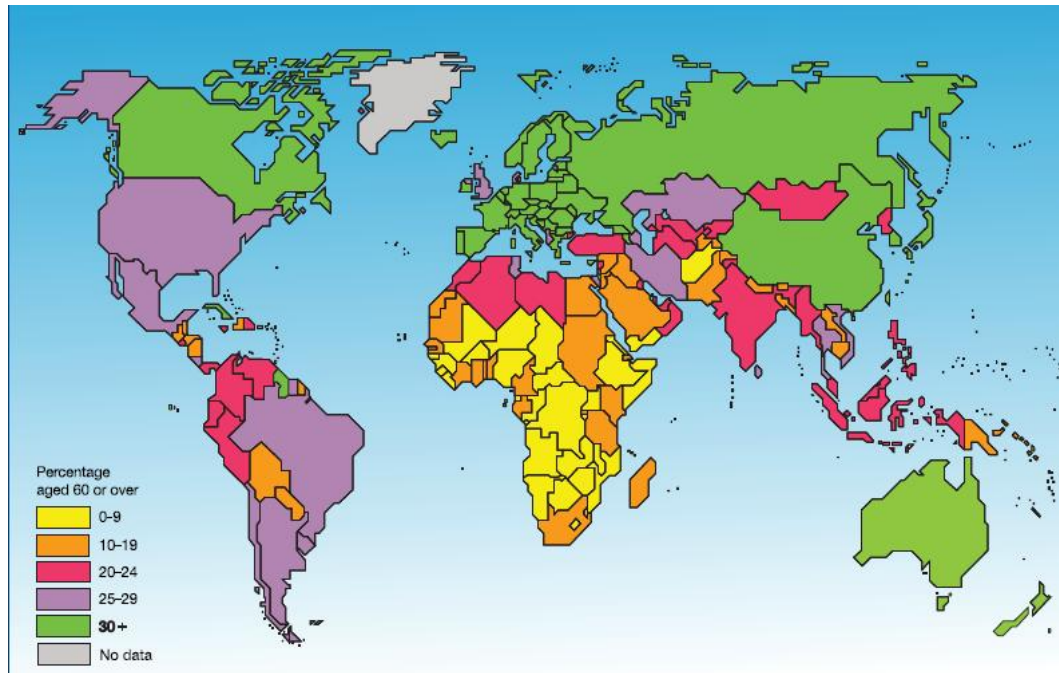


FIGURA 2: Previsão da porcentagem da população mundial com 60 anos ou mais no ano de 2050

Fonte: ONU, 2006

Em 2050, pela primeira vez na história mundial, a população idosa será maior que a população de 0 a 14 anos. Neste mesmo ano, 1 em cada 5 pessoas terá 60 anos ou mais (ONU, 2008).

A pirâmide etária da população mundial a seguir, revela que a situação demográfica sofrerá significativas mudanças nas próximas décadas.

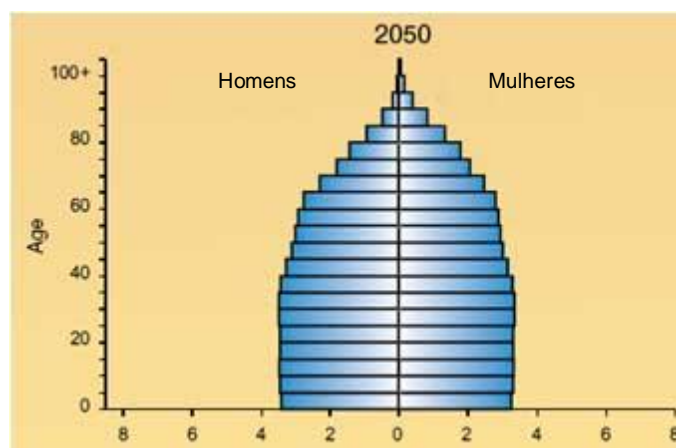


GRÁFICO 4: Pirâmide etária da população mundial - 2050

Fonte: ONU, 2006.

Nos países desenvolvidos, é estimado que em 2050, a porcentagem de pessoas com 60 anos ou mais seja de aproximadamente 32% da população, ou seja, a cada 3 pessoas, 1 será idosa. Pode-se observar que a pirâmide etária destes países estará invertida a partir desta projeção. A faixa etária que concentra o maior número de pessoas é de 60 a 65 anos. As pessoas com 80 anos ou mais, faixa etária considerada como a dos idosos mais velhos, corresponderá a 29% da população com 60 anos ou mais (ONU, 2006).

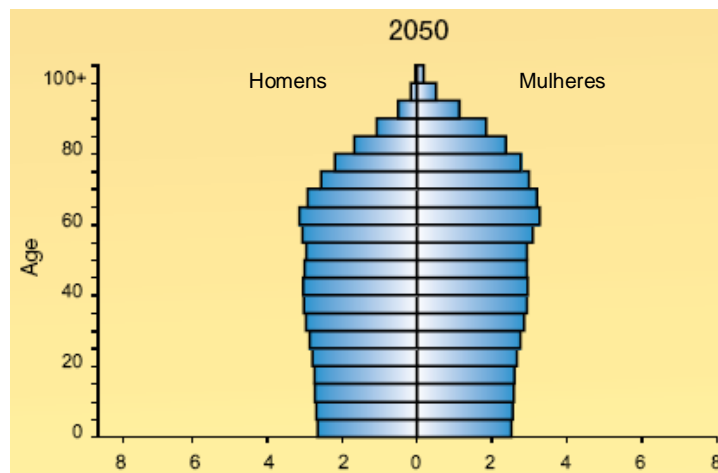


GRÁFICO 5: Pirâmide etária dos países desenvolvidos - 2050

Fonte: ONU, 2006.

A maior concentração de idosos no ano de 2050 será nos países em desenvolvimento. Em torno de 75% da população mundial com 60 anos ou mais estará nestes países, ou seja, 1,5 bilhão de pessoas. Ao mesmo tempo, a proporção relativa dos idosos nestas nações será de 20%. Estima-se que a cada grupo de 5 pessoas, 1 terá 60 anos ou mais (ONU, 2006).

Nestes países, a quantidade de idosos com mais de 80 anos também será significativa, representando 18% da população com 60 anos ou mais. A partir destes dados, percebe-se que as pessoas não estarão apenas chegando aos 60 anos, estão vivendo cada vez mais (ONU, 2006).

Como se pode observar abaixo, a pirâmide etária apresenta-se de forma cilíndrica, ou seja, a proporção das faixas etárias mantém certa estabilidade.

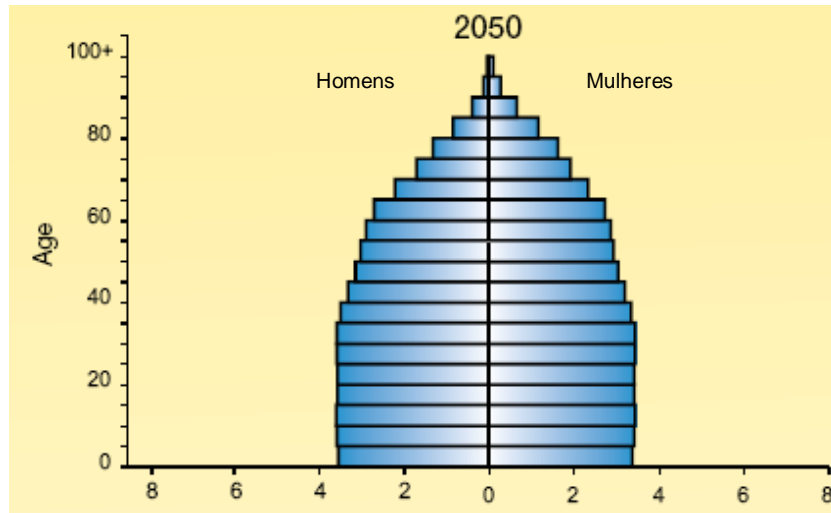


GRÁFICO 6: Pirâmide etária dos países em desenvolvimento - 2050

Fonte: ONU, 2006.

Já nos países subdesenvolvidos, em 2050, os índices do processo de envelhecimento começaram a tornar-se mais evidentes, sendo que a população com 60 anos ou mais representará 7% da população. Nestes países a concentração mundial de pessoas com 60 anos ou mais chegará em torno de 8,5%.

Comparando aos dados atuais, percebe-se que apesar da quantidade de idosos em relação aos outros países parece pequena, porém a evolução do processo de envelhecimento é muito grande, uma vez que tratam-se de países onde a pobreza e a miséria imperam. A seguir, encontra-se a pirâmide etária da população com 60 anos ou mais nos países subdesenvolvidos.

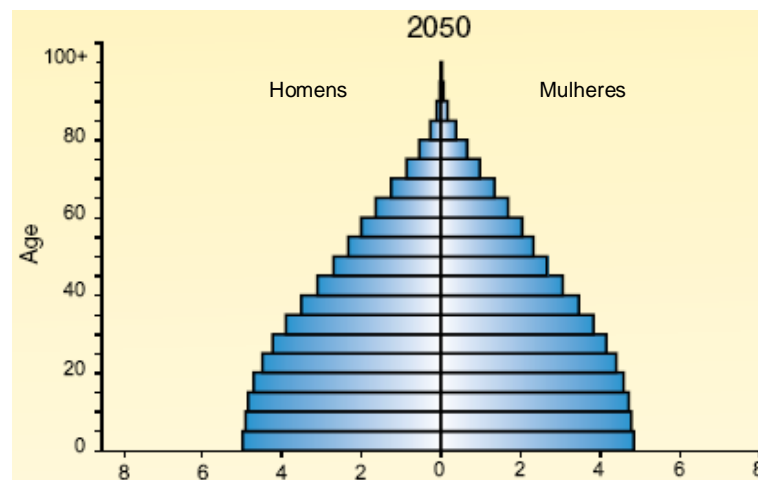


GRÁFICO 7: Pirâmide etária dos países subdesenvolvidos - 2050

Fonte: ONU, 2006.

O processo de envelhecimento é realmente um fenômeno global, que está acontecendo em diferentes níveis em cada país, mas merece atenção e ações específicas para a população idosa. “Espera-se que o aumento na duração da vida seja acompanhado por uma compreensão da morbidade em todas as faixas etárias, o que se traduziria em uma vida mais longa e de melhor qualidade para um maior número de idosos” (CAMARANO, 2002, p. 17).

1.2.1 A situação demográfica do idoso na América Latina

A realidade do processo de envelhecimento que vem ocorrendo nos países em desenvolvimento é fortemente afirmada na América Latina, a qual detém um grande número de pessoas na faixa etária idosa, como também uma grande proporção de pessoas que atingirão a terceira idade nos próximos anos.

A população idosa atual atingiu a marca de 49 milhões de pessoas, representando cerca de 9% da população total da América Latina. Para o ano de 2025, a projeção é de 95 milhões de idosos, ou seja, 14% da população. Já no ano 2050, uma em cada quatro pessoas na América Latina será idosa, assim, essa população chegará a um crescimento de 85 milhões de idosos em relação a 2025, representando 24% da população. (BATISTA *et al*, 2008; CAMARANO; PASINATO, 2007; ONU, 2006; 2009).

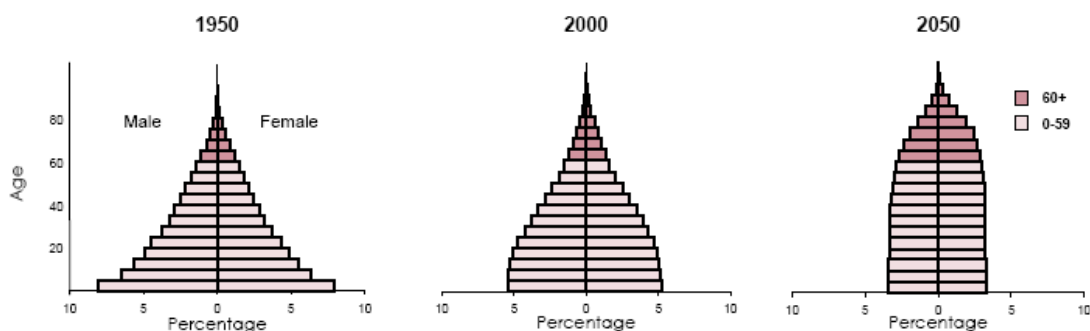


GRÁFICO 8: Pirâmides etárias da América Latina

Fonte: ONU, 2008.

O envelhecimento adquire uma grande importância na América latina, “pois se soma uma ampla lista de outras questões sociais, tais como a pobreza, exclusão social e elevados níveis de desigualdade” (CAMARANO; PASINATO, 2007, p. 10).

A partir do momento em que se avalia a demografia atual, percebe-se que novas ações devem ocorrer. “O envelhecimento populacional conduz a necessidade de reavaliar critérios relativos aos gastos sociais que sobrevêm do novo perfil da pirâmide etária” (FONTE, 2002, p. 2).

1.2.2 Aspectos demográficos da população idosa brasileira

“A maior conquista do século XX é o fato de mais e mais pessoas estarem conseguindo viver mais tempo” (CAMARANO, 2006, p. 67). O desejo de ter uma vida longa é presente nas falas da grande maioria da população, a qual atualmente está vivenciando a concretização deste evento.

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial cujas repercussões já podem ser percebidas na sociedade brasileira, na qual a faixa etária de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos é o que apresenta as taxas mais elevadas de crescimento (POCHMANN, 2008, p. 9).

Hoje, o Brasil tem uma população idosa projetada de 19.841.000 pessoas, o que corresponde a aproximadamente 10,2% da população (IBGE, 2008; ONU, 2009). Esta população se concentra em sua maioria nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (IBGE, 2008; PNAD 2008). Esta faixa etária está em constante crescimento, porém este fato já vem ocorrendo há algumas décadas. “Desde os anos 1940, as taxas mais altas de crescimento populacional têm sido observadas entre a população idosa. Essas maiores taxas sugerem que o processo de envelhecimento da população brasileira, não é novo” (CAMARANO; KANSO; LEITÃO e MELLO, 2004, p. 27).

Apesar do envelhecimento populacional brasileiro não ser uma novidade demográfica, boa parte da população não tem consciência dos reais níveis deste processo, muito menos tem idéia da quantidade de idosos no país. Esta falta de informação e de atenção ao que ocorre na sociedade faz com que muitos sujeitos

desconsiderem a presença dos idosos na população. Em algumas situações a falta de conhecimento contribui para o preconceito.

O Brasil é um país de diversidade cultural e vivencia em seu próprio território diferentes níveis de desenvolvimento social, econômico, educacional e de saúde. A distribuição da população também ocorre de maneira diferenciada, pois a grande maioria está concentrada nas regiões sul e sudeste. Estes dados reafirmam a heterogeneidade do país. Assim, as próprias questões relacionadas ao idoso também estão intimamente ligadas a tais fatores.

O crescimento populacional do contingente de pessoas idosas aliado às modificações demográficas, devido à redução da taxa de natalidade e mortalidade, faz com que a estrutura da pirâmide etária brasileira esteja se modificando nas últimas décadas de maneira significativa, tendo como consequência a sua inversão. Esta modificação também resultará em alterações na pirâmide nos próximos anos. A seguir estão dispostas as pirâmides etárias da população brasileira, dos anos 1990 até as projeções de 2050, evidenciando a evolução demográfica da população.

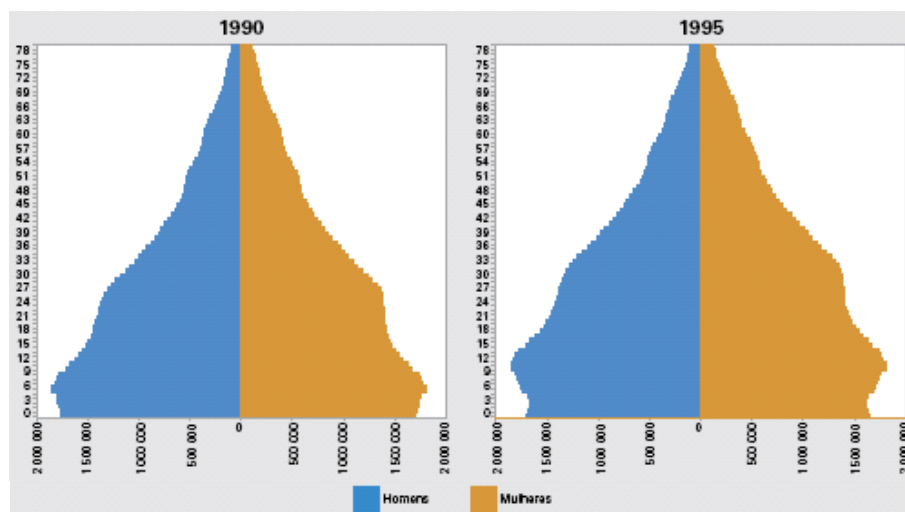


GRÁFICO 9: Pirâmide etária da população brasileira – 1990-1995

Fonte: IBGE, 2008.

Como se pode notar no gráfico acima, em 1990, a faixa etária que possui a maior quantidade de pessoas se concentra entre 5 a 9 anos. Esta mesma faixa se manterá com a maior quantidade de pessoas por vários anos, sendo superada somente após o ano de 2020.

Estes dados demonstram a redução dos índices de natalidade que vem ocorrendo no Brasil, os quais estabelecem um novo desenho demográfico da população. Na pirâmide etária de 1995, pode-se notar que a faixa etária com maior quantidade de pessoas é a de 10 a 14 anos. Outro ponto de destaque se refere à população com 60 anos ou mais, que se torna cada vez mais significativa neste final de século XX.

O ano 2000 marca não somente a transição do século XX para o século XXI traz na pirâmide etária uma evolução visível do processo de envelhecimento da população brasileira, sinalizando que a inversão da pirâmide estava realmente ocorrendo. No período de 2000 a 2020 o número de pessoas com 60 anos ou mais irá passar de 13,9 para 28,3 milhões (IBGE 2008).

A população idosa em 2005 chegou à marca de mais de 16 milhões de pessoas. A pirâmide etária deste ano confirma que o envelhecimento populacional está se consolidando no Brasil. Além do número de pessoas com mais de 60 anos ser significativo, os idosos com 80 ou mais também começam a ter uma quantidade de pessoas mais representativa. Neste ano há mais de 2 milhões de pessoas com 80 anos ou mais (IBGE, 2008).

A população idosa chegará a cerca de 20 milhões de pessoas em 2010, aproximadamente de 10,2 % da população, como se pode visualizar na pirâmide da seqüência. Os idosos com 80 anos ou mais, também conhecidos como idosos mais velhos serão representados por 2,6 milhões de pessoas (IBGE, 2008).

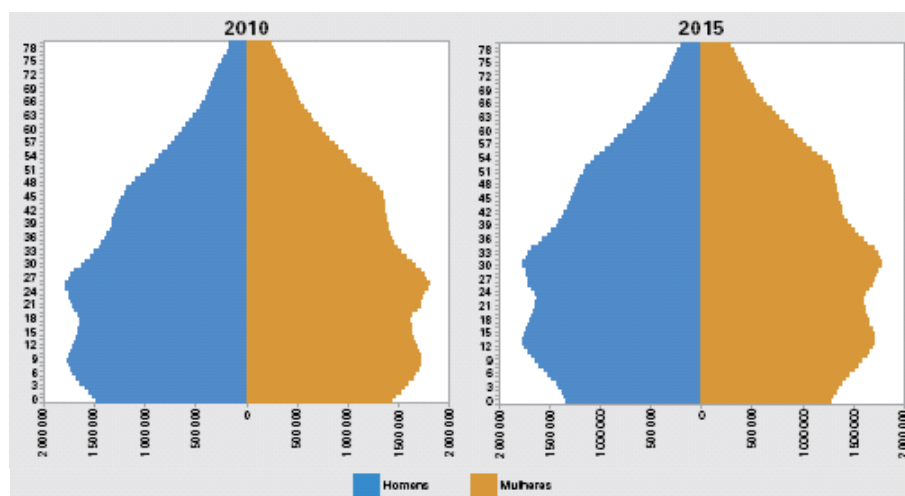


GRÁFICO 10: Pirâmide etária da população brasileira – 2010-2015

Fonte: IBGE, 2008.

O ano de 2010 é representado por uma população idosa de mais de 20 milhões de pessoas. O processo de envelhecimento da população é evidente, mostrando por meio de números que o Brasil tem um grande contingente de pessoas com 60 anos ou mais, numa proporção de 1 idoso para cada grupo de 10 pessoas.

Em 2015, o grupo etário da terceira idade será representado por mais de 23 milhões de pessoas. Os idosos mais idosos (80 anos ou mais) terão um população de mais de 3 milhões de pessoas. Estes números estão muito próximos da realidade atual, pois estão a aproximadamente 5 anos de tornarem reais e não apenas uma projeção.

No ano de 2020, o contingente de idosos será de cerca de 28 milhões de pessoas, ultrapassando a faixa etária de 0 a 9 anos (25 milhões). A população idosa corresponderá a cerca de 13% da população total.

O grupo dos idosos mais idosos continuará em permanente crescimento, e neste ano será representado por mais de 4 milhões de pessoas. Em 2025, a população idosa chegará a 34 milhões de idosos, representando 15% da população brasileira (IBGE, 2008). O ano de 2050 será marcado por muitas e significativas evoluções na estrutura etária brasileira. Neste ano a população idosa será de aproximadamente 64 milhões de pessoas, representando cerca de 27% da população, ou seja, a cada grupo de 4 pessoas 1 terá 60 anos ou mais.

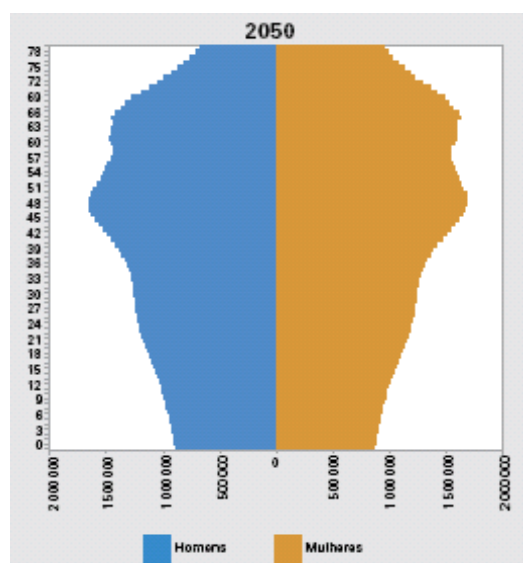


GRÁFICO 11: Pirâmide etária da população brasileira – 2050

Fonte: IBGE, 2008.

Estes dados não estão tão distantes da realidade atual, pois os jovens de 20 anos hoje serão os idosos desta projeção em 2050. Os idosos mais idosos representarão 22% da população com 60 anos ou mais, sendo um grupo de mais de 13 milhões de pessoas. A população idosa neste ano (2050) também será maior que a população de 0 a 29 anos, a qual será representada por cerca de 62 milhões de brasileiros (IBGE, 2008; ONU, 2006; 2008).

O índice de envelhecimento da população brasileira, como observou-se nas pirâmides etárias, aumentou significativamente desde os anos 1980. Neste ano, para cada grupo de 100 crianças, havia 10,5 idosos. Em 2010, para cada grupo de 100 crianças haverá 26,7 idosos. Entre 2035 e 2040, a população idosa será em torno de 18% maior que a de crianças. Já em 2025, para cada 100 crianças, haverá 172,7 idosos (IBGE 2004; 2008).

O aumento constante do índice de envelhecimento da população confirma que a faixa etária dos idosos (60 anos ou mais) é a que mais cresce em toda a população. Porém, não é apenas este fato que merece destaque. A faixa etária dos idosos com 80 anos ou mais também apresenta um crescimento contínuo nos últimos anos. “Como o segmento idoso compreende um intervalo etário amplo, aproximadamente 30 anos, é comum distinguir dois grupos: os idosos jovens e os mais idosos” (CAMARANO, 2002, p. 5).

Nas pirâmides etárias, a seguir, pode-se acompanhar o crescimento da população idosa nas últimas décadas e sua projeção para os próximos anos.

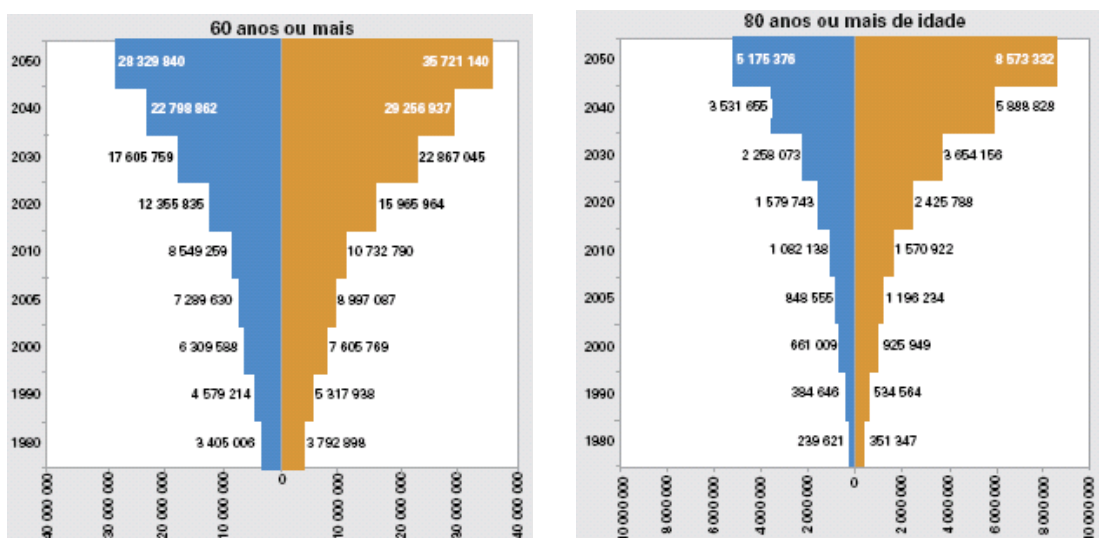


GRÁFICO 12: Pirâmides etárias - 60 anos ou mais e 80 anos ou mais

Fonte: IBGE, 2008.

Outro fator também refere que a população feminina mantém um número superior em relação aos homens em todos os anos, este fato é devido a vários fatores, destacando-se que a expectativa de vida global das mulheres é superior a dos homens.

Assim, no Brasil o aumento da população idosa está diretamente relacionado ao aumento da expectativa de vida. Percebe-se que por meio de várias ações políticas, sociais e de saúde, o índice de mortalidade vem caindo nas últimas décadas e nos próximos anos será ainda menor devido aos avanços tecnológicos.

Com o aumento da expectativa de vida ao nascer, aliada ao acréscimo do índice de envelhecimento populacional, a média de idade da população brasileira vem crescendo ano após ano. Atualmente a média da idade da população é de 29 anos (ONU, 2009). Até 2050, esta média aumentará para 46,2 anos.

A esperança de vida ao nascer, como se pode observar na seqüência, está aumentando consideravelmente.

TABELA 2: Brasil - Esperança de vida ao nascer (1950-2050)

Período	Ambos os sexos	Masculino	Feminino
1950-1955	50.9	49.2	52.6
1955-1960	53.3	51.5	55.2
1960-1965	55.7	53.8	57.6
1965-1970	57.6	55.7	59.6
1970-1975	59.5	57.3	61.8
1975-1980	61.5	59.2	63.9
1980-1985	63.4	60.4	66.8
1985-1990	65.3	61.9	69.0
1990-1995	67.2	63.5	71.2
1995-2000	69.3	65.5	73.3
2000-2005	71.0	67.2	74.9
2005-2010	72.3	68.7	76.0
2010-2015	73.5	69.9	77.2
2015-2020	74.8	71.4	78.4
2020-2025	75.9	72.5	79.4
2025-2030	76.9	73.4	80.3
2030-2035	77.7	74.3	81.2
2035-2040	78.6	75.1	82.0
2040-2045	79.3	75.8	82.7
2045-2050	79.9	76.5	83.4

Fonte: ONU, 2008

Além do processo de envelhecimento, outros fatos estão modificando a demografia da população brasileira, dentre os quais, pode-se citar a diminuição da taxa média de crescimento anual. Esta taxa se dá pela razão do número de nascimentos e óbitos. Porém, estes fatos interferem também no envelhecimento populacional.

A média de crescimento anual é diretamente relacionada ao crescimento vegetativo da população, ou seja, a população cresce na medida em que o número de nascimentos é superior ao de óbitos. Na seqüência, observa-se o decréscimo das taxas médias de crescimento anual do Brasil, as quais se devem ao controle de natalidade da população.

Até o ano de 2038, o número de nascimentos será superior ao de óbitos. Porém, 2039 será o primeiro ano em que haverá mais mortes do que nascimentos. Isto significa que o crescimento vegetativo da população começa a ser negativo, ou seja, a população brasileira começa a diminuir.

TABELA 3: Nascimentos, óbitos e crescimento vegetativo no Brasil

Anos	População	Taxas médias de crescimento anual (%)	Nascimentos	Taxas brutas de natalidade (por mil hab.)	Óbitos	Taxas brutas de mortalidade (por mil hab.)
1981	121.381.328	2,350	3.865.672	31,85	1.021.784	8,42
1985	132.999.282	2,217	3.855.037	28,99	1.021.972	7,68
1990	146.592.579	1,786	3.548.573	24,21	1.018.622	6,95
1995	158.874.963	1,550	3.484.312	21,93	1.041.296	6,55
2000	171.279.882	1,486	3.619.910	21,13	1.085.578	6,34
2005	183.383.216	1,250	3.383.991	18,45	1.152.048	6,28
2009	191.480.630	0,980	3.019.066	15,77	1.200.677	6,27
2010	193.252.604	0,921	2.938.214	15,20	1.212.656	6,27
2015	200.881.685	0,694	2.649.396	13,19	1.287.677	6,41
2020	207.143.243	0,568	2.545.414	12,29	1.390.216	6,71
2025	212.430.049	0,458	2.457.339	11,57	1.511.245	7,11
2030	216.410.030	0,308	2.292.666	10,59	1.660.956	7,68
2035	218.644.711	0,137	2.101.265	9,61	1.838.369	8,41
2039	219.124.700	0,007	1.977.558	9,02	1.994.895	9,10
2040	219.075.130	-0,023	1.951.951	8,91	2.033.754	9,28
2045	217.888.409	-0,163	1.844.790	8,47	2.228.815	10,23
2050	215.287.463	-0,291	1.743.814	8,10	2.396.127	11,13

Fonte: IBGE, 2008.

Como pode se observar na tabela acima, em 2050, a população brasileira será menor que em 2030. Assim, a baixa taxa de mortalidade, com o baixo nível de fecundidade, aliados aos altos níveis de envelhecimento populacional irão modificar consideravelmente a estrutura da população brasileira, e estes impactos não serão apenas dados de estatísticas, mas representarão grandes questões sociais.

1.2.3 Aspectos demográficos da população idosa em Ponta Grossa/Paraná

Atualmente a população de Ponta Grossa é de 314.683 pessoas. Dentre estas, 30.981 tem 60 anos ou mais, correspondendo a cerca de 9,8% da população. Como nas estatísticas nacionais, o número de mulheres idosas é superior a dos homens, sendo observadas 17.607 pessoas do sexo feminino e 13.374 do sexo masculino (DATASUS, 2009). Como se pode observar na tabela a seguir está disposta a população da cidade por faixas etárias.

TABELA 4: População Residente em Ponta Grossa por Faixa Etária e Sexo, 2009

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
Menor 1	2.271	2.169	4.440
1 a 4	9.881	9.394	19.275
5 a 9	14.466	13.747	28.213
10 a 14	14.517	13.902	28.419
15 a 19	14.462	13.867	28.329
20 a 29	27.898	27.634	55.532
30 a 39	23.622	24.846	48.468
40 a 49	19.228	21.869	41.097
50 a 59	13.839	16.088	29.927
60 a 69	7.942	9.471	17.413
70 a 79	3.917	5.575	9.492
80 e +	1.517	2.561	4.078
Total	153.560	161.123	314.683

Fonte: DATASUS, 2009.

A pirâmide etária da população de Ponta Grossa representa uma significativa proporção de idosos, muito próxima à realidade demográfica brasileira. Na cidade, a esperança de vida ao nascer é de cerca de 71 anos, um pouco abaixo da média nacional, que está em torno de 74 anos.

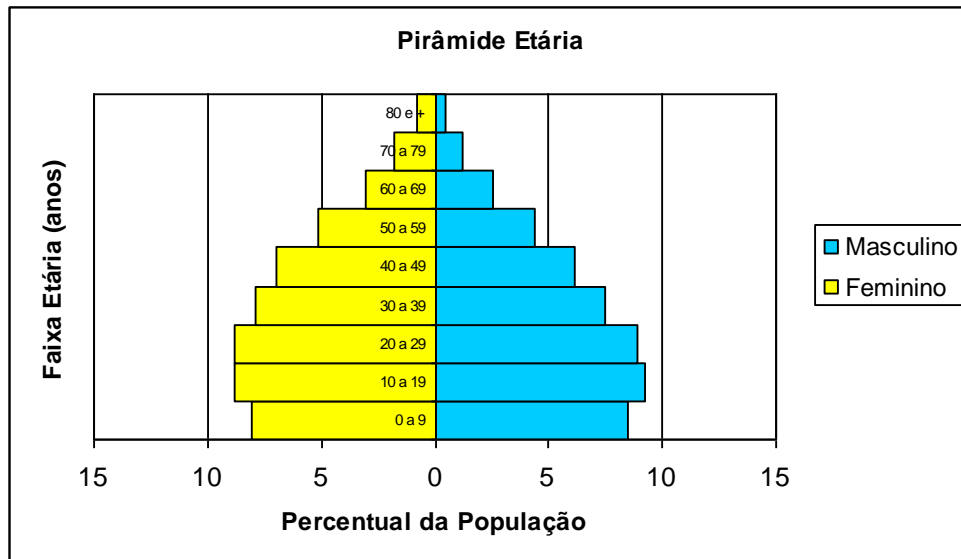


GRÁFICO 13: Pirâmide etária da população de Ponta Grossa - 2009

Fonte: DATASUS, 2009.

A partir de todos os dados citados ao longo deste capítulo, percebe-se que a questão do idoso não deve se restringir apenas a números. As estatísticas, projeções e dados demográficos são de suma importância para que se tenha uma real dimensão do processo de envelhecimento brasileiro, porém devem servir de base para ações práticas de melhoria da qualidade de vida dos idosos.

O elevado número de idosos sugere que novas medidas nas áreas da saúde, educação, política, economia sejam tomadas, para que estes sujeitos não fiquem marginalizados na sociedade, pois a idade por si só já é grande fator de exclusão na sociedade brasileira.

O aumento da esperança de vida ao nascer aliado ao crescimento dos índices de envelhecimento estatisticamente apresenta-se de maneira positiva, pois houve condições para que estes números chegassem a este patamar, elevando o Brasil nas estatísticas a nível mundial.

Porém, esta realidade é contraditória, pois embora o Brasil esteja entre os países com a maior quantidade absoluta de idosos, não significa que estes estão

tendo condições mínimas de saúde, alimentação e moradia. É preciso pensar além das estatísticas, pensar em que situação os idosos estão vivendo e se a preocupação política não está apenas voltada para resultados de ordem quantitativa, ou seja, aumentar números de idosos, sem a preocupação da garantia de qualidade de vida.

“O idoso flutua instável entre a medicina que prolonga sua existência e a sociedade ou o Poder Público que não lhe preservam a plena dignidade de vida nas últimas etapas desta” (CENEVIVA, p. 13, 2004).

Pensar o idoso hoje é pensar num sujeito que vivenciou mudanças na estrutura econômica nacional, que potencialmente esteve relacionado à migração campo-cidade, que presenciou a proliferação das grandes favelas nos centros urbanos, viveu a ditadura militar, além de recessões e está atualmente presenciando a evolução tecnológica desenfreada (CAMARANO, 2002; 2004; 2008).

Estes idosos, em grande maioria, por vários motivos tiveram uma trajetória de dificuldades econômicas e sociais, foram por muitas vezes privados de direitos básicos, como uma escolarização adequada e um trabalho digno, perderam laços sociais comunitários e familiares, sofrem violência física e psicológica, e estão numa faixa etária, em que o preconceito precede a dignidade humana.

Percebe-se então que os idosos encontram-se numa situação de vulnerabilidade, a qual segundo Castel (1998) conjuga a precariedade das condições de trabalho e a fragilidade das bases de coesão social. As pessoas idosas defrontam-se com os efeitos desta vulnerabilidade social, pois são consideradas socialmente como improdutivas e muitas vezes não tem acesso ao mercado de trabalho e mantém na informalidade. A segunda dificuldade enfrentada refere-se à dificuldade de muitos idosos em possuírem uma autonomia econômica, social e até mesmo simbólica, o que resulta em diversos tipos preconceitos, tanto na família, como na sociedade.

Conforme aponta Katzman (2005), vulnerabilidade não significa pobreza, mas a inclui. A pobreza faz referência a uma situação de carência efetiva e vivenciada no atual momento, enquanto a vulnerabilidade transcende tal condição, projetando no futuro a possibilidade de padecer, a partir das debilidades enfrentadas no presente. Sobre esta perspectiva é que se encontram muitos idosos, pois se encontram em situação de vulnerabilidade social, além de sofrerem com a perda de

laços afetivos, serem vítimas da exclusão, marginalização e inúmeras violências (físicas e psicológicas).

Dieterlen (2001) afirma que a vulnerabilidade significa a falta de atendimento das necessidades básicas, as quais são negadas por aqueles que detêm o poder:

y una forma de vulnerabilidad consiste en tener necesidades básicas, puesto que las personas que carecen de los medios necesarios de subsistencia dependen del ejercicio del poder de aquellos que pueden proporcionarles o negarles los medios de vida. Las necesidades básicas reflejan una falta de poder, y por lo tanto una situación de vulnerabilidad. (DIETERLEN, 2001, p. 19).

Sobre este posicionamento, Castel (1998) salienta que há a necessidade de uma dupla política social que enfrente os processos excludentes. Uma que seja de caráter preventivo, com a reformulação de políticas econômicas e sociais, ampliando a oferta de trabalho, além de garantir as redes de proteção social aos precarizados. A outra seria de caráter reparador, propondo reduzir a zona de desfiliação³.

Neste sentido, pode-se considerar que muitos idosos se encontram na zona de desfiliação, pois além de não integrarem mais o mercado de trabalho, também perderam seus vínculos com colegas, com vizinhos, com parentes e perderam as “perspectivas de projeto para controlar o futuro” (CASTEL, 1998, p. 550).

No próximo capítulo, estas questões serão retomadas, considerando-se as questões sociais da velhice e a importância do desenvolvimento do idoso enquanto ator social.

³ Um modo particular de dissociação do vínculo social (CASTEL, 1993).

2 IDOSO: UM NOVO ATOR SOCIAL

A sociedade brasileira ainda não equacionou satisfatoriamente a situação social do idoso, uma vez que a realidade em que este se encontra revela que as mínimas condições de sobrevivência nem sempre lhe são garantidas. Percebe-se que nesta realidade grande parte da população idosa sofre com estereótipos da velhice e problemas sociais (OLIVEIRA, 1999).

Quando um idoso se encontra numa situação de pobreza extrema, sendo visto na rua, mal vestido, sujo, com uma aparência descuidada, mexendo no lixo, a imagem que surge é de indignação, piedade e até mesmo desprezo. Porém, esta é a realidade vivida por muitos idosos no Brasil.

Muitas pessoas de 60 anos ou mais lutaram por muito tempo por respeito e dignidade, por um salário justo e melhores condições de vida. Mas, o que se observa, é que o preconceito aliado à marginalização social e econômica faz com que o idoso transite num espaço restrito, sem grandes possibilidades aparentes de mudança.

Uma pessoa que passou 60 anos na pobreza, sem condições mínimas de sobrevivência, projeta na terceira idade a possibilidade de talvez conquistar um espaço ou ao menos o reconhecimento pelo que produziu durante sua trajetória. Todavia, este idoso encontra novas dificuldades, pois além de todas as questões presentes em sua vida, ainda precisa superar preconceitos por ser velho e ser considerado inútil e incapaz, enfim, um peso para a sociedade.

Assim, para que se possa observar com clareza a situação do idoso, é necessário ter consciência dos aspectos sociais da velhice e dos condicionantes que estão envoltos nestes aspectos.

A sociologia do envelhecimento pressupõe uma análise do idoso, enquanto sujeito que tem papéis sociais e inserido neste contexto, pode se constituir como um ator social, capaz de lutar pelos seus direitos e mobilizar-se em favor do seu reconhecimento e melhores condições de vida.

Este segundo capítulo objetiva uma discussão sobre o idoso enquanto um novo ator social, percebendo sua identidade, como também seu espaço e suas relações sociais.

2.1 ASPECTOS SOCIAIS DA VELHICE

O envelhecimento humano não pode ser apenas considerado pela ótica da cronologia, ou seja, da idade, é necessário também ter uma percepção de vários outros aspectos, dentre os quais se destaca neste capítulo o caráter social acerca da velhice.

A construção dos conceitos relacionados ao idoso, numa perspectiva social detém em si uma visão mais abrangente sobre o processo de envelhecimento, o que não resulta necessariamente num maior reconhecimento da velhice.

Segundo Peixoto (2000), o termo velho até o século XVIII não possuía uma conotação meramente pejorativa, fazia referência aos mais velhos de modo geral, independente de classe social. Foi a partir do século XIX, que na França os termos velho (*vieux*) ou velhote (*vieillard*) representavam pessoas de idade mais avançada sem status social, ou seja, os mais velhos e pobres, enquanto aqueles que tinham poses e uma certa posição social eram considerados idosos (*personne âgée*).

Já em meados do século XX, também na França, o termo terceira idade começa a ser utilizado, para designar os jovens aposentados, uma maneira mais respeitosa para delimitar os mais velhos. “Sinônimo de envelhecimento ativo e independente, a terceira idade converte-se em uma nova etapa de vida, em que a ociosidade simboliza a prática de novas atividades sob o signo do dinamismo” (PEIXOTO, 2000, p. 76).

No Brasil, até 1960, o termo velho não possuía o caráter especificamente pejorativo como o *vieux* francês. Foi no final desta década que se iniciaram as discussões em relação ao termo idoso, no sentido de um tratamento mais respeitoso. A terceira idade representa também os jovens velhos, os aposentados que se mantêm ativos, como na representação que ocorre na França (PEIXOTO, 2000).

Oliveira (2002, p. 44) aponta que “a sociedade coloca o velho numa situação típica de marginalização social, na proporção em que ergue contra ele inúmeras barreiras sociais e desenvolve atitudes de preconceitos e discriminação social”. Percebe-se, então, que o idoso não tem um espaço de ação, nem mesmo na sociedade, onde ele se encontra cada vez mais excluído.

A sociedade impõe imperativos de produção, agilidade e modernidade. O idoso, por questões biológicas, pode apresentar algumas limitações ou pequenas dificuldades, mas isso não significa a incapacidade de realizar tarefas. Porém, na perspectiva social atual, o idoso é considerado muitas vezes como um incômodo, por não atuar na velocidade e na maneira que os jovens julgam mais corretas ou mais adequadas. Segundo Beauvoir (1990, p. 265), “é a classe dominante que impõe às pessoas idosas seu estatuto; mas o conjunto da população ativa se faz cúmplice dela”.

O envelhecimento populacional constitui uma das maiores conquistas do presente século. Poder chegar a uma idade avançada, já não é mais privilégio de poucas pessoas. Em contraposição, muitas sociedades não são conseqüentes com essas mudanças demográficas, pois as mesmas atribuem valores relacionados à competitividade para seus grupos, valorizam a capacidade para o trabalho, para a independência e para a autonomia funcional (VELOZ; SCHULZE; CAMARGO, 1999).

Como afirma Oliveira (2002, p. 46) “um aspecto marcante é o da ansiedade e impaciência características da sociedade atual. Diante dessa neurose da velocidade, torna-se incompatível e até perda de tempo aceitar um ritmo mais lento por parte dos idosos”. Assim, é mais cômodo realizar uma atividade do que possibilitar que o idoso a faça.

Os idosos, pelas próprias questões relacionadas ao contexto familiar e educacional, apresentam diferentes concepções e valores, além de administrarem de outra maneira o tempo e as suas atividades, dando um valor muitas vezes diferenciado ao trabalho e a família.

De modo geral, os idosos vivenciaram uma educação patriarcal e hierarquizada (NASCIMENTO, 2006). E esta, denota uma característica tradicional na ação e comportamento dos idosos.

Numa sociedade que é caracterizada pelo poder, a qual busca desenfreadamente o lucro, o idoso muitas vezes aparece como uma trava no desenvolvimento, desconsiderando toda a contribuição social que estes deram e ainda dão à produção de bens, serviços e conhecimentos.

Percebe-se que

a pressão social atua no sentido de negar a velhice enquanto, valorizando a pessoa que consegue disfarçá-la fisicamente (velhos bem conservados) e ou psicologicamente (velhos de espírito jovem). O velho sábio desapareceu de nossa realidade, permanecendo apenas como um conceito abstrato (OLIVEIRA, 2002, p. 47).

Devido a todas as dificuldades de enfrentamento da realidade social, muitos idosos negam a própria existência e a própria idade, para que possam ser novamente aceitos nos grupos mais jovens. Tal comportamento resume-se ao não enfrentamento da velhice.

Manter-se jovem e ativo é o desejo de todos aqueles que estão envelhecendo, porém é necessário ter consciência da idade, aceitando-a e vivendo plenamente.

Infelizmente, manter-se ativo numa sociedade que afirma a incapacidade do idoso é um dilema a ser vencido. A velhice nunca foi sinônimo de doença, mas é uma etapa do processo de desenvolvimento humano.

As limitações, incapacidades e dificuldades não são problemas apenas dos idosos. Há muitas crianças, adolescentes, jovens e adultos que possuem dificuldades, devido a diversas causas patológicas. Assim, torna-se ingênuo considerar a velhice como uma limitação ou deficiência.

O envelhecimento deve ser considerado como “o tempo da vida humana em que o organismo sofre consideráveis mutações de declínio de força, disposição e aparência, os quais não incapacitam ou comprometem o processo vital” (SALGADO, 1980, p.30).

Desta maneira, o idoso independente da idade tem condições de realizar as atividades que sempre realizou no decorrer de sua existência. Porém, uma das maiores dificuldades enfrentadas no envelhecimento revela-se no conceito pejorativo que este processo tem na sociedade, do que a própria vivência neste estágio da vida. Os estereótipos acerca do processo de envelhecimento são revestidos de mitos, gerando medo, angústia e dificuldade na percepção da velhice.

O impacto de estereótipos negativos para auto-percepção levam o idoso a crer que suas possibilidades de ação se esgotam (LEVY, 2002). Estas

considerações trazem impactos negativos, que resultam na não aceitação ou distorção desta etapa de vida.

Na sociedade, percebe-se que a dificuldade de enfrentar os paradigmas da velhice se sobrepõe às considerações culturalmente postas. Rejeitar a velhice desvela-se como um preconceito que há vários anos impera na sociedade brasileira.

Até os anos 1980, o Brasil era um país constituído por um grande número de jovens, fato que fez com que se considerasse um país jovem, Porém, os anos passaram, e os jovens daquela época hoje estão na terceira idade ou muito próximos dela. Como também, o país está vivenciando o processo de envelhecimento. Logo, pensar que a população brasileira é jovem se reduz a uma afirmação ingênua e descaracterizante.

Apesar da condição do idoso não ter mudado significativamente no decorrer dos últimos anos na sociedade brasileira, é necessário perceber que a quantidade de idosos aumenta a cada dia e este fato relaciona-se diretamente com os direcionamentos políticos e sociais do país.

Para Silva (2003, p. 110), “a condição do velho na atualidade não tem revelado grandes alterações dos tempos remotos”. Mesmo com a evolução tecnológica e social, muitos problemas ainda são encontrados quando se trata do envelhecimento, pois não há inovações, mas disparidades marcantes. Para o mesmo autor “a urbanização e a industrialização acentuaram as desigualdades que, associadas aos preconceitos e estigmas, vêm demonstrando que as experiências acumuladas durante a vida não estão sendo aceitas pelos mais jovens” (SILVA, 2003, p. 110).

Assim, mesmo vivenciando inovações, nos mais distintos campos, o idoso enfrenta problemas sociais graves. “No Brasil, como em outros países em desenvolvimento, a questão do envelhecimento populacional soma-se a uma ampla lista de questões sociais não-resolvidas, tais como a pobreza e a exclusão (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 254)”.

Para muitos idosos, a realidade de exclusão foi presente no decorrer de toda a sua trajetória de vida e se acentuou ainda mais na velhice. Estas condições trazem repercussões ainda piores, ao se pensar que na única fase que estes acreditavam alcançar a dignidade e respeito, tornam-se vítimas de um sistema opressor e excludente.

Segundo Silva (2003, p. 98-99),

uma grande parcela dos velhos são os trabalhadores que não usufruíram do benefício da política econômica, educacional e de saúde, entre outras. Sem falar que a própria condição econômica e educacional impossibilitou o processo interativo, no qual os mais velhos pudessem acompanhar as mudanças da estrutura social.

Assim, pelas próprias condições de acesso às novas tecnologias e novos conhecimentos que foram negados ou relegados a um segundo plano, o idoso enfrenta um novo processo de marginalização, pois além dos problemas relativos à estigmatização da velhice, enfrentam a dificuldade do não-saber e do não se adequar às inovações provenientes da globalização.

Para que os fatores negativos da velhice sejam ultrapassados ou ao menos amenizados, torna-se fundamental reconhecer qual é a representação do idoso na sociedade, tal como seu papel social, exercido ao longo de sua existência, como também nesta etapa. Pois, “sem um papel social, o idoso sucumbe ao estereótipo, fora de moda, de um ser dependente, incapaz, inútil, que se torna um peso para sua família e para a sociedade em que vive” (STAMATO, 2007, p. 71).

O papel do idoso foi determinado por costumes e ações provenientes na cultura, como também no contexto histórico no qual está inserido. “O estatuto da velhice é imposto ao ser humano pela sociedade à qual pertence, sendo influenciado pelos valores culturais, sociais, econômicos e psicológicos de uma sociedade que determina o papel e o ‘status’ que o velho terá” (SILVA, p. 96, 2003).

Assim, a função social que é atribuída ao idoso, foi culturalmente constituída. Conforme afirma Ferrigno (2006), “a construção social das gerações se concretiza através do estabelecimento de valores morais e expectativas de conduta para cada uma delas, em diferentes etapas da história” (p. 18-19).

Apesar da conscientização da necessidade de caracterizar o papel do idoso, percebe-se que este é novamente marginalizado, pois pensar a velhice em seus aspectos sociais ainda representa um fator de desequilíbrio.

Pensar o idoso enquanto sujeito, traduz-se em relações pessoais, assim como afirma Santana e Sena (2003, p. 47),

o homem, assim como os outros animais, vive associado a outros indivíduos de sua espécie, vivendo desde o nascimento um processo de interação com seus semelhantes; o que significa dizer que a existência de uma pessoa como ser individual é indissociável de sua existência social.

Esta existência social do idoso representa que este não é apenas um indivíduo, sujeito biológico, que se restringe a um processo de evolução do nascimento até a morte, pois como afirma Bazo (1996), “a velhice, mais que um conceito biológico, é uma construção social”.

E por se tratar de uma construção social, deve revestir-se de valor. Porém na maioria das vezes o valor atribuído é negativo, frisando a incapacidade, fragilidade ou desadequação do idoso frente à sociedade.

Estes estereótipos representam uma cultura de valorização do novo e como consequência, comprovam que o idoso, apesar de toda experiência acumulada e das contribuições feitas para a constituição da sociedade atual, não passa muitas vezes de um problema a ser solucionado.

Outro ponto que também traz discussões refere-se à grande diversidade presente no Brasil. Por se tratar de um país territorialmente extenso e que sofreu a influência de diversas culturas, a problemática do idoso levanta diferentes concepções.

Assim, no processo de envelhecimento em que o Brasil está passando, “persistem diferenças regionais que garantem que esse processo não se dará de forma uniforme, atingindo regiões como Sul e Sudeste muito mais do que o Norte ou o Nordeste” (RAMOS; VERAS; KALACHE, 1987, p. 222).

Dentro da vasta extensão territorial brasileira não só no seu campo territorial, mas também cultural, só se pode entender o idoso delineando múltiplas realidades e aspectos nos diferentes cenários e características regionais que muitas vezes são diversificadas e contrastantes e outras vezes se completam (OLIVEIRA, 2006).

Além de o impacto do envelhecimento ser diferenciado nas regiões do país, os próprios estereótipos presentes em cada lugar auxiliam na desvalorização do idoso. Assim, percebe-se que muitas vezes o idoso perde seu lugar na sociedade.

O impasse e a tragicidade da velhice se perpetua na ausência da atribuição de qualquer lugar social e reconhecimento simbólico. Os percursos da temporalização silenciam e qualquer manifestação da subjetividade fica impossibilitada (OLIVEIRA, 2002).

O idoso, no transcorrer de sua trajetória de vida, vivenciou na juventude e na maturidade papéis sociais, que aos poucos foram sendo apagados ou desconsiderados em sua existência. Este sujeito teve sua representatividade no mercado de trabalho e também na sua família, enquanto pai, mãe ou chefe da mesma. Porém, com o passar dos anos, estes papéis vão se perdendo.

Conforme aponta Moragas (2004, p.12)

[...] o trabalhador se converte em aposentado, sem um papel social reconhecido e aceito e, o que é pior, em uma sociedade que valoriza o trabalho como fonte de status econômico e social, o aposentado não produz, um passivo que desperdiça recursos públicos através das aposentadorias, o que acarreta uma avaliação negativa.

A visão que se tem acerca da aposentadoria desconsidera todas as atividades desenvolvidas anteriormente pelo aposentado, que lhe garantiram o direito à seguridade da previdência. O aposentado é considerado como um sujeito que não tem mais capacidade de contribuir para sociedade, pois não trabalha e não produz algo útil ou novo. Este posicionamento pejorativo confirma a ausência de um papel social, pois o trabalhador torna-se um inativo, e este não tem mais representatividade.

A aposentadoria segundo Beauvoir (1990, p. 325), “introduz uma radical descontinuidade; há ruptura com o passado; o homem deve adaptar-se a uma nova condição, que lhe traz certas vantagens (descanso), mas também graves desvantagens: empobrecimento, desqualificação”.

Na família, o idoso também sofre com a perda ou diminuição de sua função social. Em muitas situações, os filhos e netos desconsideram a trajetória e as atividades desempenhadas ao longo da vida por estes idosos, os quais foram chefes, provedores e responsáveis pela educação. Muitos descendentes desvalorizam toda contribuição dos idosos, apesar de existir em muitos casos a dependência financeira.

Mas é também na família, que o idoso recebe apoio e cuidados. Assim, a relação entre idoso e família merece atenção, pois num mesmo ambiente em que há a desvalorização do papel social, há assistência e proteção.

Segundo Camarano, Kanso e Leitão e Mello (2004, p. 52),

a família é uma das instituições mais importantes e eficientes no tocante ao bem-estar dos indivíduos e à distribuição de recursos. Ela intermedeia parte da relação entre mercado e os indivíduos, já que distribui rendimentos entre os membros, assim como faz a intermediação entre o Estado e o indivíduo, redistribuindo, direta ou indiretamente, os benefícios recebidos.

Ao mesmo tempo em que a família mantém a distribuição de recursos, proteção, cuidados e educação, também negligencia o idoso, atribuindo-lhe um status de inútil. Por um longo tempo, a pessoa idosa foi responsável pelo gerenciamento da instituição familiar, tendo que tomar decisões, além de manter todas as necessidades dos seus membros. Mas, quando a velhice chega, o idoso passa a ser visto como frágil, uma pessoa incapaz de dar juízo de valor frente alguma situação ou tomar decisões.

Todavia, ao se pensar a família atualmente, deve-se considerar que a estrutura familiar que se vivencia, não é a mesma em que o idoso enquanto criança vivenciou. “As alterações na estrutura e funções da família têm um impacto direto e definitivo no cuidado e suporte à pessoa idosa” (NASCIMENTO, 2006, p. 2).

Assim, ao se pensar nos aspectos sociais da velhice remetem diretamente aos papéis sociais que os idosos assumiram durante toda sua vida e a perda destes papéis a partir do momento em que alcançaram esta etapa de vida.

2.2 SOCIOLOGIA DO ENVELHECIMENTO

Ao se pensar o processo de envelhecimento e a velhice, torna-se importante relacionar estes à sociedade, uma vez que o homem é integrado ao meio social, independente de sua idade. Assim, pensar numa sociologia do envelhecimento possibilita uma nova dimensão social daqueles sujeitos que nunca saíram da sociedade, mas que se encontram marginalizados da mesma.

O idoso durante sua vida sofreu o processo de socialização, que o integrou a sociedade e também aos costumes éticos e morais, como a própria cultura. A socialização ocorre de maneira constante, pois os sujeitos se adaptam às novas condições que lhes são impostas ou propostas. Desta maneira, a socialização não se restringe apenas às etapas iniciais do desenvolvimento humano (MORAGAS, 1991).

O processo de socialização perpassa por várias etapas. A aceitação consiste em interiorizar valores; a acomodação supõe um maior grau de interiorização e ajustamento dos valores externos aos próprios; adaptação exige uma mudança da conduta individual mais incisiva que a acomodação; a assimilação refere-se à interiorização de valores sociais pelo indivíduo de maneira permanente; a integração é a última etapa do processo de socialização, pressupondo a interiorização global dos valores e manifestações externas de sua conduta (MORAGAS, 1991).

Os idosos não irão se desprender de todos os seus valores, porém estão inclusos no processo agregando alguns aspectos às suas condutas através da adaptação (ou tentativa de adaptação) à sociedade contemporânea. Este segmento não perde suas características sócio-culturais com o passar do tempo, mas deve buscar a incorporação de seus valores éticos e morais para os demais grupos da população, contribuindo para a socialização dos mais jovens. Neste sentido, segundo Oliveira (2001) o indivíduo ao integrar-se à sociedade recebe influências, mas também influencia.

Porém, diante das intensas mudanças sociais, por muitas vezes, torna-se comum perceber que o idoso sofre dificuldades de adaptação. Este fato remete-se diretamente a estrutura social atual que não prepara os sujeitos para o envelhecimento (WHITAKER, 2007). E, o reconhecimento das experiências e valores dos idosos nem sempre são aceitos na sociedade pelos jovens.

Diante desta situação, a sociologia do envelhecimento surge da necessidade de manter a integração do idoso ao contexto social, confirmando que a idade não é condicionante da capacidade ou não do exercício de papéis sociais definidos.

Sendo assim, este ramo da sociologia busca a manutenção do processo de socialização do idoso, integrando-o ao seu contexto social, definindo papéis e salientando a importância deste segmento populacional dentro da sociedade. Para que isto possa se efetivar, é necessário que os preconceitos e estigmas acerca da

velhice sejam superados, pois “a sociedade demonstra uma certa dose de intolerância (inversão) social para o idoso” (MORANDINI, 2004, p. 290).

A velhice é um problema social, o qual não é atual, mas demanda ações emergenciais. A população idosa está crescendo rapidamente e este fato implica na demanda de mais recursos para este segmento, além de uma organização social que permita a que a aceitação do idoso ocorra, pois o envelhecimento é inevitável, ao menos que ocorra uma morte prematura.

Este grande contingente de idosos atinge diretamente o Estado, que precisa assegurar condições mínimas de sobrevivência a esta população. Logo, o envelhecimento é visto como um perigo para a estrutura econômica, pois acarreta novos gastos, principalmente com a manutenção da previdência.

Como a população está envelhecendo, a relação entre contribuinte e beneficiário torna-se cada vez mais delicada, pois a população ativa tende a diminuir, porém a população aposentada está aumentando, e esta questão interfere diretamente sobre a percepção da velhice. A aposentadoria é um marco social que caracteriza o início da terceira idade, porém ao mesmo tempo em que está assegurando um direito, associa-se a idéia de incapacidade. Como afirma Jordão Netto,

aposentadoria significa uma espécie de ‘atestado oficial’ de envelhecimento do sujeito, um símbolo do ritual de passagem que vai estigmatizá-lo como um ‘inativo’ e decretar, em última análise, sua velhice como agente produtivo e por extensão, sua velhice também como ator social (1997, p. 65).

Percebe-se então, que os sujeitos são preparados à vida toda para exercer determinado papel social representado por uma profissão. Então, depois de anos de atividade, a sociedade permite a sua aposentadoria, tirando-lhe o seu papel social. Assim, nota-se que há a preparação para o trabalho, mas não há uma educação que prepare para a aposentadoria (STEGLICH, 1992).

Assim, “o ser humano nasce programado para a atividade, e o trabalho é, portanto, categoria universal que humaniza, já que permite a construção e manutenção da cultura e a produção do grupo em qualquer tipo de sociedade” (WHITAKER, 2007, p. 107).

Já o sujeito aposentado é considerado como alguém inútil ou incapaz de realizar alguma atividade, pois “as estruturas sociais organizadas em vista da produção, do trabalho e do lucro valorizam as pessoas pela sua produtividade, isto é, pela sua capacidade de trabalho. Neste sentido, ocorre uma discriminação das pessoas mais idosas” (STEGLICH, 1992, 52).

Desta maneira, a velhice é socialmente e culturalmente considerada uma categoria de caracterização do idoso enquanto sujeito improdutivo, e que não apresenta possibilidades de perspectivas futuras. A população idosa, então, representa um grande problema social, um grande contingente de pessoas que são consideradas dependentes e descartáveis (JORDÃO NETTO, 1997).

Nesta cadeia social em que o idoso se encontra, a dificuldade de definir um papel social direciona este sujeito a um “papel sem papel” (MORAGAS, 1991). Em consequência a este processo de marginalização, a velhice encara-se como uma etapa da vida que não se deseja alcançar, porém sinalizando uma das grandes contradições sociais atuais, deseja-se viver muito, porém as pessoas não querem envelhecer.

Os mitos acerca do processo de envelhecimento e os estereótipos de velhice dificultam que as novas gerações aceitem e se preparem para se tornarem idosos. O medo ao enfrentamento da velhice, aliado a cultura de perda de papéis sociais, faz com que muitos jovens tenham aversão à velhice, implicando numa relação intergeracional complexa, por não aceitarem os mais velhos.

Se na perspectiva social, os idosos são coagidos ao isolamento dado que toda a estruturação da sociedade orbita em torno da população jovem, envelhecer leva a uma situação de degradação altamente aversiva e indesejada (FRAIMAN, 1988, p.29).

Os idosos por sua vez, sentem dificuldade em acompanhar o desenvolvimento dos mais jovens e também por muitas vezes não conseguem admitir o comportamento ou valores destes grupos. Assim, o convívio social do idoso vai se restringindo se este não consegue se adaptar ou ao menos aceitar as mudanças contínuas que ocorrem na sociedade.

Entretanto, é preciso entender que o processo de envelhecimento não é individual, é vivenciado tanto pelos familiares quanto pela sociedade (MORANDINI, 2004). Assim, as relações sociais e familiares são decisivas para o idoso e para todos aqueles que estão alcançando a terceira idade.

Pensar o processo de envelhecimento, então, alerta para todas as problemáticas sociais que o segmento idoso vem enfrentando na realidade brasileira, não se podendo restringir a focos isolados de dificuldades. A terceira idade é um problema social atual na medida em que sofre com a desconsideração da sociedade e da própria família, por meio do desrespeito de direitos básicos (saúde, alimentação, moradia, locomoção, educação e cidadania).

A questão social do envelhecimento ainda tem muito a evoluir no Brasil, uma vez que o cenário de desigualdades e contradições traduz-se tanto na díspar distribuição de renda como na omissão da cidadania enquanto direito elementar dos idosos (BORGES, 2003).

Porém, as questões relativas à velhice não se resolvem somente através da melhoria da situação econômica, mas sim por meio de uma evolução cultural que reconheça o papel social que os idosos podem desempenhar, ultrapassando a visão de idoso enquanto sujeito passivo ou incapaz (MARILUZ, 2006).

A cultura de incapacidade do idoso compromete a situação social da velhice, impondo que toda pessoa que atinge os 60 anos torna-se incapaz, principalmente se esta for proveniente de uma classe social mais baixa. O idoso vivencia duas das piores situações impostas pela sociedade: “ser pobre e velho, numa sociedade que só glorifica quem tem posses e valoriza quem é suficientemente jovem para produzir e consumir de acordo com os interesses dos detentores dos meios de produção” (JORDÃO NETTO, 1997, p. 68).

Para que estes como outros preconceitos sejam superados, a sociologia do envelhecimento traz como preceitos básicos à socialização da população em relação à velhice, incorporando-a como etapa natural da vida, superação de estigmas e preconceitos, além da re-inclusão social do idoso.

Para que a superação dos preconceitos possa ocorrer, além da construção de uma nova cultura da velhice para a população em geral, é imprescindível que o idoso aceite sua condição enquanto sujeito da terceira idade, pois o preconceito do idoso para com os demais idosos é grave ou até mais delicado que o sofrido pelas ações dos mais jovens. Assim é imprescindível que haja a consolidação da identidade pessoal e social do idoso.

2.2.1 Identidade do idoso: uma questão social

O idoso frente a todas as dificuldades impostas pela sociedade, muitas vezes acaba incorporando ao seu comportamento e ao seu discurso que a velhice não pode ser produtiva ou vivenciada de maneira prazerosa. Assim, a constituição da identidade do idoso por vezes sofre oscilações e a caracterização deste sujeito torna-se confusa.

Pensar a identidade do idoso remete-se a cinco possíveis caracterizações. A primeira refere-se à não aceitação da velhice, na qual o idoso mantém atitudes dos mais jovens; a segunda faz referência à aceitação e incorporação da incapacidade, o idoso mesmo não sendo se considera incapaz; a terceira está diretamente relacionada ao estigma da inutilidade e improdutividade, o idoso acredita que ele como todos os outros idosos não tem mais nenhuma “serventia” social; a quarta se refere ao idoso, que não se considera idoso, mas que julga todos os demais sujeitos desta faixa etária de maneira estigmatizada e preconceituosa; a quinta caracterização faz referência ao idoso que aceita a própria idade e sua condição, assim busca seu o reconhecimento social.

A constituição da identidade social do sujeito faz referência direta ao meio em que está inserido, tal como ao processo de socialização em que se encontra, além das relações pessoais e sociais que vivencia. Assim, o idoso tem incorporado à sua identidade as experiências do trabalho da fase adulta, as descobertas da adolescência e as características da infância, as quais comandam muitas atitudes e reações (WHITAKER, 2007).

Desta maneira, segundo Lesbaupin e Malerbi (2006, p. 55),

o convívio social é fundamental na manutenção do senso de pertinência do ser humano, uma vez que garante sua conexão com o mundo. Através de relações de trocas mútuas, o idoso poderia continuar agregando significados a sua construção pessoal, mantendo a integridade da imagem que faz de si mesmo.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo idoso volta-se à auto-imagem, pois nem sempre há a clareza da realidade em que o sujeito está inserido, além de perceber-se fora do contexto social, gerando conflitos de identidade. Assim,

“à medida que o indivíduo envelhece, existe uma modificação significativa nos papéis sociais que desempenha, carecendo até certo ponto de definição mais objetiva, de propósito e de identidade” (OLIVEIRA, 1999, p. 67).

O idoso é um sujeito social, “porque contextualmente posto na sociedade, singulariza o seu existir. Como sujeito, o idoso deve ser percebido como produtor de si mesmo num processo permanente de subjetivação de si” (STANO, 2007, p. 9).

Para que o idoso não enfraqueça sua identidade e não perca seus papéis sociais, é necessário que a sociedade favoreça a superação dos problemas decorrentes do envelhecimento. Alguns dos principais problemas sociais enfrentados pelos idosos referem-se a questões familiares, dificuldades de locomoção e isolamento, sendo que as principais causas destes estão diretamente relacionadas à pobreza, imobilidade e atitudes dos idosos (COE; MORLEY; TUMOSA, 2005).

Assim, a consolidação do ser idoso perpassa as dificuldades sociais, superando as contradições entre o que é imposto e o que realmente revela a condição de idoso, para que se possa constituir uma identidade clara de cada sujeito. Obviamente que em cada sociedade, existem diferentes concepções, tradições e cultura, mas estes devem estar integrados para que uma nova cultura da velhice se estabeleça, fortalecendo o ser idoso.

Segundo Santana e Sena (2003, p. 50), “a partir do fortalecimento da auto-imagem do idoso e de sua identidade, o mesmo será capaz de adaptar-se às transformações decorrentes do envelhecimento, aceitando-o e contribuindo para a formação de uma nova imagem da velhice”.

2.2.2 Autonomia e independência

Uma nova concepção de velhice, aliada a uma identidade social consolidada do idoso, remete-se diretamente a autonomia e independência, fortalecendo a capacidade de continuar ativo e ter papéis sociais definidos. A independência⁴ e a

⁴ Independência é “a habilidade de executar funções relacionadas à vida diária – isto é, a capacidade de viver independentemente na comunidade com alguma ou nenhuma ajuda de outros” (WHO, 2005, p. 14).

autonomia⁵ possibilitam gerir a própria vida, tomar decisões, não dependendo continuamente do auxílio de outras pessoas.

Já a No Brasil, a situação de dependência faz parte do contexto atual dos idosos, tanto na questão de falta de autonomia para a realização de atividades básicas da vida cotidiana, como na própria ausência de renda que pressupõe também dependência (CAMARANO, 2006).

Assim, a situação em que o idoso se encontra deve possibilitar alternativas para que o mesmo mantenha atividades, podendo realizar suas tarefas cotidianas, além de ter rendimentos suficientes para sua sobrevivência. Neste sentido, com o envelhecimento, a qualidade de vida dos sujeitos é determinada muitas vezes pela capacidade de ser independente e autônomo (CAMARANO, 1999; SMETHURST, 2004).

A independência pressupõe a atividade, logo, pensar num idoso independente remete-se a possibilitar que este sujeito tenha condições de exercer um papel definido, tenha uma ocupação que o realize enquanto pessoa e seja reconhecido pela capacidade de desenvolver tarefas. Desta maneira, “a atividade pode ajudar pessoas idosas a ficarem independentes o máximo possível, pelo período de tempo mais longo” (WHO, 2005, p. 21).

A independência aliada ao envelhecimento não se restringe apenas à realização de tarefas, mas também pode estar aliada a capacidade do idoso de manter-se no mercado de trabalho, ou até mesmo voltar a trabalhar após a aposentadoria. Com a inserção ou re-inserção no mercado de trabalho, o idoso, se aposentado, pode complementar sua renda, auxiliando na economia doméstica, uma vez que a organização familiar atual se destaca pela complexidade, na qual o idoso por muitas vezes volta a ser chefe de família, sendo responsável pela manutenção da mesma.

Assim, a autonomia e independência do idoso tornam-se uma necessidade econômica, não cabendo mais uma visão de idoso dependente e inativo. Uma significativa parcela da população idosa nos últimos anos mantém-se encarregada pelos rendimentos familiares, por meio de sua aposentadoria, e quando esta não é suficiente, buscam novas alternativas de renda.

⁵ Autonomia é: “habilidade de controlar, lidar e tomar decisões pessoais sobre como se deve viver diariamente, de acordo com suas próprias regras e preferências” (WHO, 2005, p. 14).

Quando o mercado de trabalho, o emprego, a educação, as políticas sociais e de saúde e os programas apóiam a participação integral em atividades socioeconômicas, culturais e espirituais, conforme seus direitos humanos fundamentais, capacidades, necessidades e preferências, os indivíduos continuam a contribuir para a sociedade com atividades remuneradas enquanto envelhecem (WHO, 2005).

A partir destes condicionantes, é necessário limitar ou retardar a dependência no processo de envelhecimento, fortalecendo a capacidade ativa do idoso. Porém, este fato revela-se como uma das grandes contradições da velhice, pois ao mesmo tempo em que é necessário que o idoso seja ativo, o mesmo é foco de estigmas e preconceitos em relação a sua idade. Desta maneira, “uma abordagem de envelhecimento ativo busca eliminar a discriminação de idade e reconhecer a diversidade das populações mais velhas” (WHO, 2005, p. 46).

Percebe-se então, que “existe uma relação estreita entre a atividade social e a satisfação na velhice. Inversamente, a perda de papéis sociais, a viuvez e a aposentadoria geram insatisfação” (OLIVEIRA, 2002, p. 42). Entretanto, estas insatisfações não podem ser condicionadas como as principais razões de vida dos idosos, ao contrário, a sociedade deve propiciar que o idoso supere as suas perdas e dificuldades para que retome ou insira-se em novas atividades.

Mesmo que haja uma visão predominante de associar envelhecimento à dependência e a problemas sociais (CAMARANO; PASINATO, 2004), é necessário perceber que a partir da possibilidade de permitir que o idoso esteja integrado e socialmente aceito, este continuará a desempenhar atividades e estará contribuindo significativamente para a organização social e econômica do país.

Desta maneira, “toda ação dirigida ao idoso deveria tomar o cuidado de promovê-lo no sentido de estimular a sua autonomia. O idoso não precisa de alguém que fale por ele e lute por ele. Ele precisa de quem fale e lute com ele” (PONTAROLO; OLIVEIRA, 2008, p. 120).

Obviamente, não se pode desconsiderar o fato que “a proporção de dependência na 3ª idade é um dado essencial para economistas e atuários que fazem previsões sobre as implicações financeiras das políticas de aposentadorias e pensões (WHO, 2005, p. 10)”. Porém, a “dependência pode ser reduzida por políticas sociais” (CAMARANO, p. 68, 2006).

O apoio e amparo ao idoso são compromissos sociais, que devem articular todas as ações voltadas para este segmento, a fim de contribuir para a constituição de papéis sociais na velhice. Deve-se possibilitar que o idoso, enquanto sujeito ativo lute pelos seus direitos e tenha assegurado condições mínimas de sobrevivência e cidadania.

2.3 ATORES SOCIAIS: IDENTIDADE SOCIAL DOS IDOSOS

A partir do momento em que o idoso é considerado como um sujeito capaz de desenvolver atividades e desempenhar novos papéis sociais percebe-se que a visão sobre a velhice começa a ser alterada, pois o idoso incapaz, inútil e sem utilidade, passa a ser um novo agente social. “Gradualmente, a visão de idosos como um subgrupo populacional vulnerável e dependente foi sendo substituída pela de um segmento populacional ativo e atuante que deve ser incorporado na busca do bem-estar de toda a sociedade” (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 257-258).

Nesta perspectiva, quando o idoso se percebe como possibilitador de mudanças e que tem condições de atuar em prol de seus direitos, o contexto social da velhice muda. Percebe-se que “os velhos como coletivo social, tornam-se muito mais ameaçadores do que a velhice como fenômeno biológico” (FONTE, p. 12, 2002).

Assim, os idosos, ao definirem sua identidade, ultrapassando os limites do preconceito, começam a estabelecer seu espaço social, buscando seu reconhecimento pelo que já desempenharam no decorrer de sua trajetória e do que tem capacidade de desenvolver devido a sua experiência. Como afirma Steglich (1992, p. 61) “a melhor forma de construir a própria personalidade, em qualquer fase da vida, é sempre edificar sobre o alicerce da realidade”.

Por meio deste pressuposto, o idoso busca alternativas para superação das dificuldades que lhes foram impostas durante sua vida e acentuadas quando ingressa na terceira idade. Neste sentido, “é a partir do sofrimento do indivíduo dividido e da relação entre sujeitos que o desejo de ser sujeito transforma-se em capacidade para ser um ator social” (TOURAINE, 1998, p.102).

O idoso, ao se organizar e procurar transformar a realidade em que se encontra, tem possibilidades de agir e consolida-se como um novo ator social, que se predispõe a lutar por direitos básicos, os quais por vezes não são respeitados. Este novo ator social se estrutura numa sociedade que aos poucos começa a perceber a influência do contingente idoso, tanto na organização quanto nos aspectos políticos.

Logo, a mobilidade e a capacidade de atuação do idoso em prol de seus próprios direitos tende a ser uma nova etapa da cultura da velhice no Brasil, reconhecendo que estes sujeitos não deixam de pensar criticamente ou perceber os preconceitos e a marginalização social porque são idosos.

Segundo Touraine (1998), para que haja a formação de novos atores sociais é necessário que uma nova sociedade seja reconhecida. O mundo atual revela-se com um conjunto de incontroláveis fluxos, numa constante transformação, o que supõe que novos movimentos sociais se formem. Mas, a ação coletiva é proveniente da vontade individual ou grupo em agir sobre a estrutura atual, construindo e transformando a própria identidade e integração, a fim de defender um ideal de solidariedade.

Assim, é o movimento que pressupõe a possibilidade de mudança. Quando os idosos se organizam num ideal de solidariedade, buscando uma melhoria nos condicionantes sociais a que estão submetidos, a mudança social pode ocorrer, resultando numa nova concepção social e cultural do envelhecimento.

Entretanto, nota-se que “o que quase sempre falta para que apareçam atores sociais organizados, capazes ao mesmo tempo de convicções sociais e de ações coletivas, é uma definição do adversário” (TOURAINÉ, p. 355, 1998). Para que a ação dos idosos, enquanto atores sociais, se efetive, é necessário definir o que se pretende buscar através da mobilização e das ações sociais.

Nos últimos anos o perfil demográfico se alterou e a maior inserção de idoso em espaços públicos não se refere apenas ao aumento desta população. No decorrer das últimas décadas o comportamento dos idosos vem se alterando, tornam-se cada vez mais participantes, devido ao desejo de se tornarem cada vez mais úteis e de viver intensamente (FERRIGNO, 2005).

Ao se pensar num novo ator social, o idoso alcança esta representação a partir do momento em que se encontra como um idoso ativo. Desta maneira, “a palavra ‘ativo’ refere-se à participação contínua nas questões sociais, econômicas,

culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho” (WHO, 2005, p. 13).

O envelhecimento ativo, hoje, revela-se como uma das propostas sociais mais bem estruturadas para o público idoso, visando à integração social, por meio da inserção em diferentes espaços, além do reconhecimento político deste segmento. Os idosos ativos, enquanto atores sociais representam uma das mais importantes forças sociais que começam a se organizar nesta década.

É importante entender que o “envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (WHO, 2005, p. 13).

Para a efetivação dos idosos, como novos atores sociais, percebe-se que “qualquer esforço no sentido de promover o envelhecimento ativo resultará em efetiva melhoria da qualidade de vida de todos” (SMETHURST, 2004, p. 151). Neste sentido, além de uma maior representatividade do idoso no meio social, outro fator que se destaca, refere-se à própria identidade, por meio da auto-afirmação, como também pela elevação da auto-estima, por ver-se novamente útil.

Assim, este momento social atual, fortalece-se de um novo paradigma, o qual percebe os idosos como “participantes ativos de uma sociedade com integração de idade, contribuintes ativos, e beneficiários do desenvolvimento” (WHO, 2005, p. 44).

A partir de uma nova visão, fixada na autonomia, atividade e na plena participação das pessoas idosas, tal conceito permite a configuração de uma imagem positiva do idoso, que se contrapõe à visão tradicional que naturaliza a relação entre envelhecimento e apatia, decadência, isolamento ou doença (BATISTA *et al*, 2008).

Na cultura de velhice que começa a se destacar atualmente, o idoso é percebido dentro do contexto social, tendo seu espaço para reclamar seus direitos, como também auxiliar na formação de uma sociedade mais justa e democrática, com direitos igualitários para todos.

Ao assumir este papel social, os idosos encontram-se inseridos no processo de transformação social, como agentes do processo. Os idosos podem contribuir por meio de inserção política, social e cultural, os quais têm importante participação na conservação da identidade e memória social, auxiliando diretamente para o

estabelecimento de uma nova visão de idoso ativo, substituindo a velha imagem do envelhecimento (SANTANA; SENA, 2003).

Para que a população em geral alcance um novo conceito sobre o idoso, é preciso que uma mudança cultural ocorra. Perceber o envelhecimento ativo traduz um grande avanço social e cultural, porém, muito ainda precisa ser feito para que de fato os estereótipos de velhice sejam superados. Segundo a Organização Mundial de Saúde, “a cultura é um fator determinante transversal dentro da estrutura para compreender o envelhecimento ativo” (WHO, 2005, p. 20).

As alterações culturais ocorrem a partir do momento em que os idosos passam a recusar a visão pejorativa que a população apresenta acerca da velhice e começam a se mostrar como verdadeiros atores sociais, capazes de mobilizar a sociedade, na busca de um reconhecimento social, cultural, político e econômico.

O idoso conseguirá movimentar a sociedade a partir do momento em que estabelecer a própria identidade, percebendo-se no processo de socialização, não apenas como sujeito, mas também como agente. “A partir do fortalecimento da auto-imagem do idoso e de sua identidade, o mesmo será capaz de adaptar-se às transformações decorrentes do envelhecimento, aceitando-o e contribuindo para a formação de uma nova imagem da velhice” (SANTANA; SENA, 2003, p. 50).

O papel da identidade do idoso se refere a “aquilo que o faz reconhecer-se por reconhecimento do outro (STANO, 2007, p. 10). Assim, a identidade estabelece-se pela atividade. Percebe-se então que se estabelece ”a transformação de uma abordagem historicamente centrada nos aspectos individuais e biológicos da velhice para uma perspectiva que identifica as pessoas idosas como um setor social de crescente importância” (FONTE, 2002, p. 9).

Segundo Touraine (1998), a identidade apenas será construída quando houver a complementaridade de três forças:

o desejo pessoal de salvaguardar a unidade de personalidade, dividida entre o mundo instrumental e o mundo comunitário; a luta coletiva e pessoal contra os poderes que transformam a cultura em comunidade e o trabalho em mercadoria; o reconhecimento, interpessoal e também institucional, do outro como sujeito (p. 103).

A constituição do indivíduo ocorre quando este se estabelece consigo mesmo, conseguindo atingir prazer pessoal pelo que representa ou pelo prestígio

social que atinge por meio de sua atividade. “É verdade que o sujeito não pode ser apenas defesa e luta; é também afirmação, felicidade, sucesso. Mas não é o arquiteto de uma ordem ideal: é, isto sim, uma força de libertação” (TOURAINÉ, 1998, p. 103).

Neste contexto, o idoso estabelece novas possibilidades de ação, superando o medo e a angústia de tentar buscar alternativas reais de desenvolvimento e luta pelos seus ideais. O idoso como todo sujeito é eminentemente social, logo, a luta pelos direitos deve estar presente dentre seus propósitos.

Pensar um envelhecimento ativo, no qual cada vez mais idosos apresentam condições de expressar os seus desejos, como também suas dúvidas e críticas tornam a sociedade como uma grande construção coletiva e democrática. Segundo Oliveira (2002, p. 49), “o idoso tem necessidade de estar integrado à sociedade”. Assim, não é a idade que determina as condições ou possibilidades de estar integrado ao contexto social.

A participação social deve ser entendida como direito de todos os sujeitos, caracterizando-os como cidadãos, independentemente de classe social, raça, gênero ou faixa etária. O direito a inserção social deve ser preservado em todas as situações, para todas as pessoas que compõe a sociedade brasileira. Apesar de culturalmente o respeito à dignidade humana não ser encarado como direito de todos no Brasil, a partir do momento em que cada vez mais grupos minoritários começarem a se mobilizar, novos conceitos culturais poderão ser formados.

Mesmo sendo caracterizados por muitas vezes como um grupo minoritário, os idosos estão começando uma organização coletiva, permitindo que a luta por direitos se solidifique, sendo incorporados novos conceitos à terceira idade. Em algumas situações, o idoso passa a ser considerado um rebelde, por não aceitar mais as condições que lhe eram impostas pela sociedade e pela família.

Entretanto, é através desta “rebeldia” que o idoso passa a integrar-se cada vez mais e buscar novas alternativas de participação e integração dentro da sociedade. “A participação cidadã é lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito ao voto, mas constrói o direito à vida do ser humano como um todo” (GOHN, 2003, p. 18).

Neste sentido, o idoso quer ver-se integrado, não sendo lembrado apenas quando é conveniente durante campanhas eleitorais ou pela família quando precisa que este desempenhe alguma atividade. Como afirma Ferrigno (2005, p.27)

“assim como os adolescentes têm sua turma, também os idosos sentem essa necessidade e tem esse direito”.

E, é a partir da integração entre os idosos, que estes começam a pensar de maneira coletiva e estabelecer projetos em comum, para a busca de direitos a todos, constituindo um grupo de atores sociais, que unidos organizam-se em movimentos sociais com o objetivo de alcançar melhorias da qualidade e dignidade de vida da população idosa.

Ao partir deste ideal, Touraine (1996) explica que,

só existe movimento social se a ação coletiva tem objetivos sociais, isto é, reconhece valores ou interesses gerais da sociedade e, por conseguinte, não reduz a vida política ao confronto de campos ou classes, ao mesmo tempo em que organiza e desenvolve conflitos. É somente nas sociedades democráticas que se formam movimentos sociais porque a livre escolha política obriga cada ator social a procurar o bem comum ao mesmo tempo que a defesa de interesses particulares. Por essa razão, os maiores movimentos sociais sempre têm utilizado temas universalistas: liberdade, igualdade, direitos do homem, justiça, solidariedade, o que estabelece, de saída, um elo entre ator social e programa político (p. 85).

Assim, os idosos, enquanto integrantes dos movimentos sociais, possibilitam novas alternativas de mudança para a sociedade, delimitando outras formas de se pensar a construção da identidade e da formação globalizada do ser humano, para que as desigualdades sociais sejam amenizadas. Essa alusão a ação do idoso faz pensar sobre a figura do velho não apenas como um receptor da ação cultural, mas como seu agente.

Para Ferrigno (2005),

tanto a ação cultural da qual os idosos são o público alvo, quanto a ação cultural da qual eles podem e devem ser os sujeitos, trazem a promessa de dias melhores. Tais ações se somam aos esforços de todos aqueles voltados para a construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária (p.34).

Nesta perspectiva, o idoso torna-se agente direto em busca da concessão de um contexto social que agregue todos os sujeitos, estabelecendo um compromisso de ator social frente à população, principalmente a aqueles que

socialmente marginalizados necessitam de apoio e voz para a apropriação de seus direitos.

“O ser humano é sociável por natureza e a falta de relação é utilizada em todas as idades como um indicador de marginalização e possível desajuste social, origem de condutas negativas para o indivíduo e a sociedade” (MORAGAS, 2004, p. 19). Os idosos, uma vez integrados ao entorno social e político, tem menos possibilidades de sofrerem com a marginalização, sendo percebidos como sujeitos sociais. Sendo assim, esta integração pressupõe a ação, a atividade e a mobilização.

Denota-se então que existe a necessidade de criação de ambientes específicos para a integração e participação social dos idosos nas suas comunidades. Há o aumento da visibilidade deste grupo, que enquanto segmento social luta por seus direitos elementares; pela cidadania individual e coletiva; contra exclusão social e preconceitos (BORGES, 2003).

Dentre os grupos de idosos que estão mobilizados em movimentos em prol de melhorias para o segmento, encontram-se associações que foram criadas com o objetivo de defender o interesse próprio como dos demais aposentados e dos idosos em geral, como as “panteras grisalhas”. Este grupo foi criado em 1970, por Maggie Kuhn nos EUA e disseminou-se rapidamente pelos estados americanos. Chegou à Europa em 1975, sendo criada a associação na Alemanha. As panteras grisalhas ou Gray Panthers⁶ foram consideradas como um legítimo sindicato de idosos e ainda mantêm-se em atividade, lutando em prol de melhores condições de vida para a velhice.

Em nível nacional, percebe-se que a sociedade civil organizada juntamente com um pequeno grupo de idosos vem reivindicando os direitos básicos para a população da terceira idade. Destaca-se a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia⁷ (SBGG), primeira entidade científica que se posicionou na defesa do idoso. Mantém ativamente formação de recursos e desenvolve cursos, simpósios, congressos e jornadas em nível nacional e em parceria com as seções regionais.

O Serviço Social do Comércio (SESC) também se destaca, por meio do SESC-SP que sistematizou o primeiro programa de atendimento para a terceira idade. Desenvolve pelo SESC-RS desde 2000 o projeto Centro de Referência do

⁶ Para saber mais consultar: < <http://www.graypanthers.org> >.

⁷ Mais informações no site: < <http://www.sbgg.org.br> >.

Envelhecimento (CRE), trabalhando em prol da informação e atualização sobre o processo de envelhecimento. O SESC, em relação à terceira idade, desenvolve a integração de informações, por meio de uma rede de serviços para este segmento, além do desenvolvimento de pesquisas e ensino.

A Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COPAB) representa cerca de 20 milhões de aposentados em todo Brasil, tendo como finalidade representar e defender os direitos da pessoa idosa, atuando juntamente aos órgãos públicos, estabelecendo articulações e prestando informações.

A Associação Nacional de Gerontologia (ANG) constitui-se enquanto uma organização de cunho científico e tecnológico. Volta-se para a investigação sobre a terceira idade. Sua finalidade principal é colaborar para a constituição de uma consciência gerontológica, visando melhorias nas condições de vida do idoso, seguridade de direitos e políticas destinadas ao segmento.

A Pastoral da Terceira Idade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) realiza um trabalho de atenção domiciliar para pessoas idosas, desenvolve projetos locais e regionais para melhorias nas condições de vida, promove cursos e capacitações para cuidadores de idosos e atua ativamente em questões comunitárias. Segundo o Estatuto próprio, a pastoral tem por objetivo

assegurar a dignidade e a valorização integral das pessoas idosas, através da promoção humana e espiritual, respeitando seus direitos, num processo educativo de formação continuada destas, de suas famílias e de suas comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político, para que as famílias e as comunidades possam conviver respeitosamente com as pessoas idosas, protagonistas de sua auto-realização (ESTATUTO DA PPI, 2004, s/p).

O Movimento dos Idosos Solidários⁸ (MIS), sediado na cidade de São Paulo, luta pelos direitos deste segmento etário. Além disso, desenvolve um trabalho voltado para as famílias que possuíam idosos acamados permanentemente. Em parceria com o Hospital Universitário da Universidade de São Paulo, foi desenvolvido o Programa de Assistência Domiciliária (PAD) o qual é reproduzido gratuitamente para entidades, grupos de idosos, pastorais e demais profissionais

⁸ Para saber mais sobre o MIS, consulte: < <http://www.idosossolidarios.com.br> >.

que trabalham o idoso. Este programa tem como objetivo auxiliar famílias, além de oportunizar um melhor preparo para o cuidador.

O MIS colabora com a formação de redes comunitárias de apoio domiciliar aos idosos fragilizados nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Rondônia.

Percebe-se que existe um número significativo de idosos que participam destas entidades ou de movimentos em prol de seus direitos. Todavia, apesar destes movimentos, o idoso que participa ou participou de mobilizações sociais ainda possui um forte laço a causas trabalhistas, voltando-se muitas vezes para melhorias nas condições de trabalho. Logo, o segmento precisa reforçar os movimentos que lutam em prol dos direitos da pessoa idosa, isso não significa excluir-se de outras causas, mas focalizar-se num ideal de melhores condições econômicas, sociais, de saúde, cultura, educação para a terceira idade.

Apesar de todas as conquistas que o segmento idoso vem atingindo nos últimos anos, através de sua representatividade e das concepções de envelhecimento ativo e constituição de um novo ator social, alguns pontos ainda precisam avançar. Conforme Whitaker (2007, p. 107), “se o idoso perde o poder, ainda há direitos. E por estes deve-se continuar lutando. Quanto menos poder, menos prestígio, assim maior deve ser a luta pelos direitos”.

A luta pelos direitos dos idosos deve ser reclamada pelos idosos, porém é necessário destacar que nem toda a população idosa tem condições de acesso ao conhecimento de quais são seus direitos elementares, o que lhe deve ser garantido e acabam aceitando situações de discriminação e marginalização por falta de esclarecimentos.

Como afirmam Camarano e Pasinato (2004, p. 262),

habilidade e vontade de trabalhar por parte da população idosa dependem do seu estado de saúde, da sua capacidade funcional, das condições do mercado de trabalho além da legislação vigente. Aposentadoria compulsória e discriminação no ambiente de trabalho aliados à baixa qualificação da mão-de-obra são obstáculos à maior participação da população idosa no mercado de trabalho. Políticas de saúde e educação passam a ser importantes para o alcance dessas metas.

Desta maneira, para que de fato ocorra uma organização dos idosos em busca da consolidação de seus direitos é fundamental e urgente que a instrumentalização e a educação sejam possibilitadas a todos. Conhecer os próprios direitos é preceito elementar para que se reclame melhores condições de sobrevivência e uma melhor qualidade de vida.

Aos idosos que tiveram a possibilidade de uma educação que permita que hoje tenham discernimento do que lhes é imposto pela sociedade e que lutam pela contestação do que está errado, cabe o papel de verdadeiros atores sociais mobilizados em prol de uma sociedade mais justa e igualitária para toda população, em especial a idosa.

Nestes condicionantes, a educação apresenta-se como propulsora da transformação social, pois é através dela que além da aquisição de conhecimentos, o processo de socialização se intensifica, e a formação de um sujeito crítico e reflexivo se consolida.

3 EDUCAÇÃO: PRINCÍPIOS ELEMENTARES PARA A TERCEIRA IDADE

No contexto social brasileiro, nota-se que a marginalização apresenta-se como um fator de grande destaque pela negatividade que representa. Percebe-se que estereótipos e preconceitos estão sendo vivenciados por vários segmentos da população, o que acentua consideravelmente a disparidade social, política, econômica e cultural no Brasil.

Os grupos minoritários sofrem cada vez mais com a opressão da classe dominante, sendo que seus direitos muitas vezes são negados, o que impede que o pleno exercício da cidadania e o respeito pela dignidade ocorram. Dentre estes grupos, destaca-se a população idosa, na qual boa parte de seus integrantes por vários motivos não tiveram a oportunidade de acesso à educação, ou a tiveram de maneira rudimentar e/ou fragmentada.

A educação se constitui como um processo presente e elementar nas diferentes sociedades, assumindo características próprias, ideais e objetivos segundo o espaço e tempo, tal como as estruturas políticas e sociais. Desta maneira, por meio de sua origem, seus objetivos e sua função constitui-se como um fenômeno social e guarda relações com o contexto político, econômico, científico e cultural de uma sociedade historicamente determinada.

É necessário, contudo, compreender que a educação é um conjunto da produção humana, e se caracteriza como um trabalho não-material, tendo relação direta com hábitos, conceitos, habilidades, atitudes e idéias (SAVIANI, 2003).

Embora seja um processo constante em todas as sociedades, a educação não é a mesma em todos os tempos e lugares, vincula-se ao projeto de homem e de sociedade que se deseja emergir através do processo educativo. O fenômeno educativo só pode ser entendido como uma prática social, que envolve uma multiplicidade de aspectos, os quais permeiam a vida total do homem. Dessa maneira, “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses” (PINTO, 1994, p.29).

Assim, a educação voltada para o segmento idoso deve revestir-se de uma ação consciente e que de fato atinja seus objetivos para este grupo, o qual necessita de metodologias, materiais e enfoques específicos.

O presente capítulo tem por objetivo discutir sobre as finalidades da educação, sobre a educação permanente e a educação voltada para a terceira idade. Também será discutido sobre a importância da gerontologia educacional e da educação gerontológica, como a educação enquanto direito de todos.

3.1 EDUCAÇÃO: PRINCÍPIOS E FINS

Atualmente, a educação assume cada vez mais seu papel de transformadora da sociedade, uma vez que se busca através dela, a reformulação dos ideais sociais, políticos, científicos e culturais. Segundo Freire (1979, p. 27), “a educação é uma resposta da finitude da infinitude”, pois o sujeito é incompleto, e encontra nos processos educacionais pressupostos para suprir sua constituição pessoal inacabada, independente de sua idade ou situação social.

Neste contexto, observa-se o quanto às pessoas estão presas às ideologias que permeiam todo pensamento político, social e cultural, evidenciando a dificuldade em compreender a complexidade deste pensamento, tal como as suas possíveis transformações. Sendo assim, é preciso e urgente auxiliar as pessoas nesta transformação, porque apenas desta maneira será possível reverter muitos problemas sociais, em especial a exclusão e estereótipos negativos atribuídos ao idoso na sociedade brasileira.

Por meio da educação é possível reconhecer as capacidades de mudança da população, que uma vez instruída tem capacidade de discernir entre o que julga correto ou errado, podendo tecer opiniões e propor novas mudanças para a estruturação de uma sociedade mais digna, justa e igualitária.

Torna-se imprescindível rever as estruturas que permeiam a educação, para que se possam re-direcionar os aspectos excludentes da cultura vigente. Neste âmbito, é preciso ressaltar o papel democrático que a educação possui como todas as possibilidades de mudança que podem ocorrer por seu intermédio. Segundo Saviani, a educação deve evoluir enquanto reprodutora das desigualdades sociais.

Desta maneira, a educação desponta como um instrumento indispensável para a formação de um novo homem, por meio do processo de socialização e integração, sendo possível desmistificar os choques culturais e sociais presentes na

sociedade brasileira. Assim, a população passa a exigir cada vez mais condições de acesso à educação, com mais qualidade e que proporcione uma formação que contemple as necessidades e aspirações populacionais independente de idade ou classe social.

O Estado, referenciando o estado máximo do lucro, estabelece em suas estruturas condições muitas vezes limitadas de acesso a uma educação de qualidade, principalmente para a população mais pobre, dando cada vez mais ênfase, a um estado mínimo das condições básicas apenas como sobrevivência.

Nas sociedades capitalistas, a educação tem estado a serviço da manutenção dos privilégios de classe. A ideologia liberal, que dá sustentação ao sistema capitalista coloca a questão em termos de diferenças individuais, atribuindo ao próprio indivíduo o seu sucesso ou fracasso social e escolar, omitindo os condicionantes de ordem social, histórica, política e econômica que levam algumas pessoas ao sucesso e outras à marginalização ou exclusão do sistema como um todo, legitimando a sociedade de classes (SAVIANI, 2003; 2006).

A educação problematizadora se identifica com o movimento permanente no qual se encontram os sujeitos, que são inconclusos; partindo dos mesmos, esse movimento é histórico, no qual esse sujeito é objeto (FREIRE, 2005).

Segundo Freire (2005), ao ligar-se a uma das tendências da moderna concepção progressista, admite que seja necessário tornar a educação acessível às camadas populares. Porém, a educação cumprirá caráter político e social na medida em que possa criar o espaço de discussão e problematização da realidade, com vistas à educação consciente, voltada para o exercício da cidadania por sujeitos comprometidos com a transformação da realidade, envolvendo jovens, adultos e idosos nas mais diversas dimensões.

Um regime político democrático⁹ exige que as pessoas tenham domínio de instrumentos da cultura letrada, que assumam valores e atitudes democráticas: a consciência de direitos e deveres, a disposição para a participação, para o debate de idéias e o reconhecimento de posições diferentes das suas. Assim, “a educação tem um papel político fundamental, ela deve desempenhar um papel eminentemente

⁹ Democracia e o chamado regime democrático, constituem-se, na qualidade de conceitos elementares da Ciência Política, muito mais em uma resultante estrutural dialética, relativamente a um processo histórico-factual de uma Sociedade, de nítida feição político-ideológica, do que propriamente em um modelo concepcional de regime político que poderia, em tese, ser implantado, aleatoriamente, conforme desejo formal, de algum modo, manifestado por um povo ou, - o que é mais comum -, por uma classe ou grupo governante (FRIEDE, s/d, p.1).

democrático, ser um lugar de encontro, de permanente troca de experiências” (GADOTTI, 1984, p. 157).

O Brasil vem reconstruindo as instituições democráticas e nesse processo a educação tem um papel a cumprir com relação à consolidação da democracia. Sendo assim, a educação deve estabelecer uma relação dialética no contexto social e histórico em que está inserida.

Cabe a educação estabelecer uma relação democrática entre a política e os sujeitos deste paradoxo educacional, a fim de re-ordenar e reconstruir gradativamente um processo de ensino-aprendizagem pautado na construção e re-construção crítica, reflexiva e democrática dos conhecimentos, no qual todos os indivíduos presentes neste meio possam desenvolver-se e constituírem-se como cidadãos atuantes e conscientes.

A educação é o reflexo da sociedade capitalista, bem como a sociedade é reflexo desta educação. Todo homem em qualquer lugar, em qualquer circunstância, está envolto sobre o processo educativo. Não é possível pensar e fazer educação desvinculada da realidade. A educação precisa voltar-se para a realidade, mas principalmente transformá-la. Como afirma Pinto (1989, p. 39), “a educação é um processo histórico de criação do homem para a sociedade e simultaneamente de modificações da sociedade para o benefício do homem”.

“Nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais. Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados” (FREIRE, 1979, p. 61). Assim, cabe a educação estabelecer uma relação democrática entre a política e os sujeitos deste paradoxo educacional, a fim de re-ordenar e reconstruir gradativamente um processo ensino-aprendizagem pautado na construção e re-construção crítica, reflexiva e democrática dos conhecimentos, na qual todos os indivíduos presentes neste meio possam desenvolver-se e constituírem-se como cidadãos atuantes e conscientes.

Sendo assim, a educação se estrutura com fins específicos e princípios elementares para uma formação integral do ser humano. Uma das principais finalidades da educação se refere à formação do cidadão crítico, para que este tenha acesso aos seus direitos, saiba reclamar suas oportunidades e tenha consciência da sua participação para constituição de uma sociedade democrática.

A educação para a cidadania deve proporcionar a todos os indivíduos o conhecimento dos seus direitos, por meio de uma formação que contemple capacidades mínimas de compreensão, leitura e escrita, para que nenhum sujeito esteja incapacitado de julgar a estrutura social e política em que está inserido.

Nesta mesma perspectiva, outro fim da educação se refere à preparação para a participação, pois um indivíduo somente poderá se constituir enquanto cidadão a partir do momento em que participar ativamente da sociedade, não apenas tendo direito a voto, mas tenha direito a voz, podendo expor suas necessidades, angustias, dúvidas, reclamações e propostas.

A socialização também é referenciada como uma finalidade da educação, pois é por meio do processo educacional que a socialização se intensifica, permitindo que os indivíduos estabeleçam relações entre si e entre a sociedade, numa proposta de contínua transformação social. “O papel da educação é fundamental na formação de um indivíduo, uma vez que a inserção do ser humano na sociedade ocorre a partir da sociabilidade adquirida” (HERÉDIA, 2006, p. 120). Portanto, a socialização é inerente ao ser humano, pois este está incluso no contexto social, mas pela educação têm por finalidade propiciar uma formação social, política e cultural para todos os sujeitos.

Neste sentido, as relações entre indivíduos e grupos são determinadas devido a sua trama social, mas é por meio da educação que as relações se estruturam de maneira mais complexa. Assim, a inserção educacional difere-se de qualquer outra inclusão, pois é por meio desta que as pessoas podem emergir e alcançar novas estruturas em sua rede social.

Educação como prática de liberdade também é uma finalidade, pois permite que os indivíduos conheçam novos espaços e tenham acesso a informações, que aliadas ao processo de socialização, levam à libertação das opressões sofridas pela população, principalmente a das classes mais baixas.

Neste sentido, a educação se justifica para uma formação de valores, ética e moral, propiciando novas condições de reflexão acerca da realidade em que cada indivíduo está incluso, além da disseminação do respeito mútuo, como dos valores pessoais, que por vezes não são lembrados ou acatados. Percebe-se que por meio da educação, há a possibilidade de uma reestruturação social e cultural, que se faz emergente na sociedade atual, onde o capital está a frente de qualquer princípio.

É também através da educação que se busca o desenvolvimento das capacidades individuais, propiciando que cada pessoa amplie suas habilidades, tanto para o trabalho quanto para o desenvolvimento de atividades cotidianas. Desta maneira, devem se propiciar condições mínimas de formação que permitam que as capacidades se desenvolvam. Outra finalidade da educação está intimamente relacionada com a preparação para as situações cotidianas, afirmando que toda e qualquer pessoa deve ter a capacidade de conseguir pequenas tarefas, como resolver pequenos problemas em seu entorno social.

Entre os fins da educação, também se destaca a formação de atitudes numa visão mais humanística e democrática, permitindo que toda população tenha condições de desenvolver-se numa concepção mais ampla, que fortaleça o ser humano enquanto sujeito político, social e cultural.

Além das finalidades acima descritas, a educação objetiva a formação que qualifique para o trabalho, com desenvolvimento de capacidades e condições mínimas para que toda população, principalmente as mais carentes tenham oportunidade de acesso a cursos de formação e se integrem ao mercado de trabalho de maneira qualificada.

A educação deve propiciar acesso à produção intelectual como também para a construção de novos saberes nas mais diversas áreas do conhecimento, facilitando a toda a população uma educação tecnológica, que desmistifique as mudanças e inovações resultantes do processo de globalização. Segundo Novaes (1997, p.144), “hoje não basta o conhecimento: de fundamental importância é o exercício da capacidade de pensar, imaginar e criar. É preciso ampliar o leque das habilidades a serem estimuladas e acentuar a satisfação e o prazer de aprender e criar”.

Desta maneira, a população, independente de idade, etnia, gênero ou condição social deve ter uma educação completa e global, que permita o desenvolvimento real de cada sujeito, para que realmente a transformação e evolução social ocorram, além da superação dos preconceitos, estigmas e estereótipos que os grupos minoritários¹⁰ sofrem atualmente.

¹⁰ Grupos distintos dentro da população do Estado, possuindo características étnicas, religiosas ou lingüísticas estáveis, que diferem daquelas do resto da população; em princípio numericamente inferiores ao resto da população; em uma posição de não dominância; vítima de discriminação. No Brasil isto compreende os índios; os ciganos; as comunidades negras remanescentes de quilombos; comunidades descendentes de imigrantes; membros de comunidades religiosas. Fonte: < <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/...> >.

Neste sentido torna-se cada vez mais evidente a importância de uma educação que propicie o aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conhecer e aprender a conviver (DELORS, 1999).

Entende-se que a educação é uma prática social, que tem sua intencionalidade e finalidade, além de contemplar o homem em sua totalidade, por meio de uma formação que esteja direcionada para questões relativas ao ser humano em sua integralidade, nos caráter social, político, econômico, cultural, biológico, éticos e moral.

É necessário pautar-se numa teoria crítica que dê substância concreta ao esforço de subsidiar uma educação de qualidade nas condições históricas atuais, além de evitar que a mesma seja articulada e apropriada segundo os interesses da classe dominante (SAVIANI, 2003).

Pensar nas finalidades e princípios da educação, não remete apenas a educação formal escolarizada, mas referencia todas as possibilidades educacionais, seja em espaços formais ou não formais, permitindo que a educação aconteça de maneira permanente e que seja privilégio de todos.

3.1.1 Educação permanente

O indivíduo aprende constantemente em sua vida, assim, a educação não pode ser caracterizada apenas como uma etapa com tempo e espaço pré-determinados. Segundo Furter (1976) homem é um ser inacabado, que busca a perfeição, neste sentido, a educação se torna um processo contínuo que só termina com a morte.

Ao se pensar a educação como uma ação permanente e que o processo de aprendizagem ocorre durante toda a vida do homem, não evidencia apenas uma evolução do pensamento pedagógico, trata-se de uma necessidade de constante atualização num ambiente globalizado onde as mudanças são rápidas e contínuas, permitindo que o homem evolua segundo estes preceitos (OLIVEIRA, 1999).

Desta maneira, a educação enquanto prática social permite que o homem constantemente aprenda, tornando-se possível pensar numa transformação cultural e na própria sociedade. Para Pinto (1989, p. 39), “a educação não é uma conquista

do indivíduo”, mas sim “uma função da sociedade e como tal dependente de seu grau de desenvolvimento. Onde há sociedade há educação: logo, esta é permanente”.

A evolução social decorre da ação educacional. Assim, pensar a educação para a transformação implica num caráter permanente, tanto para que a sociedade possa se desenvolver, quanto para que o indivíduo possa estar integrado a este desenvolvimento.

Nesse ponto, Gadotti (1984, p. 69) afirma que, “a educação permanente visa uma educação rearranjada, refletida e integrada no seu todo. Ela sustenta a idéia de um controle de todos os recursos educativos possíveis de uma sociedade e de sua execução”. A estrutura educacional começa a ser pensada num outro viés, emergindo do pensamento escolar, não o descaracterizando, mas assegurando que o processo de aprendizagem não se completa nos bancos escolares.

Nesta perspectiva, “imprescindível é reconstruir uma completa e compreensível imagem da educação ao longo da vida nas diferentes sociedades, levando-se em conta as crescentes aspirações e demandas para atuar com mais autonomia e competência” (PALMA, 2000, p. 103). A sociedade atual está exigindo uma nova postura do homem, com mais capacidades e conhecimentos, e este desenvolvimento somente poderá ocorrer por meio de uma ação educacional consciente e que aconteça de maneira permanente, permitindo a atualização constante.

Assim, “a preocupação básica que orienta o desdobramento de educação permanente e desenvolvimento cultural não se refere à contínua maturação humana, mas ao desenvolvimento socioeconômico e cultural” (PAIVA, 1985, p. 48). Possibilita-se, então, que o homem, no espaço histórico, cultural, político e social em que está inserido, consiga evoluir junto com a sociedade, e esta evolução individual reflete diretamente na constante evolução social.

Por meio da educação, o homem se humaniza, se caracteriza, torna-se social e consciente. “A educação é um processo contínuo e permanente que dá ao ser humano o sentido da vida, pela possibilidade que estabelece na medida em que promove maior compreensão sobre o mundo” (HERÉDIA, 2006, p. 126).

A educação permanente representa uma necessidade de ampliação da participação ativa do homem no contexto social e cultural, visando uma melhoria nas relações interpessoais, na qualidade de vida, na compreensão de mundo e na

esperança de futuro melhor e mais digno. Pela educação permanente assume-se uma nova concepção de vida humana, cujo princípio central é só aprender, mas principalmente viver para aprender, estando integrado e interagindo com quem se encontra ao seu redor (OLIVEIRA, 2007).

A educação deve desenvolver o sujeito como um todo, permitindo que este esteja integrado à sociedade, com uma participação ativa e consciente. Pensar num desenvolvimento integral permite pensar numa educação permanente que vise à superação da marginalização social, possibilitando uma formação contínua, que tenha como princípio elementar a prática social, pensando o homem em sua totalidade.

Conforme Toni (2006), “pensar a educação é entender que o ser humano, de maneira flexível e adaptativa, aprende desde o nascimento até a morte” (p.139). O sujeito no processo de aprendizagem “utiliza saberes já adquiridos, os quais, somados aos que vai experienciando e vivenciando em seu cotidiano, o tornam um ser aprendente” (p. 139).

Para que a educação permanente ocorra satisfatoriamente, há necessidade de que esta seja organizada e pensada para que atinja seus fins. Segundo Furter (1976, p. 127),

a necessidade de uma educação contínua, que seja uma constância na vida humana e que permita viver plenamente o mundo planetário, não pode ser preenchida por um simples prolongamento da educação, nem por um maior alastramento do campo escolar. Deve tomar a forma de uma educação permanente, a partir da qual deverá ser pensada toda educação, e que obrigará os educadores a inventar novas técnicas e novos métodos adequados.

A partir do momento em que a educação permanente fixar seus propósitos e estruturar-se de maneira democrática, um grande salto qualitativo irá ocorrer na educação. O homem aprende durante toda sua vida, seja em espaços escolarizados ou não, assim, possibilitar que a educação traga mais qualidade para as aprendizagens é fundamental.

A educação permanente possibilita o desenvolvimento do capital humano (MOODY, 2008). Desta maneira, a mesma deve estar vinculada para que realmente este capital se desenvolva independente da classe social ou situação de

marginalização em que o indivíduo esteja inserido, permitindo que o desenvolvimento intelectual, social, cultural e político ocorram.

Logo, ao se pensar a educação permanente, torna-se imprescindível pensar esta para o idoso. Segundo Saraiva (2004, p. 31), o conceito de educação permanente,

como formulado originalmente, era uma crítica à idéia que separava em etapas ao longo da vida os períodos de formação (correspondentes à infância e a juventude), trabalho produtivo (idade adulta) e tempo livre (velhice, tempo posterior à aposentadoria), substituindo-se pela educação permanente, trazendo a idéia de contínua atualização de conhecimentos. Essa atualização é necessária frente ao ritmo acelerado da mudança social e tecnológica, além de diminuir o fosso cultural da terceira idade, já que, devido à redução dos índices de natalidade e elevação da expectativa de vida, a população tende ao envelhecimento.

Então, percebe-se a necessidade de uma ação educacional voltada para terceira idade, num caráter de educação permanente. Nota-se que quando a educação torna-se permanente na vida dos idosos, é possível encontrar um novo sentido em viver, mesmo quando já se encontram desacreditados pela própria sociedade.

Neste sentido, a educação permanente é considerada atualmente como “um processo que não se conclui nunca, estendendo-se por toda a vida dos sujeitos. Significa dar oportunidade de aprendizagens contínuas, objetivando a atualização do ser humano, atendendo suas necessidades de interação e aprimoramento do saber” (TEODORO, 2006, p. 43).

Dessa maneira, Mosquera (1975, p. 141) conclui que “educação permanente é universal no seu caráter e essencial à completa democratização da aprendizagem, caracterizada pela sua flexibilidade e diversidade em conteúdos, apreendendo elementos, técnicas e finalidades abertas ao tempo e ao espaço”.

3.2 EDUCAÇÃO NA TERCEIRA IDADE

As relações sociais indicam os contrastes vigentes na sociedade, tanto nos âmbitos pessoais, educacionais, econômicos e políticos. Tais relações apresentam-se no limiar das atividades humanas, caracterizando assim as condições de igualdade e desigualdade presentes nesta realidade, como também a hegemonia exercida pelo governo.

As ações hegemônicas delimitam o espaço de inserção da população, sendo que muitas vezes as oportunidades de melhorias nas condições de vida da classe dominada não ocorrem por falta de oportunidades e em alguns casos, por repressões ideológicas, que se mostram incisivas na estrutura social.

O estado é baseado em um poder hegemônico que exerce sobre a população, sendo que a ideologia¹¹ da classe dominante repercute diretamente nas suas ações.

O Brasil é mais do que um país. É uma imensa região marcada por profundas assimetrias e desigualdades econômicas e sociais, regionais e étnicas, com um considerável e histórico atraso na construção da educação para todos (TEODORO, 2003).

A partir dessas condições, as desigualdades sociais, representam inúmeras impossibilidades de re-estrutura econômica, política e social. Nessas condições, a população muitas vezes se encontra a deriva, sendo colocados seus interesses e aspirações em segundo plano. A desigualdade social pressupõe injustiças sociais, pautadas na diferença. Já a inclusão social está ligada diretamente ao direito à liberdade. Nesse âmbito, também se observa a situação em que se encontra o idoso, tal como as dificuldades enfrentadas por este segmento da população.

Nos dias atuais, as discussões acerca do envelhecimento e da velhice estão em grande evidência no contexto nacional. Aponta-se tanto num âmbito social mais amplo, como na própria família, as condições que os idosos enfrentam, salientando

¹¹ Marx descobriu que temos a ilusão de estarmos pensando e agindo com nossa própria cabeça e por nossa própria vontade, racional e livremente, de acordo com nosso entendimento e nossa liberdade, porque desconhecemos um poder invisível que nos força a pensar como pensamos e agir como agimos. A esse poder - que é social - ele deu o nome de ideologia. A ideologia é um fenômeno histórico-social decorrente do modo de produção econômico. A função principal da ideologia é ocultar e dissimular as divisões sociais e políticas, dar-lhes a aparência de indivisão e de diferenças naturais entre os seres humanos (CHAUÍ, 2000).

as questões de discriminação, preconceito e marginalização com relação a essa faixa etária.

Os preconceitos acerca da velhice elucidam as faces da discriminação e opressão que muitos idosos sofrem, por serem considerados sujeitos improdutivos e sem capacidade de aprender. Nesse sentido, o idoso fica caracterizado como um peso para a sociedade, a qual por muitas vezes o oprime, considerando que seus conhecimentos são ultrapassados e suas experiências não tem significado.

Nas condições em que vive, a pessoa idosa vivencia através de suas experiências sociais, um grande detrimento nas suas relações afetivas, ocasionando dificuldades de englobar-se novamente num âmbito que a permita desfrutar de uma melhor qualidade de vida. Assim, observa-se que o idoso tende-se ao isolamento, pois através dos valores apresentados pela sociedade em que tudo que é “velho” não tem mais utilidade, este se considera como um obstáculo para a vida social.

No próprio contexto social no qual o idoso é vítima de discriminações, ele passa também a se sentir acuado e, como consequência, perde a iniciativa e motivação (OLIVEIRA, 1999, p. 71).

Desta maneira, há um fator de desmotivação, onde a pessoa idosa começa a perder a sua própria identidade, sendo levada à inatividade, a auto-crítica e a baixa auto-estima. Nessas condições, o idoso torna-se cada vez mais oprimido pela própria sociedade e também, muitas vezes pelos seus pares.

Nessa realidade, percebe-se que muitas vezes o idoso, é visto como incapaz de estabelecer suas aspirações, cabendo somente o que lhe é imposto ou referido. Segundo Freire (2005), seria, realmente, uma violência, como de fato é, que os homens, seres históricos e necessariamente inseridos num movimento de busca, com outros homens, não fossem o sujeito de seu próprio movimento.

Para possibilitar uma visão diferenciada acerca do idoso e da velhice, a educação surge como oportunidade de ação, tanto para a sociedade conhecer e aprender a respeitar o idoso, como para o idoso ter novas condições de abrir-se para o mundo, conhecendo seus direitos e vivenciando novas experiências.

A educação tem um papel político fundamental, ela deve desempenhar um papel eminentemente democrático, ser um lugar de encontro, de permanente troca de experiências (GADOTTI, 1984).

Percebe-se então que a educação possui um caráter de transformação, ultrapassando a mera idéia de transmissão de informações. Nesse sentido,

parafraseando Piconez (2002), a educação instrumentaliza crítica e criativamente, tendo em vista a inovação da realidade. Desta maneira, observa-se o quanto o processo educativo permite um estágio de mudanças, independente da idade.

O processo de mudança desejada representa um longo caminho a ser percorrido, no entanto se o primeiro passo não for dado, nunca se efetivará a transformação almejada. Assim, “a educação em qualquer caso, traria o germe da mudança, tornando-se por isso instrumento de realização de utopias” (PAIVA, 1985, p.39).

Nesse âmbito, “os velhos precisam de um espaço de fala que torne possível uma re-significação de seu eu. Algo que lhes permita relançar o desejo e manter o olhar sobre si” (CASTRO, 2001, p. 68). Desta maneira, a educação é um importante meio de transformação e valorização destas pessoas.

Observa-se que as pessoas idosas estão começando a serem percebidas como seres pensantes, que tem muito para ensinar, porém ainda tem muito a aprender, demonstrando o quanto possuem a necessidade de sempre estar em contato com novos conhecimentos e novas experiências.

Hoje, a educação na terceira idade volta-se para um âmbito diferenciado, não mais sendo um meio de assistencialismo aos envolvidos. Nota-se um novo enfoque, pois se percebe que o idoso não é apenas uma pessoa que necessita de atividades recreativas para ocupar seu tempo, mas sim, precisa de espaço para crescer sempre.

A educação é vista como um meio de libertação e mudanças na Terceira Idade, permitindo uma re-avaliação das características próprias, além de propiciar um processo de análise e reflexão para estas pessoas.

Moragas (1991, p. 54) destaca que “muita gente se surpreende ao comprovar que pessoas idosas desempenham atividades físicas e intelectuais com plena efetividade”. Mas percebe-se que na sociedade brasileira, na maioria das vezes, convive-se com um conceito pejorativo da velhice, acrescido do descaso geral com relação a essa faixa etária. Há a desconsideração da capacidade de produção e de aprendizagem para a Terceira Idade.

O processo educacional deve ocorrer como ponto fundamental da socialização do idoso, uma vez que se deve estar constantemente buscando socializar-se. Assim, Romans, Petrus e Trilla (2003, p. 90), ressaltam que

... a educação social, ou a pedagogia gerontológica, pode oferecer a aquisição de novas habilidades e técnicas de aprendizagem, principalmente se se leva em conta que as pessoas idosas utilizam, com frequência, habilidades não adaptadas ao meio educativo atual.

Sendo assim, para que o idoso possa estar diretamente em contato com novas possibilidades de aprendizagem, é fundamental que este esteja inserido num processo educacional, havendo a mediação de conhecimentos para a estruturação da formação contínua do indivíduo enquanto ser social.

A educação não se restringe a mera transmissora de cultura, mas necessita estabelecer seu alicerce nesta cultura, abarcando as transformações decorrentes na sociedade, nos aspectos sociais, econômicos e políticos. Tais mudanças, decorrentes da evolução e desenvolvimento da sociedade, apresentam-se como influência direta na educação.

Freire (2005) admite que seja necessário tornar a educação acessível às camadas populares. Porém, a educação cumprirá caráter político e social na medida em que possa criar o espaço de discussão e problematização da realidade, com vistas à educação consciente, voltada para o exercício da cidadania por sujeitos comprometidos com a transformação da realidade.

Todo indivíduo está envolto num processo educativo, seja onde for e em qual circunstância se encontrar, evidenciando que a educação permanente encontra-se não apenas na educação formal, mas também nos mais diversos espaços da educação não-formal. Assim, torna-se imprescindível conscientizar-se da importância de todas as possibilidades de ensino e aprendizagem, como também da realidade apresentada.

Nesse contexto, Paulo Freire (2005) salienta que a educação precisa voltar-se para a realidade e, principalmente transformá-la, sendo necessário reinventar a própria a educação.

Torna-se necessário, antes de compreender a inserção do idoso num contexto educacional, refletir sobre o processo de envelhecimento e a velhice, sabendo-se que “o envelhecimento proporciona variedade e riqueza de experiências psicossociais e reacionais” (MORAGAS, 1991, p. 124).

A partir do momento em que o idoso percebe-se como ator de sua vida, conquista um espaço mais respeitado no cenário familiar e social. Pois, como afirma Paulo Freire, “somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e

se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua 'convivência' com o regime opressor" (FREIRE, 2005, p. 58-59).

Os idosos têm a capacidade de aprender, independente da sua idade, a partir do momento em que são incentivados, o processo de aprendizagem ocorre de maneira significativa. Conforme aponta Moragas (1991) para que os idosos tenham uma aprendizagem efetiva, são necessárias motivações adequadas, além de um meio que permita o tempo de assimilação e que assegure um papel social significativo a estas pessoas.

Para Sá (2004), o idoso quer se tornar pessoa através de seus pares e daqueles que constituem o seu universo. Ele é capaz de incorporar, na sua relação, não apenas a família, mas amigos, o próximo, outros idosos, os oprimidos, os opressores, a sociedade...

Assim, o idoso tem condições através do processo educativo, de socializar-se, além de inserir-se num contexto social maior, ampliando suas relações pessoais, conhecendo novas realidades, desmistificando medos e percebendo todo o espaço que pode conhecer e vivenciar. Segundo Freire (1971) entende-se que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser reconhecida. É fundamental, contudo, partir do pressuposto de que o homem é um ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo.

Neste âmbito, torna-se essencial considerar que o idoso, independente de sua idade ou condição tem direito de conhecer o mundo. Todavia, é preciso considerar os níveis de abstração e compreensão dos alunos, pois como afirma Freire, "impor a eles a nossa compreensão em nome de sua libertação é aceitar soluções autoritárias como caminhos de liberdade" (FREIRE, 1988, p. 27).

Ao exercitar seu papel social o homem utiliza suas perspectivas de cidadania, a qual para ser efetivamente exercitada, exige do indivíduo a capacidade de analisar e compreender a realidade, criticá-la e atuar sobre ela. Porém, para que esta nova realidade seja delineada se faz necessário um novo olhar mais atento sobre o processo de envelhecimento, além do apoio da sociedade civil e pública para que oportunizem ações preventivas permitindo a construção de uma nova realidade.

É preciso rever como o idoso está sendo percebido e aceito na sociedade, como também está presenciando estas mudanças no espaço político-social e em sua própria vida. A partir desta análise, torna-se pautável compreender como a educação poderá modificar este quadro, vivenciado em nossa sociedade há muitos anos.

Desta maneira, o papel da educação nesta realidade torna-se fundamental, pois é através da mesma que as heranças culturais presentes em nossa realidade poderão modificar-se no pensamento da população, além de propiciar avanços nas relações pessoais e na estrutura social e democrática.

Como afirma Freire (1992, p.10), há a necessidade de uma pedagogia da esperança, "como programa, a desesperança nos imobiliza e nos faz sucumbir no fatalismo onde não é possível juntar as forças indispensáveis ao embate re-criador do mundo".

3.2.1 Mito da incapacidade de aprender

Uma das maiores dificuldades da educação para a terceira idade encontra-se no mito de que o idoso não tem condições para aprender mais. Porém, isto não passa de um mito, pois uma pessoa é incapaz de aprender quando possui alguma patologia que a impeça, mas isso pode ocorrer desde a primeira infância até a velhice.

Segundo Oliveira (2001, p.26), "ritmo diferenciado não se identifica com incapacidade". Os idosos podem demandar mais tempo para a realização de alguma tarefa ou até mesmo precisar de uma maior explicação para realizá-la, mas isto não caracteriza que ele não tem condições de fazer. Esta questão também se refere à educação, pois com material e metodologia adequados o idoso tem condições de aprender.

A terceira idade, na sociedade brasileira, reveste-se de preconceitos. A sociedade capitalista baseia-se na produtividade, visando essencialmente ao lucro. Em tal contexto, o idoso é considerado improdutivo e excluído do sistema de produção. Nesse aspecto repousa, de maneira inconsistente, a justificativa para muitos procedimentos inadequados e injustos vitimando os idosos, entre eles, a

educação, que pouco contempla essa faixa etária por não acreditar em um retorno futuro (OLIVEIRA, 2001).

Entretanto observa-se na sociedade que é negado ao idoso o direito de aprender. Também existe a alegação econômica, que tenta se justificar pelo fato que os investimentos na educação de idosos não terão retorno para a sociedade. Outro posicionamento se refere a uma educação de cunho compensatório, que objetiva apenas um acesso a alfabetização, muitas vezes de maneira rudimentar, com um discurso de inclusão dos idosos, mas sem propiciar uma educação crítica (NERI; CACHIONI, 1999).

Assim, a incapacidade de aprender é mais um dos estereótipos da velhice na sociedade brasileira, que precisa ser superado. É necessário considerar a participação ativa do idoso na sociedade, sendo que a educação volta-se para a consolidação de novos papéis sociais, além de uma valorização da pessoa enquanto sujeito.

3.2.2 Educação como possibilidade de mudança

A educação para a terceira idade deve possibilitar uma maior inserção e integração social dos idosos, permitindo que através do processo educativo, haja a transformação no contexto em que o mesmo está inserido, como também uma evolução cultural, que reconheça a relevância do processo de envelhecimento e a velhice. Segundo Toni (2006, p. 148), há necessidade de uma “educação que promove o ser humano que envelhece e o prepara para ser agente de transformações sociais”.

A partir do processo educacional, o indivíduo se insere num espaço cultural mais amplo, permitindo que comece a visualizar sua real situação e comece a refletir criticamente acerca das condições em que vive. Além disso, por meio deste processo que se pode alcançar a formação de um idoso mais inserido nas questões sociais e políticas.

Conforme afirma Silva (2008, p. 61),

a educação política de todo cidadão é produto de uma formação básica e o ensino de boa qualidade colabora nessa aprendizagem. É preciso destacar nela o núcleo da educação popular como sendo capaz de efetivar a construção da democracia e formar a consciência política de participação.

A participação política possibilita a leitura das ações que envolvem diretamente e indiretamente os idosos, como também a sua própria inserção e atuação, na luta por direitos para uma melhor qualidade de vida. O apoio da sociedade, oportunidades para uma educação continua durante toda a vida, e proteção frente à violência e abuso, são fatores fundamentais do contexto social que melhoram as condições de vida e a participação à medida que as pessoas envelhecem (SMETHURST, 2004).

Percebe-se, então, que “a continuidade do processo de educação favorece a melhor qualidade de vida, ampliando o nível cultural dos indivíduos e grupos e, conseqüentemente, facilita a inserção participativa na sociedade” (SALGADO, 2007, p. 75). Assim, a educação permanente pressupõe toda ação educacional voltada para a população idosa, consolidando uma ação educacional que ocorre durante todas as etapas da vida, inclusive na velhice.

A educação quando percebida como possibilidade de mudanças sociais permite que indivíduos, independente de condições sociais, raciais, étnicas e cronológicas, encontrem novas oportunidades. Dentre as finalidades da educação, encontra-se a necessidade de uma formação voltada para a mudança, possibilitando que os sujeitos tenham condições claras de reclamar por seus direitos, organizarem-se em prol de objetivos comuns e que não sejam ludibriados por falta de um ensino que contemple as necessidades educacionais elementares de qualquer cidadão.

Segundo Oliveira (2001), a educação precisa ser considerada como a manifestação do compromisso maior da sociedade que busca quebrar barreiras sociais, possibilitando uma real democracia, igualdade de participação e exercício da cidadania de todos os indivíduos.

3.2.3 Exercício da cidadania

Uma educação voltada para a terceira idade deve possibilitar que o pleno exercício da cidadania seja contemplado, na qual os indivíduos tornem-se ativos e participativos. Segundo Henriques e Ireland (2007, p. 66), “la educación, como derecho individual, es un factor clave para originar el cambio personal y participación en la ciudadanía, y todos deben tener acceso a esta en toda etapa de la vida”.

Por meio da educação busca-se um idoso cada vez mais ativo, consciente do processo de envelhecimento e da organização socioeconômica e política em que se encontra. Para que o envelhecimento ativo seja possível torna-se indispensável “propiciar educação e oportunidades de aprendizagem durante o curso da vida” (WHO, 2005, p. 51).

Desta maneira, ao se pensar numa educação permanente, deve-se situar a importância da cidadania, mas não apenas destinada a uma classe dominante, mas sim que seja possível para as minorias, para que estas encontrem na educação a possibilidade de ascensão e crescimento. Neste sentido, “a democratização da cultura pode romper com o círculo de exclusão social” (LUTZ; TEIXEIRA, 2004, p. 149), além de permitir que oportunidades sejam dadas àqueles que nunca as tiveram.

Segundo Pontarolo e Oliveira (2008, p. 122)

com a melhoria do nível educacional da população, certamente a população de idosos, será vista com olhares menos preconceituosos e discriminatórios, e esse novo olhar permitirá mudanças na concepção sobre igualdade e universalidade de direitos a fim de se conquistar uma sociedade mais justa e igualitária.

Sendo assim, pensar num exercício pleno de cidadania, remete-se a uma ação educacional consciente, que realmente seja voltada para o público idoso e que compreenda a participação de cada sujeito como contribuição efetiva para a melhoria da sociedade em todos os aspectos, permitindo que todos sejam tratados com mais dignidade e respeito e atuem como verdadeiros atores sociais.

Pensar a educação para o exercício da cidadania é pensar numa ação consciente que leve à independência, liberdade e uma melhor qualidade de vida.

3.2.4 Educação para uma melhor qualidade de vida

A educação precisa ser pensada num ambiente que permita a integração por meio de uma ação que possibilite uma formação integral do indivíduo, para que este possa desenvolver suas habilidades e capacidades, além de exercer conscientemente sua cidadania e ter cada vez mais uma melhor qualidade de vida.

Segundo Doll (2008, p. 12) a educação “não deve ser mais vista como um conteúdo determinado a ser assimilado pelo aluno, mas como um processo contínuo, marcado pela diversidade das experiências, que deve permitir ao aprendiz ser cada vez mais ele mesmo”.

Neste sentido, o idoso encontra na educação a chance de se auto-afirmar, consolidando sua identidade e seus papéis sociais. Assim, torna-se possível pensar o processo educacional como meio de transformação, integração, elevação da auto-estima e qualidade de vida. Como afirma Toni (2006, p.134), “a educação precisa ser um processo de humanização do indivíduo em sociedade e de estímulo, que contribui para a qualificação da velhice, através da busca de elementos que dêem sentido ao viver e conviver”.

O idoso, então, tem através da ação educativa a oportunidade de ver-se ativo novamente, não apenas pensando numa formação para a atividade laboral, mas por meio de uma conscientização de si, que permite a autoconfiança e o reconhecimento que a velhice não significa finitude ou incapacidade. Assim, “o acesso à educação, é um fator de crescimento, de conhecimento, de interação, de novas descobertas e vivências, elementos essenciais à preservação e manutenção de uma vida mais produtiva e saudável” (PONTAROLO; OLIVEIRA, 2006, p. 5).

Logo, a função da educação está mais ativa quando o que se propõe não tem um fim em si mesmo, mas quando as propostas são percebidas como meios de se alcançar objetivos maiores, sendo presente a intenção de desenvolvimento integral dos sujeitos, a qual é condição indispensável para se atingir um melhor equilíbrio pessoal, além de uma satisfação em qualquer etapa de vida, principalmente na velhice (SALGADO, 2007).

Uma educação de qualidade para a terceira idade é essencial para que realmente os fins da mesma sejam alcançados. O idoso não deve ser um objeto de repúdio e discriminação numa ação educativa que reproduza as desigualdades e

preconceitos da sociedade. O idoso deve ser sujeito, que por meio de uma educação libertadora, crítica e consciente tenha a oportunidade de transformação, aliada a uma melhor qualidade de vida e que permita a integração ao contexto social globalizado em que está inserido.

3.2.5 Educação numa sociedade globalizada

A sociedade atual vivencia um contexto frenético de mudanças e transformações tecnológicas que influenciam diretamente a vida dos sujeitos, sendo que a adaptação a estas alterações é uma atitude obrigatória para quem não quer estar fora da sociedade. Neste âmbito, a educação precisa estar integrada a globalização, além de possibilitar que os idosos também estejam.

Desta forma, “a institucionalização de mudanças constantes levou à necessidade de se adaptar constantemente, de continuar a aprender, mesmo depois da formação inicial da escola” (DOLL, 2008, p.12). Atualmente, para se estar integrado é necessário estar constantemente atualizado, e para que isto ocorra, o processo educacional não pode estar apenas vinculado à escola. A educação escolar é extremamente necessária, porém não pode ser vista como o único espaço de aprendizagem.

Em meio ao contexto capitalista e globalizado, onde a competitividade torna-se mais importante e exerce uma grande pressão sobre as pessoas, percebe-se que os idosos são isolados, e as oportunidades de usufruir todas as mudanças e transformações ocorridas não são possibilitadas. Assim, a educação é vista como um meio de permitir o acesso às novas tecnológicas, como também as mudanças econômicas e sociais (TEODORO, 2006).

Então, volta-se novamente aos princípios de uma educação permanente, que se vincule também as adaptações da vida moderna, e que, permita ao idoso conhecer o que está acontecendo ao seu redor e que tenha condições de acesso as novas tecnologias, respeitando o ritmo de aprendizagem e a vontade de aprender.

Segundo Salgado (2007, p. 68)

no tempo do envelhecimento o processo educativo, além de preparar para o entendimento da modernidade dando instrumentos para a adaptação do indivíduo ao meio social, deve atuar também num sentido inverso ao das etapas anteriores do ciclo de vida, ou seja, conduzindo para a compreensão e aceitação das perdas, bem como reduzindo as marcas das experiências negativas que tanto dificultam o melhor aproveitamento do momento atual.

Através de uma educação para os novos tempos é possível que a geração dos jovens transmita conhecimentos para os idosos, com valores e conhecimentos da atualidade, tal como comportamentos de acordo com os valores da sociedade vigente, a fim de um posicionamento menos conservador frente à realidade (FERRIGNO, 2006).

Uma ação educativa para a sociedade atual deve permitir que o idoso se integre se reconheça dentro do contexto social e que tenha condições de atuar como agente de mudanças. Devem-se combater os preconceitos e estereótipos provenientes de um ambiente que se adapta rapidamente as mudanças tecnológicas, mas que vagarosamente começa a perceber a necessidade de respeitar, vivenciar e praticar valores éticos e morais, como também respeitar a integridade e dignidade do idoso.

Neste âmbito, “no mundo contemporâneo, a formação pressupõe o ensino para além dos conhecimentos, ensejando a aprendizagem de competências, habilidades e atitudes” (CAMPOS, 2007, p.96). Deve-se, então, possibilitar uma formação ao idoso, que se integre às mudanças, como também para o restante da população, que esta conheça e respeite o processo de envelhecimento.

3.3 AÇÃO PEDAGÓGICA PARA A TERCEIRA IDADE

Um processo educacional voltado para a terceira idade precisa estar organizado através de uma ação pedagógica consciente que reconheça as especificidades deste segmento e que estabeleça uma metodologia e materiais adequados para atender esta demanda. Além destes aspectos, torna-se

fundamental a preparação de profissionais que possam atender os idosos nas suas mais variadas necessidades educacionais.

Segundo Ceolin (2000), é por meio da práxis que os educadores encontram fundamentos para qualificar o “fazer pedagógico” e contribuir para a transformação da educação e da sociedade, entendendo que o desenvolvimento se dá em todas as idades. Assim, o idoso deve encontrar-se integrado a uma educação que atenda a toda população, em prol de um crescimento qualitativo contínuo, disseminando a educação para todos.

Neste sentido, o processo de educar o idoso consiste em educar para a velhice, ou seja, é a preparação do sujeito para que este entenda o seu próprio processo de envelhecimento, conseguindo aceitar as suas limitações, porém mantendo-se ativo, além de reconhecer que a sociedade se encontra em constante transformação e busca a maneira mais adequada de se posicionar frente a todos estes imperativos (SALGADO, 2007).

Desta maneira, como afirma Posada (2004, p. 62) “pensar en una educación en la vejez implica apostar por una visión del ser humano abierta y que reconozca su potencial de cambio durante toda la vida”. Torna-se elementar, então, perceber que o idoso reclama por uma ação pedagógica que permita seu desenvolvimento, mas que também reconheça suas capacidades e experiências.

Para Paiva (1999, p. 41),

os objetivos que norteiam qualquer ação pedagógica para a Terceira Idade, devem levar em consideração três pontos: permitir a transmissão de novos conhecimentos e valores, atualizar capacidades potenciais, eliminar o isolamento social e afetivo.

A ação pedagógica precisa estar intimamente relacionada ao público a que se destina, para que alcance seus objetivos reais de desenvolvimento integral dos sujeitos, ao invés de reforçar as desigualdades e preconceitos sobre as minorias, em especial a velhice. Neste âmbito, Doll (2008, p. 18) afirma que “as pessoas idosas constituem um grupo altamente heterogêneo que também possui interesses educacionais muito diferentes”.

A prática pedagógica destinada ao público idoso precisa pensar o idoso enquanto sujeito ativo, além de dar oportunidades para que se desenvolva cada vez mais a capacidade de atividade. Além disso, torna-se oportuno compreender que o

segmento da terceira idade, muitas vezes excluído e rejeitado, precisa e tem direito de estar envolvido na sociedade, cabendo a educação possibilitar meios para que isso ocorra.

Conscientemente, as ações pedagógicas não irão resolver todos os problemas que a velhice enfrenta na sociedade brasileira, mas é por meio dela que a conscientização sobre o processo de envelhecimento pode ocorrer. É também através da educação que se educa o idoso e a sociedade para a aceitação, reconhecimento e valorização da velhice.

A pedagogia não resolve os problemas da velhice, mas pode ajudar o idoso a ter uma vida melhor, a se descobrir como pessoa, como cidadão competente, além de poder auxiliar a resgatar o sentido da velhice (RODRIGUES, 1993). A educação não tem a solução para todas as dificuldades, mas sem ela a situação do idoso estaria muito mais complexa.

Assim, refletir acerca de meios que permitam que a educação alcance seus objetivos enquanto ação destinada aos idosos é fundamental. Como aponta Ceolin (2000), a educação tem uma função ímpar nas transformações sociais e deve representar o incentivo de novos saberes, elaborados a partir das necessidades sociais latentes tanto no âmbito do ensino formal, como no âmbito da educação entendida enquanto ação de desenvolvimento constante e inerentemente ao sujeito.

Neste sentido, a educação para a terceira idade deve conduzir a um estado mais consciente e emancipado, liberto dos preconceitos que cercam a velhice (SALGADO, 2007). Há necessidade de uma ação que compreenda a integralidade do sujeito idoso, possibilitando que este ao se integrar novamente à sociedade, também seja agente de integração e socialização.

A ação pedagógica para a terceira idade deve propiciar que a democratização e a socialização do conhecimento ocorram, para que os idosos tenham acesso à cultura e novos saberes e tornem-se sujeitos ativos da sua própria aprendizagem. Porém, a qualidade do trabalho pedagógico com alunos adultos não deve ser medida pela quantidade de conhecimentos adquiridos, mas pela capacidade de proporcionar condições do aluno pensar e julgar (GIUBILEI, 1993).

O trabalho pedagógico com os idosos precisa estar articulado com as demais necessidades deste segmento, pois por meio da educação que a consciência crítica se desenvolve, e é a partir daí que os idosos terão condições de perceber qual é a real situação em que se encontram, para que possam ter

possibilidades de julgamento entre o certo e errado, além das articulações para que a luta pelos próprios direitos não seja esquecida ou desviada.

A educação, então, se faz mais do que necessária, torna-se fundamental para todo e qualquer cidadão e em especial, no recorte deste trabalho, para o idoso, que historicamente e culturalmente apresenta-se como um peso social, mas que muito contribui para o desenvolvimento presente do país e que tem condições de continuar dando sua contribuição, tanto no mercado de trabalho, como com a sua própria experiência de vida.

Pensar neste sentido é pensar num trabalho coerente que envolva o idoso, mas que busque a sua real promoção humana. Salgado (2007, p. 71) afirma que “o trabalho social com idosos deve ter a competência e condições de se diferenciar de um simples entretenimento por uma ação propositiva de educação social”.

Assim, uma ação voltada para o idoso no âmbito da educação deve superar a infantilização e o assistencialismo, pois este sujeito não é uma criança e tampouco precisa de recreações para passar seu tempo. É sujeito, é cidadão, e precisa ser respeitado em sua integridade e dignidade, sendo que um trabalho educativo deve propiciar também esta valorização e não apenas mais uma ação de ocupação de tempo.

O idoso precisa então, de atividades que o envolva, que o façam crescer e perceber que ainda tem muito a aprender, além de possuir condições para que isto ocorra. Deve aprender a valorizar primeiro, visualizar que possui as condições de estar integrado e aprendendo. Segundo Stano (2007, p. 14),

num exercício coletivo de valorização da própria memória, o aprendiz idoso aprende a enfrentar os riscos, ousando exhibir e, principalmente, viver sua velhice com a dignidade e com seu ritmo próprios, e, por isso, aprende também a exigir do Estado e da sociedade seus direitos e outras oportunidades.

Neste sentido, Romão e Gadotti (2007) afirmam que a única alternativa está na educação ao longo da vida, porque a cidadania não pode ser destinada a uma minoria. Percebe-se então, que a educação precisa permear toda existência humana, não apenas como meio de suprir novas aprendizagens, mas também como oportunidade de intensificar a consolidação de um cidadão crítico, que

constantemente se atualiza e acompanha as transformações políticas, economias, tecnológicas e sociais.

Para que se alcance uma ação pedagógica consistente para o segmento da terceira idade, vários fatores ainda precisam ser superados, um deles é o próprio analfabetismo que se faz presente em boa parte da população idosa. “A proporção de idosos alfabetizados teve um aumento significativo, mais intensamente entre as mulheres. Em 1940, 74,2% da população idosa feminina eram analfabetos e, em 2000, essa fração cai para aproximadamente 1/3” (CAMARANO; KANSO; LEITÃO e MELLO, 2004, p. 34).

3.3.1 Analfabetismo

O analfabetismo, com seus elevados índices atuais, deixa um grande número de pessoas carentes de seu maior bem em prol da luta pelos seus direitos de cidadão. A falta de condições para saber ler, escrever e contar salienta pejorativamente o processo educacional e comprova o fracasso escolar que assola inúmeras pessoas das classes populares mais baixas (FERNANDES, 2004).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2005, p. 30),

os baixos níveis de instrução e o analfabetismo estão associados a maiores riscos de deficiência e morte durante o processo de envelhecimento, assim como os altos índices de desemprego. A educação em idade mais jovem, combinada com oportunidades de aprendizado permanente, pode ajudar as pessoas a desenvolverem as habilidades e a confiança que precisam para se adaptar e permanecer independentes à medida que envelhecem.

Pensar a ação pedagógica para o público idoso também é pensar em como este trabalho poderá ser realizado, considerando todos os fatores que influenciam nesta atividade. Um destes fatores certamente se refere ao nível de escolaridade. “Aqueles que têm mais de 60 anos de idade têm um baixo nível de escolaridade, apenas 3,3 anos de estudo. Entre os que têm mais de 80 anos a escolaridade é ainda mais baixa: apenas 2,4 anos” (NERI *et al*, 2004, p. 541).

A partir destes condicionantes, percebe-se que “o analfabeto acaba sendo a expressão da pobreza, conseqüência inevitável de uma estrutura social injusta” (ROMÃO; GADOTTI, 2007, p.26). Aliada a estas questões, muitas outras se fazem presente em relação ao idoso, reforçando o quadro de preconceitos desta população. Assim, a educação não pode ser um plano do que pode ser feito, mas sim deve ser a ação para que se mude o que se tem feito e que possibilite ações práticas e urgentes em prol do idoso, de uma melhor qualidade de vida, de dignidade, de respeito e de uma educação que o contemple.

“A educação deve ser um processo contínuo preparando os indivíduos para todas as etapas do ciclo de vida, gerando novas atitudes e pensamentos adequados ao enfrentamento de todas as situações no decorrer da existência humana” (SALGADO, 2007, p. 68).

Assim, a ação pedagógica para o idoso não deve ser considerada apenas em caráter compensatório, mas como possibilidade de aprendizagem. É preciso pensar em “una educación que, además de ser un camino no para recuperar lo perdido pueda también ser un elemento que fomente ganancias que pueden ser posibles durante toda la vida” (POSADA, 2004, p. 66).

Como afirma Salgado (2007, p. 78)

o sucesso da ação educativa só é alcançado quando os indivíduos atingem a consciência de que para viver bem é necessário respeito à sua vida e revalorização do seu tempo, criando oportunidades de produzir novas e empolgantes experiências que engrandecem a existência humana.

A educação para a terceira idade, no seu sentido mais amplo, precisa refletir também sobre o próprio processo de envelhecimento, para que o idoso conheça a etapa em que está, além da própria população, que deve ter consciência do processo e respeito por esta etapa de vida. Segundo Toni (2006), o desconhecimento sobre o envelhecimento, pelos idosos e pelas famílias, gera dificuldade de identificação, pois o idoso não se aceita e não se reconhece como velho, e a família não se identifica com o envelhecimento e tem dificuldades, ocasionando o isolamento.

Desta maneira, há necessidade de informações acerca do envelhecimento, que devem ser trabalhadas com as crianças, na fase escolar para auxiliar a

compreensão da extensão da vida humana, salientando as possibilidades de vivências em cada fase. Há outro aspecto educacional fundamental, que é a preparação para a aposentadoria, além da busca de atividades significativas, as quais também se compreendem como processo educativo (DOLL, 2008).

Assim, torna-se necessário educar tanto idosos e os demais segmentos da população para o envelhecimento e a velhice, para que os estereótipos sejam superados e que se consiga uma percepção de vida ativa, inclusive na terceira idade.

3.3.2 Gerontologia

Neste sentido, a gerontologia (ciência que estuda o envelhecimento) representa um ponto de apoio para a ação pedagógica para terceira idade. Dentro de sua ramificação de gerontologia social, encontra-se a gerontologia educacional e a educação gerontológica. Fundamentalmente, é importante entender primeiramente o que é a gerontologia e qual é o seu campo de estudo. Pavarini aponta que (2005, p. 400),

a gerontologia é a ciência que estuda o processo de envelhecimento em suas mais diversas dimensões, e se constitui, na prática, na ótica atual, em uma especialidade de diferentes profissões. A gerontologia é multidisciplinar, pois reúne conceitos teóricos provenientes de diferentes disciplinas, em torno de seu objeto de estudo. É interdisciplinar em função da complexidade do fenômeno da velhice que exige não apenas a união de conhecimentos existentes em diversas disciplinas, mas também a construção de um novo corpo de conhecimento científico que orienta a sua prática. Assim, podemos dizer que a gerontologia é uma disciplina transversal, porque ela não pode ser explicada sob a ótica de um ramo específico de ciência.

A gerontologia educacional foi utilizada pela primeira vez por Peterson nos Estados Unidos no ano de 1974. Este segmento da gerontologia, enquanto formulado era entendido como um meio de organização e de ensino sobre idosos para profissionais que atuam nesta área e pela sociedade em geral (NERI, 1999; SÁ 2004). Levando-se em consideração que o campo da gerontologia educacional,

ainda está se fortalecendo dentro do campo da gerontologia, o trabalho com a Terceira Idade ainda não tem se mostrado claro quanto aos seus métodos.

Já, a educação gerontológica foi estabelecida no ano de 1989, por Glendenning, a qual tinha por finalidade a educação acerca do processo de envelhecimento, para que profissionais do campo da gerontologia pudessem estar preparados e como também a população em geral tivesse condições de entender a velhice por meio de informações e conhecimentos elementares do processo de envelhecimento (NERI, 1999; SÁ 2004).

Atualmente, a gerontologia educacional se constitui como um campo educacional voltado para que os idosos aprendam sobre o próprio processo de envelhecimento, tal como para profissionais desta área. A educação gerontológica seria aquela voltada para toda população, trazendo aprendizagens sobre a velhice, além da própria preparação para o processo de envelhecimento, com a desmistificação de estereótipos e preconceitos acerca do idoso.

Ambos os conceitos (educação gerontológica e gerontologia educacional) estão intimamente relacionados ao processo de envelhecimento e velhice. Entretanto há necessidade que a educação contemple os aspectos do envelhecimento humano, tanto em questões práticas como teóricas (LOESER, 2006).

Percebe-se que a educação está intimamente relacionada com a formação do sujeito, que ocorre permanentemente e que se consolida na constante atualização e aprendizagem. Logo, pensar a educação é pensar neste movimento permanente, que não deve excluir nenhuma pessoa, independente de classe, raça, gênero ou idade.

A educação é ação, é movimento, é transformação, e antes de qualquer definição é direito. Todo e qualquer cidadão tem direito à educação, inclusive o idoso. Assim, é necessário respeitar este direito elementar, também da terceira idade, que é prescrito em lei, mas que por vezes é negado pela estrutura social excludente.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NA TERCEIRA IDADE

O idoso tem inúmeros direitos, mas muitas vezes há o desconhecimento de quais são estes direitos, principalmente os relacionados à questão educacional para a terceira idade. Porém, percebe-se que em diversas situações não há as mínimas condições de sobrevivência e direitos básicos não são respeitados, e o idoso encontra-se à deriva na sociedade.

Por estas e outras razões, há necessidade de políticas públicas que atendam as demandas do segmento idoso, assegurando que direitos básicos sejam garantidos. Assim, as políticas públicas voltadas para a terceira idade visam estabelecer direitos para um público que se encontra excluído e que não tem os direitos elementares básicos, prescritos na Constituição, respeitados.

Neste sentido, além de políticas públicas gerais para o público idoso, existe um recoste que faz referência ao direito da educação ao idoso, e este como qualquer outro direito deve ser respeitado. Ainda não existe uma política pública específica para o idoso na área da educação, mas há outras que em seu transcorrer apresentam pontos que merecem o devido destaque no âmbito educacional.

Desta maneira, o presente capítulo tem por objetivos apontar as principais políticas públicas para o segmento idoso em geral e realizar um recorte das questões educacionais presentes nas políticas públicas para o esse segmento etário.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas não representam uma força sobrenatural que irá solucionar todos os problemas sociais instantaneamente. Existem limitações, porém não se deve também apenas pautar-se nestas para justificar a falta de ação. Assim, as políticas públicas são instrumentos governamentais de ação, e baseados num estado por políticas, se definem pelo estado social, com a obrigação de implementação de direitos fundamentais (BUCCI, 2002).

Ao se pensar em políticas públicas, há a necessidade de fazer uma leitura das políticas assistencialistas no período pós-guerra, que trouxeram avanços, mas que não se consolidaram devido ao estabelecimento do Estado capitalista.

O surgimento do Estado de bem-estar social pressupôs a garantia de materializar direitos como a vida, a saúde e a alimentação. A partir deste momento o caráter assistencial e de caridade começa a desaparecer e os benefícios começam a serem percebidos como direitos da cidadania. Mas, neste período estes direitos ainda eram considerados como dádivas provenientes de um Estado bom (FREIRE Jr, 2005).

Como o Estado de bem-estar não se manteve e o sistema capitalista não sustenta a possibilidade do provimento de todos os direitos sociais, fortaleceu-se o estado mínimo aos direitos da população. Neste meio em que promessas não são cumpridas, surge o Estado Democrático de Direito, que busca a efetivação da Constituição, num caráter mais dinâmico e aberto, visando o pleno desenvolvimento humano (FREIRE Jr, 2005).

Como afirma Batista (*et al*, 2008, p. 11),

as políticas promovidas pelos Estados de Bem-Estar Social no pós-guerra levaram a uma melhoria considerável das condições de vida e de trabalho, contribuindo para o aumento progressivo da expectativa de vida de suas populações.

Então, neste contexto globalizado atual, o sistema capitalista encontra novas formas de excluir, surgindo então, a necessidade de políticas que garantam direitos elementares. Entretanto, as políticas não se formulam aquém da globalização, assim cabe pensar se realmente as políticas estão incluindo os excluídos. Garantir, por exemplo, o direito ao voto representa realmente um real Estado Democrático de Direito ou a obrigatoriedade sobrepõe a consciência e camufla os interesses do Estado?

Sendo assim, torna-se imprescindível pensar o que atualmente representam as políticas públicas, pois estas são permeadas pelas contradições entre a reprodução do capital e as demandas sociais. Segundo Bucci (2002, p. 241), as políticas públicas são “programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos relevantes e politicamente determinados”.

Complementando, Freire Jr (2005, p.48) afirma que “as políticas públicas são os meios necessários para a efetivação dos direitos fundamentais, uma vez que pouco vale o mero reconhecimento formal de direitos se ele não vem acompanhado de instrumentos para efetivá-los”.

Assim, para que se possa realmente atingir um estado democrático com efetivação e respeito aos direitos elementares torna-se elementar estruturar ações que permitam que estes propósitos sejam cumpridos e não se tornem apenas discursos eleitoreiros. As políticas públicas, então, são a representação de um governo de políticas, enfim ações, superando o governo regido apenas por leis.

Todavia, outras questões também precisam ser apresentadas. O Estado capitalista exerce funções contraditórias de acumulação e legitimação, para que se criem as estruturas de consenso por meio da ação de suas instituições (JACOBI, 1993). É necessário, haver uma movimentação oposta à hegemonia econômica e à lógica da acumulação de capital. Esta direção é a efetivação dos direitos humanos, que passa a exigir a releitura de seus dogmas e a formulação de novas teorias (FREIRE Jr, 2005).

Assim, políticas públicas são “um conjunto ou uma medida isolada praticada pelo Estado com o desiderato de dar efetividade aos direitos fundamentais ou ao Estado Democrático de Direito” (FREIRE JUNIOR, 2005, p. 47).

Ao se pensar na efetivação dos direitos para a população marginalizada, logo, evidencia-se a situação periclitante em que o idoso está submetido. Neste sentido, para que realmente se possa garantir um Estado Democrático de Direito ao público idoso, surge à necessidade de políticas públicas específicas para este segmento.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DO IDOSO

A base das políticas públicas direcionadas ao segmento idoso se refere à idéia de exclusão social a que este grupo é submetido, uma vez que os direitos elementares deixam de ser cumpridos, e a efetivação do Estado Democrático de Direito não ocorre. A partir do momento em que a Constituição deixa de ser acatada, no que diz respeito aos direitos de cidadania, de equidade, liberdade, dignidade,

valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, surge à necessidade de ações governamentais que supram esta carência, destacando-se as políticas públicas.

Neste sentido, “a relação entre demandas sociais e políticas públicas não é meramente casual, sendo que diversos fatores atuam como determinantes na emergência destas demandas, assim como na formulação das políticas” (JACOBI, 1993, p. 7). Logo, as políticas públicas específicas para o idoso tornam-se cada vez mais urgentes.

O envelhecimento com dignidade não é algo inovador que está sendo proposto dentro do âmbito social, mas ao contrário, é um dever de qualquer cidadão respeitar toda e qualquer pessoa, sem critério de idade. Entretanto, percebe-se que é necessário estabelecer pressupostos jurídicos para que direitos elementares, como a dignidade, sejam respeitados na sociedade brasileira.

Desta maneira, “o conceito de vulnerabilidade tem sido o ponto de partida para o desenho de políticas sociais para as pessoas idosas” (BATISTA *et al*, 2008, p. 15), uma vez que, entende-se que este segmento encontra-se num nível de marginalização considerável e que necessita de ações para que se comece a reversão deste quadro degradante.

Com a alteração da estrutura etária da população, há necessidade de uma estratégia de provisão e cuidados específicos para este grupo etário, orientando a formulação de políticas adequadas aos idosos, de maneira sustentável (BATISTA *et al*, 2008). Neste sentido, é preciso que sejam formuladas ações que tenham possibilidade de acontecer, haja vista que o grupo de idosos está também inserido na sociedade capitalista e globalizada.

Outro fator, que necessita ser destacado, faz referência ao processo de envelhecimento nos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, pois este processo está acontecendo de maneira muito acelerada e a estrutura atual não está preparada para esta situação e o que se torna mais um agravante é que o processo de envelhecimento da população está aumentando continuamente, significando ano após ano um número maior de idosos.

Além disso, nos países em desenvolvimento além do envelhecimento acelerado, há muitos outros problemas sociais como o alto índice de desemprego, proteção social deficiente e a saúde e educação com graves problemas (BATISTA *et al*, 2008). Assim, aliado a questão do envelhecimento, o idoso ainda está submerso num complexo sistema de degradação social.

Como afirma Camarano (2006), o envelhecimento populacional resultou-se de políticas assistencialistas de melhoria de condições de vida, além do próprio ensejo da população de viver cada vez mais. Porém, se as políticas não forem contínuas, se não houver mais investimento, o seu sucesso enquanto prolongamento da vida irá tornar-se sua própria falência.

Neste sentido, a população idosa não pode estar desamparada dentro do contexto social. Segundo Pérez (1996) os idosos devem ser percebidos como cidadãos de direitos e deveres. Cabe então, a estrutura governamental estabelecer políticas públicas que venham ao encontro das necessidades, mas que também consolidem o fortalecimento da identidade de cidadão para todo idoso.

Pensar a situação do idoso neste meio político precisa ir além de uma concepção naturalista e fatalista em que o indivíduo, nasce, cresce, se reproduz, envelhece e morre, sem se analisar todos os aspectos sociais envolvidos neste processo. Assim, “a velhice, historicamente enfocada como um fenômeno relativo ao processo físico e restrito à esfera familiar ou privada, torna-se uma questão central nos debates sobre o planejamento das políticas públicas” (FONTE, p. 3, 2002).

Neste contexto de formulação de políticas ao idoso, outras questões também tomam espaço, porque o próprio reconhecimento do idoso enquanto categoria social ainda não foi assimilada por boa parte da população. Outro ponto que ainda está sendo discutido se referencia sobre a necessidade de direitos específicos aos idosos. As políticas públicas específicas para este segmento são muito novas, e a população, em geral, ainda não se conscientizou delas.

Segundo aponta Ceneviva (2004), atualmente os direitos do idoso estão se transformando de maneira substancial. A possibilidade de viver mais está sendo oportunizada para um maior número de pessoas, por meio da medicina, porém, a vida e o envelhecimento com dignidade nem sempre são lembrados. Além disso, a própria sociedade e o poder público não estão preservando o direito do idoso de viver bem, nem mantendo suas relações dentro do seu contexto social.

Sendo assim, a urgência de políticas torna-se ímpar, porém a conscientização das políticas já existentes é um processo elementar para que se pense numa sociedade igualitária para toda a população, inclusive para os idosos. Talvez o maior problema não esteja na ausência de políticas adequadas, mas sim no desconhecimento das políticas já existentes.

Como afirma Silva (2003, p. 98),

os idosos representam a história viva das ações desenvolvidas pelos poderes constituídos, silenciados pela política, emanada até recentemente no país, a que favoreceu o desconhecimento dos direitos, assim como contribuiu para gerar uma estrutura altamente concentradora de renda, e que produziu uma velhice sem recursos financeiros para custear suas despesas.

Neste sentido, percebe-se que num contexto político onde a vigência de um estado capitalista, baseado no lucro, se sobrepõe a qualquer necessidade de sobrevivência das populações mais pobres, o idoso tende a estar cada vez mais marginalizado, pois se o mesmo está inserido nas classes sociais mais baixas, está comprimido num sistema que entende a velhice como inatividade, e idosos como objetos velhos e sem inutilidade.

O estado capitalista representado pela hegemonia do poder e da produção do capital se depara com um dos maiores pontos de divergência, o imperativo de suprir as necessidades básicas de sobrevivência da população. Neste contexto está inserida a população idosa, a qual tem urgência de ações efetivas. E no meio de todo este emaranhado contexto político, econômico, cultural e social, as políticas públicas se constituem.

As políticas públicas são financiadas por toda a sociedade, e devem ter como objetivo maior a construção da cidadania. Sendo política pública, essa construção da cidadania tem seu custo. Pensando no ponto de vista tributário, atualmente a população paga muito para pouca cidadania. O montante tributário por parte da sociedade deveria ter o tamanho do seu retorno social (COBAP, 2007).

Neste âmbito, as políticas públicas têm sua importância, entretanto não podem ser consideradas como a solidariedade ou dádivas de um estado bom em prol do bem-estar de toda população, por meio de um discurso caridoso e evasivo. Estas políticas não podem ser estruturadas apenas como meios de promoção política e discurso eleitoral. Devem ser formuladas e implementadas segundo as necessidades reais da população.

Não cabe dizer que as políticas públicas são boas ou ruins, mas é preciso apontar limitações e que estas irão se efetivar garantindo direitos para toda população a partir do momento em que haja movimentos sociais em prol da garantia

da cidadania, além de melhores condições de vida e sobrevivência. “A cidadania se constrói com a universalidade de direitos. Direito ao trabalho, direito à saúde, direito à assistência social, direito à educação, direito à aposentadoria e à pensão” (COBAP, 2007, p. 8).

Assim, a emancipação e conscientização dos sujeitos para a realidade em que estão inseridos aponta-se como prioridade para que se efetive o estado democrático de direito. Nesta concepção, o idoso, enquanto sujeito social, também precisa estar inserido e ter condições de lutar em prol dos próprios direitos, atuando como um verdadeiro ator social (ver Capítulo II).

Logo, “conhecer a realidade do idoso brasileiro é um passo fundamental para a construção de políticas que visam garantir seus direitos e necessidades” (BATISTA *et al*, 2008, p. 105). E, além de conhecer a realidade é essencial possibilitar que o próprio idoso tenha consciência de sua condição, conheça o seu processo de envelhecimento e possa discutir sobre o que necessita, e para que este novo olhar do idoso sobre si se torne concreto, a educação apresenta-se como aliada fundamental de toda ação política.

Como afirma Pérez (1996, p.236), “hay que connotar que los ancianos, excepto en raras ocasiones, se expresan a la defensiva, como excusándose de pedir lo que es de justicia a ciudadanos con derechos y obligaciones”. No contexto atual de busca de um idoso mais ativo e participativo, não se pode pensar neste sujeito enquanto ingênuo, mas num sujeito que tem condições de integrar-se e reclamar por melhores condições, por meio da educação, que também é um direito garantido.

No meio de todas as contradições presentes para a garantia dos direitos do idoso, é preciso perceber quem é o idoso brasileiro, onde está inserido, quais as suas condições, possibilidades e como o processo de marginalização e estereotipagem estão subjazidos, para que se possa permitir um novo olhar frente ao idoso. “No contexto deste debate, torna-se necessário, analisar as diretrizes internacionais que dão base às políticas públicas e às novas representações sociais sobre a velhice” (FONTE, p. 4, 2002).

Estas diretrizes estão intimamente relacionadas ao sistema capitalista num contexto mais profundo que o discurso de garantia de direitos. Como apontam Gaglietti e Barbosa (2007, p. 143),

o “envelhecimento” é concebido pela maioria das autoridades como um “perigo nacional”, o que fornece a certa categoria de agentes sociais a oportunidade de exercerem uma espécie de magistratura metapolítica em campos relativamente pouco constituídos do ponto de vista político.

Neste sentido, pensar o envelhecimento envolve diretamente a questão que mais incomoda o Estado, que é a economia. Um grande contingente de idosos representa um montante de gastos muito expressivos, e que se traduz numa preocupação dos governantes. Segundo Goldani (2004, p. 219),

inspirada no modelo de proteção social neoliberal, a política social é reduzida a uma simples questão de combate à pobreza. O argumento central é de que a promoção do crescimento econômico com base em mercados competitivos é a única forma de melhorar o padrão de vida dos mais pobres.

Por um lado a velhice é encarada como uma fase improdutiva, que representa um grande contingente de pessoas dependentes do estado, porém, de outro lado, uma nova concepção começa a se estabelecer, pois quando as condições de vida do idoso começam a melhorar, diretamente há menos gastos com a manutenção da saúde destas pessoas.

Como afirma Fonte (2002, p.4),

as alternativas que parecem prevalecer na adoção das políticas públicas, se baseiam na idéia de responsabilizar o envelhecimento populacional pelos desequilíbrios nas contas do Estado indicando propostas que, muitas vezes, vêm sobrecarregar este grupo de população.

Quando o sistema capitalista passa a ver o idoso como um recurso que pode e precisa ser utilizado, a garantia de direitos dos idosos entende-se como a própria sustentabilidade do sistema. “Pode-se supor que melhores condições de vida podem levar a uma menor pressão sobre os gastos de saúde e previdenciários” (CAMARANO, 2002, p. 3).

A terceira idade reflete diretamente à atividade e assim, a busca por um idoso mais ativo, que se mantém trabalhando e que dispõe de recursos para movimentar a economia, sendo um novo nicho econômico a ser explorado. “Existem

boas razões econômicas para se implementar programas e políticas que promovam o envelhecimento ativo, em termos de aumento de participação e redução de custos com cuidados” (WHO, 2005, p. 18).

Obviamente que apesar das bases que compõe as políticas públicas para o idoso se embasarem no sistema capitalista, para a preservação da economia e da lucratividade, é importante também salientar que existem avanços no campo social. Assim, o idoso, pertencente da classe social dominada, que se encontra num estado de marginalidade e degradação, começa a ter assegurado por meio das políticas a garantia de melhores condições de vida e sobrevivência.

Em meio a esta situação,

a presença crescente de pessoas idosas na sociedade e as mudanças na oferta de cuidados disponíveis no âmbito familiar impuseram o desafio de incorporar o tema do envelhecimento populacional às políticas públicas e de implementar ações de cuidado para esse contingente populacional (BATISTA *et al*, 2008, p. 13).

No contexto atual, a situação do idoso precisa ser considerada pela sociedade civil e política. Garantir que o segmento idoso tenha garantido seus direitos sociais representa uma resposta ao envelhecimento populacional enquanto problema social, mas há necessidade de respostas urgentes, pois esta etapa possui particularidades e ainda não se pensa em políticas preventivas que garantam uma melhor qualidade de vida na velhice (SILVA, 2003).

Percebe-se então, que quanto mais o número de idosos aumenta, mais necessidade de suporte pelo estado. Pensando nestes aspectos, além da longevidade que está consolidada atualmente no Brasil, outro problema que está inserido na demanda das políticas públicas faz referência às incertezas de provimento da saúde, renda e apoio. Estes pontos, quando aliados a estrutura familiar atual, na qual há queda das taxas de fecundidade e afrouxamento dos vínculos familiares (devido à urbanização e globalização) resultam em maiores preocupações para a formulação das políticas, pois se a família não tem mais condições de dar apoio e suporte ao idoso, caberá ao estado fazê-lo (CAMARANO, 2004; 2006).

Conforme explica Camarano (2006), para a formulação de políticas deve haver a diferenciação entre as capacidades e incapacidades do segmento idoso. Completando, aponta que “parte dessa diferença pode ser explicada pela trajetória de vida e/ou pela facilidade/dificuldade de acumulação de capital humano, social, financeiro e afetivo de cada um, nos estágios anteriores da vida” (CAMARANO, 2006, p. 2).

A partir destas questões, percebe-se que as políticas públicas não podem considerar os idosos como um grupo homogêneo no Brasil, mas além de um grupo com especificações próprias, traduzem-se pelas diferenças culturais, políticas, educacionais, valorais e morais. (CAMARANO, 2006; RAMOS; VERAS; KALACHE, 1987).

Segundo Camarano (2006) as políticas podem reforçar as desigualdades sofridas ao longo da trajetória de vida dos idosos, marcadas por exclusão e heterogeneidade, levando a mitos, estereótipos e preconceitos em relação a essa população. Desta maneira, “a heterogeneidade do grupo de idosos, seja em termos etários ou socioeconômicos, traz também demandas diferenciadas, o que tem rebatimento na formulação de políticas públicas para o segmento” (CAMARANO; KANSO; LEITÃO e MELLO, 2004, p. 26).

Para que se efetive a elaboração de políticas para o público idoso, é necessário estar baseado nas características sociais e culturais ao grupo que se destina (MORAGAS, 2004). Além disso, “as políticas para a população idosa devem promover a solidariedade entre gerações. Isso significa equilibrar as prioridades das necessidades dos idosos com a de outros grupos populacionais” (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 288).

Torna-se evidente que no plano das políticas públicas há um discurso neoliberal subentendido, e como alerta Camarano (2004, p.593),

assume-se que a finalidade última de qualquer política pública deva ser o bem-estar da população. Para que isso possa ocorrer de forma sustentada, é preciso equilíbrio financeiro. No caso brasileiro, a preocupação com o ajuste fiscal aparece como a finalidade última das políticas públicas, quer dizer, os fins estão sendo trocados pelos meios.

Todavia, apesar de todos os aspectos conflitantes e contraditórios presentes no âmbito das políticas, é por meio delas que a situação do idoso terá condições de se transformar. Há certamente necessidade de um plano maior de mudança social, em que toda população seja beneficiada, porém enquanto a sociedade classista e desigual prevalece, é por meio de políticas que algumas questões poderão ter determinados avanços.

Em relação ao idoso, percebe-se que o alargamento da longevidade com qualidade é uma proposta afirmada. Entretanto, para que se efetive este ideal, devem-se promover políticas de saúde para toda população, alteração de paradigmas no campo da saúde, com um estilo de vida saudável e sustentável, além da integração sócio-familiar da pessoa idosa (CAMARANO; KANSO; LEITÃO e MELLO, 2004).

Por meio da promoção de políticas públicas para o idoso, a proposição de melhores condições de sobrevivência, melhor qualidade de vida, além de respeito pelos direitos elementares pode ser pensado. Neste sentido,

tem-se como premissa básica que uma política para a população idosa deve ser parte de uma política nacional de desenvolvimento sustentável, objetivando aumentar o bem-estar da população como um todo. Só assim se pode construir uma 'sociedade para todas as idades', como preconizado pelas Nações Unidas (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 3).

Logo, mesmo que os condicionantes do sistema capitalista estejam intrínsecos as ações do estado, e que a base hegemônica volta-se a necessidade de acumulação do capital frente à desigualdade, as políticas públicas destinadas ao idoso sinalizam uma possibilidade de propiciar melhores condições a esta população, que sofreu com a degradação social e econômica durante sua vida e que como qualquer faixa etária, tem direitos fundamentais que precisam ser garantidos.

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS PARA A TERCEIRA IDADE

No âmbito das políticas públicas, o idoso começou a ser referenciado com maior destaque a partir dos anos 1970, quando o crescimento populacional desta faixa etária passou a representar um crescimento mais significativo em relação ao restante da população. Entretanto, num período as questões relativas ao idoso apareciam timidamente no campo político, sendo abordada mais como questão assistencialista e da previdência social.

Numa perspectiva histórica, em referência aos direitos do idoso no Brasil, a primeira ação se refere ao direito de aposentadoria dado aos funcionários dos Correios. Este direito foi assegurado por meio do Decreto nº 9.912-A, de 26 de março de 1888, com a idade mínima de 60 anos e 30 anos de serviço.

No decorrer dos anos seguintes, alguns outros segmentos de idosos começam a receber atenção previdenciária. No ano de 1923, foi promulgado o Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, Lei Elói Chaves, que estabeleceu a previdência social no Brasil, com a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados de empresas ferroviárias, garantindo a assistência médica, remédios, aposentadoria e pensões.

Na década de 1930, o governo Vargas faz a reestruturação da previdência social para quase todos os trabalhadores da zona urbana da época. Neste período vários decretos foram promulgados para a garantia da seguridade social para estes trabalhadores, além de estabelecer a luta contra as necessidades de toda população, inclusive os idosos. Nesta mesma década, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com o intuito de supervisionar e orientar as ações da Previdência, por meio do Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930.

Entre as décadas de 1930 e 1950, vários decretos e decretos-leis foram aprovados em prol da seguridade e melhores condições para trabalhadores, pensionistas e aposentados, mas obviamente que ainda eram insuficientes para resolver todas as questões sociais que envolviam direta e indiretamente os aposentados.

Em 1960, foi sancionada a Lei Orgânica de Previdência Social – LOPS, Lei nº 3.807/60. A partir desta lei, a previdência social começou a atender quase que

totalmente os trabalhadores das cidades brasileiras. No ano de 1963, a Lei nº 4.214/63, criou o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), para que também os trabalhadores da zona rural tivessem algum tipo de seguridade.

Nos anos seguintes, houve a implantação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), com a unificação das instituições previdenciárias, (Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro de 1966). Na seqüência, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPS), desvinculado do Ministério do Trabalho e Previdência Social, por meio da Lei nº 6.036, de 1º de maio de 1974. O MPS centralizou as atribuições referentes à previdência social. O INPS tornou-se o responsável pela concessão de benefícios da previdência, como também pela readaptação dos trabalhadores e apoio ao público idoso.

Nos meados da década de 1970, os idosos começam a ser percebidos como um público que precisava de atenção, pois a marginalização aliada aos índices do processo de envelhecimento que começavam a aumentar, lentamente trazendo preocupações para o governo. Todavia, neste período, apesar das mobilizações sociais, as ações específicas para o idoso se apresentavam timidamente.

A primeira ação promovida para o segmento foi o I Seminário Nacional de Estratégias para o Idoso, em Brasília, no ano de 1976. As demais ações promovidas para o público idoso e em prol deste segmento, neste período, foram provenientes da iniciativa privada, em especial pelo SESC.

No início dos anos 1980, as ações acerca da velhice começaram a se intensificar, num movimento mundial. Em 1982, ocorreu em Viena a Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, que se apresentou na urgência em se pensar o envelhecimento, que aos poucos tomava uma dimensão populacional muito expressiva, como é vivenciado atualmente. Esta assembléia foi organizada pela ONU e teve por objetivo iniciar um programa internacional de ação para garantir a seguridade econômica e social das pessoas idosas, assim como oportunidades para que estas pessoas contribuam para o desenvolvimento de seus países (ONU, 1982, p. 4).

Por meio do Plano de Ação de Viena, salientou-se a importância de formulação e aplicação de políticas específicas para a terceira idade, incorporando a este segmento uma série de direitos que não estavam sendo supridos. Outro ponto também levantado faz referência às próprias conseqüências do envelhecimento, pois naquele período, estava-se começando a pensar como uma maior quantidade

de idosos poderia influenciar diretamente nas questões sociais e econômicas dos países, principalmente nos em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

Este plano representa um marco em defesa dos direitos das pessoas idosas, do respeito pelos indivíduos independente da idade, além do próprio reconhecimento da capacidade do idoso em realizar atividades, ter condições de pensamento e julgamento, evitando a marginalização e a segregação da velhice. Por meio deste também, recomendou-se também a investigação sobre os aspectos relativos ao envelhecimento, como também acerca do desenvolvimento socioeconômico dentro da era do envelhecimento, em níveis nacionais, regionais e mundiais.

O plano coloca várias recomendações, tanto na área da saúde, educação, capacitação, cultura, economia, meio ambiente, demografia, entre outras. Cabe, então, aos governos ações que possibilitem que tais recomendações sejam seguidas, permitindo que os idosos tenham plena participação cidadã nas sociedades em que estão inseridos.

No mesmo ano, o decreto nº 86.880 de 27 de janeiro de 1982, instituiu o ano de 1982 como o Ano Nacional do Idoso e criou a comissão nacional para a coordenação e para apresentar sugestões sobre a problemática dos idosos.

Em relação à legislação específica para o idoso no Brasil, na década de 1980, não houve avanços, mesmo com as influências do próprio plano de Viena e da própria pressão popular que exigia alguma resposta do governo frente à questão do idoso no país.

No final de 1980, a Constituição Federal de 1988, pela primeira vez em textos constitucionais, há referência ao idoso, especificamente nos artigos 229 e 230. Segundo o artigo 229, os filhos devem ajudar e amparar os pais na velhice, já o artigo 230, coloca que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988).

O fato de o idoso estar integrado em dois artigos da Constituição traz um avanço, porém deixa ao mesmo tempo a situação em aberto. Avanço, no sentido de fazer este apontamento, já que o idoso nunca havia sido citado em um artigo próprio. Mas, não se pode ter clareza do que está expresso no artigo, uma vez que possui muita abrangência e os direitos dos idosos não se tornam claros. Outro ponto, bastante frágil, está relacionado a quem é responsável pelo idoso afinal? A família, a sociedade ou o Estado? Se a família não o faz, espera que a sociedade

faça, se a sociedade não resolve a questão, espera uma medida do Estado, se o Estado não age, supõe que a família dê suporte. Mas, não se define onde o idoso e seus direitos se inserem neste contexto.

Já, a partir da década de 1990, as políticas públicas para o idoso começam a ganhar um enfoque mais incisivo, pois várias ações são feitas em prol do público idoso em especial. Além disso, percebe-se que a sociedade começa a exigir mais do governo, pressionando o direcionamento das questões do idoso, até porque neste período, a era do envelhecimento começa a ganhar mais destaque, e as pesquisas acadêmicas acerca do tema começam lentamente a se configurar (SIMÕES, 2007).

Apesar de poucas mobilizações, alguns exemplos mostram a união dos idosos no país. Um fato marcante na história das reivindicações dos idosos, no início dos anos 1990, foi a mobilização dos 147%. Este protesto ocorreu quando um benefício garantido por lei, os 147% de reajuste, foi negado pelo presidente Collor, o que ocasionou revolta e uma grande união entre os aposentados e pensionistas (SIMÕES, 2007).

Especificamente no ano de 1990, foi criado do Sistema Único de Saúde (SUS), através da Lei Orgânica da Saúde, Lei 8080/90, garantindo a saúde como direito fundamental do homem e dever do Estado. O idoso especificamente não se apresenta citado na lei, mas é categorizado no todo, pois a lei não traz distinções de idade.

Em 1992, ocorreu a Assembléia Geral da ONU, a qual apontou vários os princípios em favor da população idosa, que são a independência, participação, cuidados, auto-realização e dignidade. Nesta mesma assembléia, várias diretrizes específicas apontam para uma melhor qualidade de vida para o idoso, com a inserção social, política, econômica e cultural. Houve também a proclamação sobre envelhecimento, que propõe uma sociedade para todas as idades.

No ano de 1993, foi sancionada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei 8742/93. Esta lei regulamentou a assistência social, e para o público idoso, faz referencia a garantia de um salário mínimo mensal para todo idoso, com 70 anos ou mais, que não tiver condições¹² de manter-se ou ser provido pela família.

¹² LOAS (LEI 8742/93). Art. 20, § a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Além deste benefício, o idoso poderá receber algum benefício adicional, caso esteja em situação de vulnerabilidade temporária.

Em 1994, foi promulgada a Política Nacional do Idoso, Lei 8842/94. É a primeira lei específica para assegurar os direitos da pessoa idosa no Brasil, que foi sancionada após um longo período de reivindicações da sociedade e de vários grupos de idosos, para que se garantisse as condições mínimas de sobrevivência e cidadania a todos os brasileiros com mais de 60 anos. Segundo a própria lei, no artigo 1º, a política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

A Política Nacional do Idoso apresenta em sua composição 6 capítulos e 22 artigos, contemplando as finalidades desta política. Entre os artigos, prescrevem-se os direitos à cidadania, respeito, não discriminação, informações sobre o envelhecimento, participação, capacitação, atualização, cultura, esporte, lazer, saúde, educação, previdência, trabalho, habitação e assistência social.

No ano de 1999, ano internacional do idoso, foi aprovada a portaria 1395/GM do Ministério da Saúde que aprova a Política de Saúde do Idoso. Esta política vem ao encontro das necessidades específicas do segmento, e tem como diretrizes a promoção do envelhecimento saudável; assistência às necessidades de saúde do idoso; a reabilitação da capacidade funcional comprometida; a capacitação de recursos humanos especializados; o apoio ao desenvolvimento de cuidados informais; e o apoio a estudos e pesquisas.

Percebe-se que mesmo com as recomendações do Plano de Viena de 1982 e até mesmo por meio da Constituição e da própria Política Nacional do Idoso (Lei 8842/94), no final do século XX, ainda havia muitas questões referentes ao idoso que permaneciam em aberto, sendo que novas políticas públicas e ações precisaram ser realizadas para tentativa de garantir uma melhor qualidade de vida para o idoso, por meio de uma velhice completa, saudável e bem-estruturada, tanto financeiramente quanto psicologicamente.

O número de idosos continuou se intensificando no decorrer deste período, e no início dos anos 2000, percebeu-se novamente movimentações na sociedade brasileira em prol dos direitos do idoso. A população idosa mantendo-se cada vez mais expressiva, além do próprio âmbito acadêmico que começou a reconhecer a

necessidade de pesquisas sobre a velhice e o envelhecimento, em todos os campos do saber, permitiu que novamente houvesse pressão por melhores condições.

No ano de 2002, ocorreu em Madri, a 2ª Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, pela necessidade de se pensar o envelhecimento e a velhice no âmbito mundial, pois os índices de idosos estavam aumentando em todos os países, além da preocupação com as economias em desenvolvimento e subdesenvolvidas para a manutenção de uma sociedade que envelhece.

O Plano de Madri, resultante da assembléia, reafirmou as recomendações do Plano de Viena, reforçando o compromisso de promover a democracia, o estado de direito e favorecer a igualdade entre homens e mulheres, incluindo o direito ao desenvolvimento. Este plano avança, ao considerar que o envelhecimento fundamentalmente deve estar incluso nos programas estatais de desenvolvimento e de erradicação da pobreza, além de incorporá-lo as estratégias, políticas e ações socioeconômicas.

É também a partir deste plano que se desenvolve o conceito de envelhecimento ativo, considerando a capacidade e a necessidade de possibilitar ao idoso condições de realizar atividades na vida econômica, social, cultural, política e educacional.

Neste plano, também se aponta que como existe diferença nos níveis de desenvolvimento de cada país, isso implica diretamente em políticas distintas, para que se chegue próximo de uma realidade comum para os idosos de todas as sociedades. Pode-se observar que o idoso é considerado como mais um elemento a ser utilizado para o desenvolvimento, ao se pensar numa sociedade capitalista e globalizada que constantemente anseia por abrir novos espaços econômicos.

Mesmo estando intrínseco ao plano um viés econômico, pode-se notar que várias ações para o desenvolvimento do idoso enquanto sujeito foram contempladas. Pensa-se e reafirma-se o conceito de sociedade para todas as idades, salientando o papel do idoso, além da importância fundamental de programas educacionais que contemplem as necessidades deste segmento, em especial a educação permanente em espaços formais, informais e não-formais.

Também, destaca-se a importância de medidas práticas, para que o plano se justifique e indique possíveis caminhos para a socialização, democratização e politização do idoso e de toda população em relação ao envelhecimento.

No ano seguinte no Brasil, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), aprovado sob o Decreto nº 4227 de 13 de maio de 2003, e tem por competência elaborar as diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política nacional do idoso, bem como controlar e fiscalizar as ações de execução. Este conselho é composto por pessoas da sociedade civil e também por membros de órgãos governamentais.

Neste mesmo ano (2003), foi aprovado o Estatuto do Idoso - Lei 10741/03, que surgiu como necessidade de um instrumento legal para a garantia dos direitos da população idosa, mais uma vez reclamado pela sociedade civil. O Estatuto tem uma redação muito próxima ao que foi prescrito na Política Nacional do Idoso, porém esta, aprovada em 1994, foi pouco conhecida pela população em geral. Além da necessidade de uma lei específica para o segmento, outras questões de promoção política também estavam vinculados ao Estatuto.

O Estatuto do Idoso possui 118 artigos, distribuídos em 7 títulos (disposições preliminares, direitos fundamentais, medidas de proteção, política de atendimento ao idoso, acesso à justiça, crimes, disposições finais e transitórias), sendo que cada título é subdividido em capítulos. Nos artigos de modo geral se contempla o direito à cidadania, vida, saúde, assistência social, previdência, transporte, educação, cultura, lazer, seguridade social, liberdade, respeito, dignidade, alimentação, profissionalização, trabalho, habitação, proteção, atendimento, acesso à justiça.

O artigo 2º do Estatuto, prescreve que o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

O Estatuto do Idoso foi amplamente divulgado pelas mídias, como ação governamental única em defesa da pessoa idosa. Indiscutivelmente, o Estatuto tem méritos, quando os idosos conhecerem todos os seus direitos ali prescritos. Entretanto, numa observação mais crítica, nota-se que o Estatuto é uma exclusão para incluir o excluído é vergonhoso necessitar de uma lei para que se respeite o idoso, pois como qualquer cidadão, ele tem o direito de exercer sua cidadania e ser respeitado, como prescrito na Constituição Federal.

Segundo Oliveira (1999), uma política específica para o idoso tem sua relevância, uma vez que trata este sujeito como cidadão de direito, lhe

proporcionando juridicamente condições de acesso aos seus direitos elementares. Todavia, se o estado democrático de direito, apontado na Constituição, fosse respeitado, não haveria necessidade de leis complementares e variadas políticas públicas para garantir direitos que já estão prescritos.

Neste sentido, Oliveira (2006) aponta que a Constituição, que é a lei maior da sociedade brasileira, permite em seus artigos à extensão aos idosos dos direitos garantidos. Entretanto, além destes direitos sofrerem um problema legislativo quanto à ausência de elaboração de uma norma particular no texto constitucional. Há também a possibilidade da ineficácia dos direitos e deveres ali descritos, uma vez que boa parte da população os desconhece, impossibilitando o exercício da cidadania.

Todavia, como a população não é educada para conhecer seus direitos e deveres constitucionais, existe a exigência de políticas específicas para determinados grupos, a fim de garantir direitos elementares, como é o caso do idoso.

Ainda pensando nas políticas públicas para o idoso, nos últimos anos, outras ações foram realizadas. Em 2005, realizou-se o Seminário Internacional: Direitos Humanos e Envelhecimento em Brasília, com fundamentos no Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento de Madri, a partir deste seminário houve a formulação de acordos e recomendações para as pessoas idosas dos países membros, reunidos na Carta de Brasília (2005).

Vários acordos foram firmados, mas ainda não se percebe que estes todos estejam sendo cumpridos no Brasil. Há a necessidade de criação de secretarias técnicas permanentes dos idosos, como também a implementação da rede de investigação, sistema de informação, documentação e difusão sobre as interfaces entre direitos humanos e envelhecimento.

Dentre as recomendações, destacam-se questões sobre a cidadania do idoso, uma atenção integral e universal, fortalecimento das redes sociais, solidariedade intergeracional, fortalecimento de política para o idoso, garantir dignidade durante toda a vida e favorecer o envelhecimento ativo (OMS 2002).

Destaca-se neste período também a criação da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa – RENADI, que foi o tema da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, promovido pelo CNDI, em 2006. Em 2009, ocorreu em

Brasília, a 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, com o intuito de avaliar a RENADI, por meio de seus avanços e desafios.

Esta rede tem o objetivo de criar em todo território ouvidorias, defensorias públicas, juizados, varas e conselhos para a proteção da pessoa idosa, além de fomentar associações de idosos, promover ações governamentais para o segmento, como também a ampliação de verbas para as políticas do idoso. Afirma-se também a necessidade de programas de capacitação dos profissionais que atuam com o idoso, baseados nos princípios da educação permanente. Enfim, esta rede propõe como metas garantir todos os direitos fundamentais do idoso, prescritos na legislação vigente, por meio de ações em nível nacional estadual, regional e municipal, com o envolvimento direto da população em geral e da população idosa, além da criação, implementação, reativação ou monitoramento dos conselhos estaduais e municipais da pessoa idosa.

Na segunda conferência realizada no ano de 2009, apontou-se que ainda não houve a implementação dos conselhos municipais do idoso em todas as cidades, como a falta de articulação entre os municípios e os estados. Também foram salientadas as limitações da rede, uma vez que ainda permanece desconhecida por boa parte da população, principalmente idosa. Assim, afirma-se que falta o conhecimento dos planos estaduais e nacional de implementação da rede, formação insuficiente dos conselheiros, conselhos municipais inativos ou funcionando parcialmente, como também ocorre a fragmentação das políticas públicas, que geram ações isoladas e por vezes perde-se a globalidade. Percebe-se também que o idoso ainda não denuncia as ações de repressão, marginalização e violências sofridas, tanto no âmbito da família como na sociedade em geral. Há também a ausência de disciplinas relacionadas ao envelhecimento nos currículos educacionais. O idoso ainda não tem atendimento prioritário em todos os canais de atendimento (previdência, por exemplo). Há muitas fraudes no que diz respeito às aposentadorias e pensões. Nota-se, que além destas dificuldades, a articulação deficiente entre os conselhos do idoso, nas esferas municipal, estadual e nacional, aliados a falta de dados dificulta a organização e efetiva atividade da RENADI.

A segunda conferência além de analisar a implantação da rede e avaliar como as ações estão ocorrendo, também propôs o pacto de gestão pelo envelhecimento saudável, formalizando a implementação dos direitos do idoso acordados nas políticas públicas na legislação em vigor. Este pacto deve atuar no

princípio de garantir a preservação do exercício da autonomia, cidadania e atividade, permitindo o acesso ao desenvolvimento integral do idoso por meio da criação, implementação e funcionamento efetivo da pessoa idosa.

Em relação à legislação do Estado do Paraná que atenda especificamente o público idoso, pode-se citar a Política Estadual dos Direitos do Idoso, Lei Estadual 11863/97. A presente lei tem 12 artigos, sendo baseada nas diretrizes da Política Nacional do Idoso, lei 8842/94, garantindo os direitos elementares a pessoa idosa, além da criação do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI.

No ano de 2001, foi autorizada a criação do Instituto Paranaense de Geriatria e Gerontologia, por meio da Lei 13062/01. Este instituto foi criado em prol da defesa dos direitos do idoso, além do amparo, orientação e assistência para os idosos paranaenses. Neste mesmo ano, foi aprovado que municípios de grande porte instituíam o Programa Centro de Convivência do Idoso, por meio da Lei 13231/01.

A legislação de Ponta Grossa acerca do idoso especificamente, apresentou a primeira lei no ano de 1991, Lei Municipal 4536/91, que autorizou a instituição da Fundação de Promoção do Idoso de Ponta Grossa – FAPI, criada com os objetivos de promover a colaboração e a participação da comunidade em favor de programas e projetos em prol do idoso, além de regulamentar o repasse financeiro para as entidades de assistência ao idoso.

No ano de 1995, a Lei Municipal 5227/95, dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa do Idoso. O Conselho tem como competência promover uma política global para o idoso no âmbito da cidade de Ponta Grossa, além de zelar e ampliar os direitos do idoso, em seu pleno exercício da cidadania e desempenho de suas atividades, como também a promoção de estudos, debates e pesquisas sobre a condição do idoso.

A partir das leis acima descritas, nota-se que há amparo legal para o idoso nos âmbitos nacional, estadual e municipal, assegurando-lhes os direitos básicos e o exercício da cidadania. Entretanto, observa-se que no cotidiano a realidade que se apresenta é outra. Ainda há muita degradação do idoso, sendo que este se encontra deparado há várias situações de preconceitos, marginalização e indeferimento dos seus direitos.

Para que as políticas públicas realmente tornem-se acessíveis para todos os idosos, é necessário conscientizar este segmento sobre a importância e o

reconhecimento de seus direitos. Para que isto seja possível, é preciso educar esta população, através de uma ação pedagógica politizada, que tenha em seus princípios a formação de um indivíduo crítico. Torna-se fundamental também educar a própria população acerca do processo de envelhecimento e velhice, para que se respeitem os direitos da pessoa idosa.

Neste contexto, como afirma Neri (2005, p. 24),

com o tempo e a melhoria do nível educacional e do bem-estar da população, pode ser que não necessitemos mais de um Estatuto do Idoso, ou, pelo menos, que ele seja revisto à luz de conceitos menos preconceituosos e discriminatórios em relação aos idosos do que os que se revelaram na edição inicial. Estamos muito longe desse momento, é verdade, mas fica a esperança de que o progresso social vai permitir mudanças paradigmáticas em nossa maneira de olhar os idosos e em nossa concepção sobre igualdade e universalidade dos direitos, mudanças essas compatíveis com a experiência de uma sociedade mais justa e igualitária. Uma sociedade boa para os idosos é uma sociedade boa para todas as idades.

Como apontado no decorrer do trabalho, a educação ocupa papel fundamental na formação crítica do idoso, para que tenha condições de manter-se ativo e consciente da sua própria velhice. Nesta mesma perspectiva, é também através da ação pedagógica que se oportuniza uma maior inserção social, além da formação do idoso enquanto um ator social, que mobilizado em rede terá possibilidade de articulação e passará a exigir mais respeito e dignidade, e um compromisso sóciopolítico a propósito dos seus direitos.

Nesta esfera, percebe-se que a educação além de propor e ser agente da ação que transforma, é um direito elementar de todo ser humano, independente da idade, numa percepção educacional permanente. Assim, o idoso tem direito à educação, não apenas como instrumentalização ou compensação, mas como espaço de questionamento, decisões, capacitação e acima de tudo, diálogo.

Assim, tão fundamental quanto à cidadania, é o direito pela educação, pois não se alcançará a cidadania sem que haja conhecimento pleno deste direito. Logo, pensar a educação para a terceira idade é pensar mais que uma ocupação para o idoso, é permitir uma ação intensiva e intencional para que este sujeito se perceba, entenda seu entorno social, político e econômico, como também não seja ludibriado ou tenha seus direitos negligenciados.

4.4 EDUCAÇÃO: DIREITO DE TODOS?

A educação é considerada como um direito fundamental, que está incluso em algumas políticas públicas destinadas para o público idoso, todavia, ainda não existe nenhuma política que referencie a educação para a terceira idade exclusivamente. No Brasil, a legislação educacional contempla a educação infantil, ensino fundamental, médio, superior, profissionalizante e a educação de jovens e adultos, mas quando se pensa no idoso, este fica deslocado.

Observa-se que as Políticas Públicas voltadas à educação não amparam exclusivamente a educação para a faixa etária da terceira idade. Em legislações educacionais, o idoso é compreendido como adulto, não sendo consideradas suas necessidades educacionais específicas.

O idoso encontra-se incluso em legislações específicas da modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CEB 11/2000), o idoso é citado, porém dentro desta modalidade.

Tanto a crítica à formação hierárquica da sociedade brasileira, quanto a inclusão do conjunto dos brasileiros vítimas de uma história excludente estão por se completar em nosso país. A barreira posta pela falta de alcance à leitura e à escrita prejudica sobre maneira a qualidade de vida de jovens e de adultos, estes últimos incluindo também os idosos, exatamente no momento em que o acesso ou não ao saber e aos meios de obtê-lo representam uma divisão cada vez mais significativa entre as pessoas. No século que se avizinha, e que está sendo chamado de "o século do conhecimento", mais e mais saberes aliados a competências tornar-se-ão indispensáveis para a vida cidadã e para o mundo do trabalho. Adulto é o ente humano já inteiramente crescido. O estado de adulto (adultícia) inclui o idoso. Este parecer compreende os idosos como uma faixa etária sob a noção de adulto. Sobre o idoso, cf. art. 203, I e 229 da Constituição Federal. (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, 2000, p.11).

Apesar da inclusão do idoso na EJA, percebe-se que caracterizá-lo como adulto submerge todas as suas peculiaridades, além das diferenças conceituais e necessidades educacionais. Deve-se pensar e analisar quais os motivos que levam o idoso à EJA, para que se institua uma metodologia e materiais adequados, além de um profissional preparado para trabalhar com este público.

Já, nas legislações referenciais à Terceira Idade, observa-se que a educação possui destaque. No artigo terceiro da Lei 8842/94, propõem-se a melhoria das condições de estudo para que os idosos possam aprender com mais facilidade, criando programas voltados ao idoso, além de educar a população para melhor entender o processo de envelhecimento.

Segundo o Estatuto do Idoso (Lei 10741/03), no Capítulo 5, nos artigos 20 ao 25, estabelece-se que o idoso tem direito à educação, respeitando a peculiar condição de sua idade. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, havendo cursos especiais para que o mesmo integre-se à vida moderna, além de apoiar a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e publicações de livros e periódicos com conteúdos adequados à população da Terceira Idade.

Nas deliberações da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, no eixo da educação, ficam deliberados: a promoção e garantia de acesso à educação em todos os níveis de ensino, com metodologias e currículos específicas, além de profissionais capacitados para o trabalho com o idoso; inserção do envelhecimento e velhice como tema transversal em todos os níveis de ensino; democratizar o acesso as Universidades da Terceira Idade; adequar a metodologia da EJA para a realidade e necessidades da pessoa idosa; promover a inclusão tecnológica e digital.

No texto base da 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, a educação é vista como “uma categoria associada à capacidade de oportunizar desenvolvimento pessoal, transformação e mudança social, além de qualificação para o trabalho e para vida coletiva” (SAFONS; PESSOA, 2008, p. 31). No mesmo texto, a educação considerada como política pública para o envelhecimento está amparada pelas Leis 8842/94 e 10741/03. A educação encontra apoio na cultura, a qual “expressa a totalidade das experiências materiais e simbólicas adquiridas e acumuladas pelas pessoas ao longo da vida e revela os comportamentos apreendidos no aprendizado social” (SAFONS; PESSOA, 2008, p. 32).

No Plano de Viena, a educação é entendida em seu caráter permanente, o qual auxilia diretamente a adaptação do indivíduo segundo o avanço de idade numa sociedade que evolui constantemente e que exige cada vez mais capacidades, inclusive laborais. Há várias recomendações no que diz respeito à educação, em especial a um ensino compatível aos idosos, respeitando o ritmo e estimulando para

novas aprendizagens de uma maneira universalizada, além de estimular para auto-suficiência e responsabilidade. Deve-se também educar a população para o processo de envelhecimento e para o respeito e aceitação dos idosos. Conforme descrito no plano, “se deberá poner a disposición de las personas de edad amplia información sobre todos los aspectos de su vida, en forma clara y comprensible” (ONU, 1982, p. 38).

E, no Plano de Madri, a educação é encarada como uma base indispensável para uma vida ativa e digna, inclusive no envelhecimento. Segundo este mesmo plano, uma grande quantidade de pessoas idosas em países em desenvolvimento chega à velhice com noções de escrita e leitura. Porém, é necessário que educação seja intrínseca a qualquer indivíduo, desde a infância, para que quando esteja na terceira idade tenha condições de gozar seus direitos, seu bem-estar integral e reclamar por melhores condições. Além, disso, a educação deve possibilitar uma formação continuada para o mercado de trabalho, uma vez que o idoso tem condições de continuar trabalhando.

Este plano apresenta dois objetivos para a educação, o primeiro: “igualdad de oportunidades durante toda la vida en materia de educación permanente, capacitación y readiestramiento, así como de orientación profesional y acceso a servicios de colocación laboral” (ONU, 2002, p. 17); e o segundo “utilización plena de las posibilidades y los conocimientos de las personas de todas las edades, reconociendo los beneficios derivados de la mayor experiencia adquirida con la edad” (ONU, 2002, p. 18). Estes objetivos devem ser alcançados numa organização comum de toda sociedade civil e política, considerando a totalidade do ser idoso.

Na carta de Brasília (2005), é recomendado o fomento de ações de capacitação dos idosos para o exercício da cidadania e protagonismo social.

A Política Estadual dos Direitos do Idoso (Lei Estadual 11863/97), no Título III do Artigo terceiro, também destaca a adequação de currículos, programas educacionais destinados aos idosos. Esta lei pressupõe o desenvolvimento de programas que adotem modalidades de ensino a distancia, adequados às condições do idoso.

No contexto municipal, no Título III do Artigo segundo da Lei Municipal 4536/91, apresenta-se a necessidade de incentivar a colaboração e a participação da comunidade em favor de programas e projetos, visando através de entidades,

buscar a melhoria das condições de educação e formação, garantindo a promoção social.

Como citado, as legislações próprias dirigidas ao público idoso apresentam os direitos relativos à educação, podendo-se citar o acesso aos mais diversos meios educacionais, continuidade, capacitação, inserção social e tecnológica, importância da relação intergeracional, numa perspectiva de educação permanente.

Afirma-se então, mediante amparo destas políticas que a educação se constitui como direito fundamental da pessoa idosa, e age como política, na medida em que propõe e possibilita meios para os avanços sociais, reconhecimento da velhice, preparação para o envelhecimento, capacitação para enfrentar a globalização, formação para o mercado de trabalho, enfim, permita que o idoso se considere capaz, integrado e articulado, melhorando sua qualidade de vida.

Nas políticas específicas para a educação, percebe-se que em algumas leis o idoso é contemplado em alguns pontos, como também é integrado à educação de adultos ou à educação para todas as idades. Porém, ainda há a ausência de uma política pública específica para educação do idoso. Outro ponto de discussão refere-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) que em nenhum momento faz referência à educação para a terceira idade ou a integração do tema envelhecimento aos currículos.

Os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), não apresentam a temática do envelhecimento englobado na apresentação dos temas transversais, sabendo que o envelhecimento deve ser trabalhado nesta perspectiva e que estes parâmetros foram organizados posteriormente a Política Nacional do Idoso, que elencou uma série de orientações acerca da educação. Há apenas uma indicação referente ao processo de envelhecimento e à velhice, no PCN do Ensino Fundamental de Ciências Naturais, quando se trata do desenvolvimento humano.

Já, no Plano Nacional de Educação (Lei 10172/01) é apresentado em seus objetivos e metas o estímulo às universidades e organizações não-governamentais a oferecer cursos dirigidos à terceira idade. Apesar das limitações do objetivo, ressalta-se que esta foi a primeira política educacional em nível nacional, no Brasil, que abriu um espaço ao idoso.

No Paraná, no ano de 2006, as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos acrescentou em sua redação o idoso, partindo para a estrutura da educação de jovens, adultos e idosos no estado. A partir destas diretrizes, percebe-

se o idoso enquanto sujeito do processo de aprendizagem, que necessita de uma prática pedagógica emancipadora num caráter político, econômico, científico e ético-social (SEED, 2006).

Em relação às diretrizes internacionais, a educação para o idoso tem espaço nas Declarações de Jomtien (1990), Hamburgo (1997) e Dakar (2000). Todas as declarações são resultados de Conferências Mundiais organizadas pela ONU e UNESCO.

Na Declaração Mundial de Educação para Todos – Jomtien, a educação é considerada como um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro. Há a necessidade de universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades. Assim, torna-se fundamental o acesso à educação e a promoção da equidade, independente de idade, raça, religião ou classe social.

Segundo as recomendações da Declaração de Jomtien, as políticas de apoio nos setores social, cultural e econômico são necessárias para se concretizar a plena provisão e utilização básica para a promoção individual e social. A educação básica para todos depende de um compromisso político e de uma vontade política, respaldados por medidas fiscais adequadas e ratificadas por reformas na política educacional e pelo fortalecimento institucional (ONU, 1990).

Na Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA V), na cidade de Hamburgo, no ano de 1997, obteve-se a Declaração de Hamburgo que recomenda que “governos e parceiros sociais devem tomar as medidas necessárias para garantir o acesso, durante toda a vida dos indivíduos, às oportunidades de educação” (UNESCO, 1999, p. 22).

Nesta declaração, percebe-se que a educação para terceira idade encontra um grande suporte, pois como recomendado, a educação básica para todos significa dar às pessoas, independente da idade, a oportunidade de desenvolver seu potencial, coletiva ou individualmente. Além de promover uma sociedade tolerante e instruída para o desenvolvimento socioeconômico (UNESCO, 1999).

A Declaração de Hamburgo também recomenda que o direito à educação e ao aprender por toda vida é uma necessidade, afirmando-se como direito de ler, escrever, questionar, analisar, ter acesso a recursos, desenvolver e praticar habilidades e competências individuais e coletivas. Hoje há mais idosos do que havia anteriormente, e esta dimensão prossegue aumentando. Estes idosos têm

muito para oferecer ao desenvolvimento social. Deste modo, é importante que eles tenham a mesma oportunidade de aprender que os mais jovens. Suas habilidades devem ser reconhecidas, respeitadas e utilizadas (UNESCO, 1999).

A Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Dakar, no ano 2000, reafirmou a necessidade de uma educação em todas as idades. Recomendou-se novamente a necessidade de assegurar o direito de educação, para que haja a equidade de acesso a uma aprendizagem apropriada, que desenvolva habilidades e que possibilite programas de formação para a cidadania (ONU, 2000).

No ano de 2009, ocorreu em Belém (Pará), no Brasil a VI Conferência Mundial de Educação de Adultos (CONFINTEA VI). Esta conferência embasou-se no diálogo sobre políticas e promoção da aprendizagem de adultos e educação não formal em âmbito global, com a temática: “Vivendo e aprendendo para um futuro viável: o poder da aprendizagem e da educação de adultos”.

Nesta conferência foram organizados diversos documentos que servirão de diretrizes para a educação de adultos nos próximos anos, destacando-se a Declaração de Belém (ainda não disponível para consulta) e o documento “Educação e Aprendizagem para todos”, que reúne as declarações finais das conferências regionais preparatórias para a Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos.

As diretrizes internacionais de educação não se findam no direito de uma educação para todos. Atualmente, além de garantir acesso a educação, afirma-se a necessidade de uma educação de qualidade, enfim, efetivar o ensino e a aprendizagem para todas as pessoas de todas as idades, focalizando as necessidades de quem aprende e dinamizando a prática de quem ensina (UNESCO, 2005).

A partir da busca de mais qualidade para a educação dos idosos, além da preocupação de quanto e como se aprende, se analisa como a aprendizagem realmente se efetiva em prol de benefícios próprios, da sociedade e do desenvolvimento (UNESCO, 2005).

O processo de envelhecimento deve ser encarado como problemática social. O perfil do idoso atual é diferente de meio século atrás, o que exige novas ações educacionais para este segmento, num aspecto permanente. Aprender permanentemente, desenvolver novas habilidades são maneiras de enriquecimento pessoal do capital cultural, considerando a educação profícua para o idoso.

A sociedade se caracteriza pela desigualdade e por conflitos. A idade não pode ser considerada como aspecto negativo, mas focalizada como sinônimo de experiência, sabedoria acumulada ao longo dos anos que os idosos podem transmitir aos jovens.

A esfera governamental precisa cumprir com sua função de responsabilidade social, sendo a decisão do poder público de proporcionar ações comunitárias na região em que está presente e minorar possíveis danos provenientes de discriminações da faixa etária. Responsabilidade social é entendida aqui como um compromisso do poder público em relação à sociedade em geral e uma forma de prestação de contas do seu desempenho.

Entre os vetores da responsabilidade social, existe o apoio ao desenvolvimento da comunidade onde atua, preservação do meio ambiente, satisfação e investimento no bem-estar dos indivíduos, tendo a terceira idade como uma realidade da população brasileira, compete também assumir esse compromisso social com essa parcela da população que contribuiu para a sua formação. Porém, não pode ser considerado um ato de assistencialismo, mas antes deve ser encarado como de solidariedade e de justiça social, além de retorno da dívida social para com a sociedade mais ampla que utilizou da capacidade de trabalho de pessoas físicas as quais hoje são integrantes dessa faixa etária.

Ao exercitar seu papel social o homem utiliza suas perspectivas de cidadania, que para ser efetivamente exercitada, exige do indivíduo a capacidade de analisar e compreender a realidade, criticá-la e atuar sobre ela. Porém, para essa nova realidade ser delineada se faz necessário um novo olhar sobre o processo de envelhecimento, e o apoio da sociedade civil e pública para que oportunizem ações preventivas permitindo a construção de uma nova realidade. Desta maneira, também se torna imprescindível destacar que além da capacidade de aprender, os idosos possuem o direito à educação, como previsto em muitas políticas acima apontadas.

Percebe-se então, que a sociedade civil desempenha um papel de grande relevância para a estruturação e formulações de políticas para o público idoso. Para tanto dentro deste âmbito, a sociedade civil organizada utiliza-se de planos, conferências, seminários como lugares de encontros de pessoas para a discussão sobre a terceira idade e o público idoso.

Neste sentido, os seminários e conferências são considerados espaços públicos de propostas de ações, debates e construções de propostas para políticas.

Assim, estes espaços são considerados a representação/representatividade da sociedade civil (DAGNINO, 2002).

A sociedade civil, como define Couffignal (2000, s/p) é "toda forma de organização espontânea ou institucional, duradoura ou não, cuja finalidade é a de expressar-se, em determinado momento, sobre a cena política".

E, dentro da sociedade civil, a sociedade civil organizada é uma parcela que se estrutura e atua como uma força política em busca de soluções para conflitos sociais. Marx (2006, s/p) estabelece que a sociedade civil organizada "é a estrutura moldando-se em superestrutura para defender interesses da maioria, ou mesmo parciais, atuando em conjunto com o Estado e as forças de mercado, na 'busca maior', qual seja, a de uma melhor simbiose com a sociedade civil".

Em meio a esta discussão, Dagnino (2004) releva que cada vez mais a sociedade civil está sendo considerada o sinônimo de Organização Não-Governamental (ONG), apesar das ONGs fazerem parte desta sociedade, mas não expressam a totalidade do conceito. Outro fator que também merece destaque refere-se ao fato que cada vez mais o Estado está transferindo à sociedade civil as suas responsabilidades quanto à manutenção da população e seus direitos.

Dagnino (2002) também aponta que nesta situação em que a sociedade civil se encontra, os espaços públicos enquanto meios de participação confrontam-se com as concepções elitistas da democracia estabelecida pelo Estado. Porém, para que se possa efetivar uma sociedade civil ativa, os espaços públicos devem estar organizados para a implementação de políticas públicas em prol dos interesses da população. Assim, deve-se considerar "a elaboração das políticas públicas como uma arena pública aberta" (DAGNINO, 2002, p. 299), e deve-se manter num caráter igualitário, para que a participação da sociedade não seja inútil.

Ao se pensar na estruturação das políticas públicas por meio da ação da sociedade civil, busca-se o resgate do caráter público da política, reconhecendo o a constituição do interesse público (DAGNINO, 2002). Neste sentido, as ações da sociedade civil, por meio de espaços públicos, devem garantir ao idoso os seus direitos, além da participação efetiva na constituição das arenas políticas e nas sociedades civis organizadas.

5 IDOSO E A EDUCAÇÃO: INSERÇÃO EM ESPAÇOS EDUCATIVOS

A inserção de idosos em espaços educativos que promovam a integração e uma educação de qualidade para este público é prevista em diversas políticas, porém, o que se observa é que o que está prescrito ou recomendado muitas vezes não está sendo cumprido. As ações governamentais para o idoso voltam-se na maioria das vezes para questões de saúde e da própria previdência, alegando-se poucos recursos para outras ações.

Percebe-se então, que o idoso encontra suporte e apoio em instituições não governamentais, em iniciativas privadas, nas associações de moradores, nos grupos religiosos, em órgãos independentes e em algumas universidades. Assim, além de buscar conhecer todas as políticas que atendem o público idoso, torna-se fundamental também que estas sejam respeitadas e tragam ações práticas.

O idoso não necessita apenas de campanhas de cunho eleitoreiro, que promovem através da mídia uma grande promoção social, mas que na verdade não passam de direitos previstos em lei e que se constituem como dever do governo, devido a todos os impostos que estes idosos pagaram durante toda a vida e que continuam pagando. As ações governamentais estão cumprindo o que lhes é de dever, mas ainda há muitas falhas que geram exclusão e marginalização da pessoa idosa.

Como normatizado, o idoso tem direito à educação, com materiais, metodologia, espaços e professores que atendam as suas especificidades educacionais. Como prescrito no próprio Estatuto do Idoso (Lei 10741/03), o idoso deve ter condições de acesso a educação, como também a universidades abertas, que devem ser criadas com apoio do poder público.

Assim, este capítulo tem por objetivo analisar o espaço educacional exclusivo do idoso na cidade de Ponta Grossa, além de pontuar a relação entre as políticas de atendimento deste segmento e o seu próprio discurso, após a intervenção da educação. Os idosos que participaram desta intervenção estão inseridos no referido espaço educacional.

Na cidade de Ponta Grossa, existem algumas ações em prol do idoso, porém estas não são exclusivamente educativas, tem um cunho mais

assistencialista ou recreativo. Atualmente o Departamento do Idoso, da Secretaria Municipal de Assistência Social (Antiga FAPI), tem sede própria e realiza um trabalho muito importante, em referência a melhoria das condições de vida do idoso, através de atividades de recreação, atendimento e acompanhamento das famílias, provendo em algumas situações a própria alimentação para idosos que não tem condições financeiras, nem atendimento mais globalizado das necessidades. Hoje, já cerca de 2500 idosos cadastrados no Departamento do Idoso.

Há também outros grupos de pessoas de terceira idade, organizados em algumas paróquias da igreja católica. Estes grupos promovem atividades físicas, recreação, turismo, integração comunitária e em alguns momentos algumas palestras informativas. Entretanto a educação para o idoso não se encontra como objetivo primeiro destas iniciativas.

Nas escolas que ofertam a Educação de Jovens e Adultos, percebe-se que existe a inserção de alguns idosos, porém este espaço não é de atendimento exclusivo e tem muitas limitações em referência a este público, quanto à inadequação de materiais e metodologias, além do preconceito e marginalização.

O único espaço específico, na cidade de Ponta Grossa, que atende a população idosa e que tem por objetivo principal a educação é a Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI), na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Desde o ano de 1992, a UATI, tem trabalhado a fim de resgatar o idoso para o convívio e integração sociais através de uma atualização cultural e assim, valorizar o idoso e melhorar sua qualidade de vida a partir do momento em que contribui para que eles compartilhem seus sonhos, idéias e retomem a prática de construir projetos de vida, conquistando assim de volta uma posição importante no seio da família e da comunidade.

A UATI fundamenta-se na concepção de educação permanente e auto-realização do idoso. Estrutura-se numa abordagem multidisciplinar, priorizando o processo de valorização humana e social da terceira idade, analisando constantemente a problemática do idoso nos diversos aspectos; biopsicológicos, filosóficos, político, espiritual, religioso, econômico e sociocultural. Preocupa-se em proporcionar ao idoso uma melhor qualidade de vida, tornando-o mais ativo, alegre, participativo e integrado à sociedade.

Dentro dessa perspectiva da educação permanente e sendo a universidade um lugar por excelência para o aprimoramento, a pesquisa, a busca do conhecimento e também a democratização do saber, timidamente surge em seu âmago um espaço educacional para essa clientela. As universidades ampliam sua função social, “buscando integrar aqueles que se encontram à margem do processo de desenvolvimento” (OLIVEIRA, 1999, p.240).

Os diferentes programas oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior são formas alternativas de atendimento ao idoso, visando além da valorização dessa clientela, maior conscientização da sociedade em geral a respeito do processo de envelhecimento da população do nosso país que é uma realidade (BOTH, 2003).

Com a inserção do idoso na comunidade universitária, a integração entre gerações ocorre necessariamente, fomentando debates sobre as questões que envolvam essa faixa etária, analisando preconceitos e discriminações ora sustentados socialmente e que se apresentam sem fundamentação científica.

O próprio idoso, ao se conscientizar de seu espaço na sociedade, terá de si mesmo uma visão mais otimista, considerando-se produtivo, útil, capaz de muito ainda colaborar para a sociedade na qual está inserido.

Basicamente a UATI estrutura-se em disciplinas teóricas e práticas, totalizando 240 horas, ao longo de três semestres letivos, seguindo o calendário universitário.

As disciplinas teóricas abordam as diferentes dimensões humanas e sociais, apresentadas por diferentes profissionais em suas áreas específicas, entre elas: sociologia, filosofia, psicologia, direito, previdência social, história, geografia, relações humanas, educação, esoterismo, política, economia, medicina, fisioterapia, odontologia, nutrição, jornalismo, turismo, educação física e meio ambiente.

As disciplinas práticas envolvem diferentes atividades, como: dança de salão, natação, hidroginástica, biodança, musculação, relaxamento e alongamento, atividades esportivas, informática, francês, espanhol, inglês, oficina da comunicação, pintura, artesanato, seresta e teatro.

O currículo é organizado de maneira interativa, conforme as opções dos próprios idosos, sendo as disciplinas teóricas de caráter obrigatório e as práticas de caráter optativo.

O Estágio realizado na UATI constitui o último semestre letivo do Programa, onde são programadas atividades como visitas a diversas instituições, entre elas:

hospitais, asilos, creches, grupos de convivência de idosos. São realizadas entrevistas para detectar as reais necessidades de cada local e depois se desenvolvem atividades filantrópicas, assistenciais, recreativas, visando uma socialização e integração.

5.1 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A velhice não pode ser apenas considerada uma estatística ou projeção, é um fato consolidado, e não é privilégio da classe alta ou baixa, atinge a população de um modo geral, sendo que o ponto de diferença se estabelece pelos recursos ou não para vivenciar a velhice, fortalecendo o imperativo das desigualdades sociais vigentes no país.

Como foco da investigação pressupõe uma relação direta entre a situação do idoso, as políticas públicas, a educação para terceira idade e a realidade vigente no cotidiano, os idosos partícipes desta investigação não foram categorizados a luz dos estereótipos e preconceitos pré-determinados.

Considerou-se o movimento e a transformação da realidade, nos constantes ir e vir, que indicam e se fortalecem numa análise dialética, para que se possa alcançar uma nova exterioridade, por meio de novas alternativas, tendo como objetivo a captação do objeto em sua totalidade e complexidade, inserindo-o no contexto histórico-social a qual é integrante.

Assim, partindo da dialética materialista, numa perspectiva de totalidade, as diversas partes do real se organizam num processo de interdependência ativa. O mundo é um complexo de processo e relações e está em constante movimento. Porém, o movimento não implica somente continuidade, mas também ruptura, passando da quantidade à qualidade (SILVA JUNIOR, 2006).

Nesta perspectiva, pensar a realidade em que o idoso se encontra refere-se diretamente a uma tese, que neste constante movimento, por meio de contradições se vincula e entra em choque a uma antítese para a formulação de uma nova realidade, ou seja, uma nova síntese. Esta nova síntese reinicia um novo ciclo, tornando-se uma nova unidade, e sendo nova tese, novamente entra em conflito

com a antítese, gerando novas sínteses, enfim, provoca e assegura o movimento, além de relativizar a verdade.

No processo de percepção das coisas, cristaliza-se na consciência o que é universal, que é próprio destas coisas – isto se expressa sob a forma de um conceito geral que existe ao lado das imagens singulares. Quando se forma um conceito geral inicial, outros conceitos mais gerais são formados, refletindo propriedades de um grupo maior ainda de propriedade e logo os conceitos mais gerais (categorias) refletem as formas universais do ser. As categorias como imagens ideais que se formam no decorrer do desenvolvimento da consciência da realidade objetiva e que refletem os aspectos e os laços correspondentes das coisas materiais (CHEPTULIN, 2004).

Neste sentido, torna-se fundamental pautar esta pesquisa num contexto dialético, fundamentado pelo materialismo. Segundo Triviños (1987, p. 27), o materialismo dialético sustenta como critério da verdade a prática social. Ele afirma que a prática é o critério decisivo para reconhecer se um conhecimento é verdadeiro ou não.

Assim, a investigação acerca da velhice se encontra diretamente relacionada ao constante movimento. Nesta perspectiva, como “a categoria essencial do materialismo dialético é a contradição que se apresenta na realidade objetiva” (TRIVIÑOS, 1987, p. 54), torna-se fundamental a interação entre os opostos, para que nos contextos contraditórios do idoso, se possam estabelecer novas sínteses.

O homem é dotado de consciência, para agir ele planeja e têm objetivos, antes de agir ele pensa, enquanto age ele continua pensando e refletindo, por conseguinte, gera um pensar criativo, possibilitando o progresso social. (CHEPTULIN, 2004).

Neste sentido, ao se reconhecer como movimento interno de posição, negação e supressão de seus predicados, o indivíduo se reconhece como produtor de si, no movimento de auto-produção. Neste reconhecimento, ele se reconcilia consigo mesmo, assim é ao mesmo tempo um reconhecimento em si e para si (CHAUÍ, 2000).

Assim, a dialética é enfocada como metodologia nesta investigação, pautada na história e na sociedade, em correspondência com o real no pensamento da realidade que circunda, articulando as idéias no todo. Os aspectos metodológicos determinados pelos objetivos a que se pretende atingir aliados às percepções do

investigador precisam impreterivelmente articular-se numa concepção dialética. O idoso, enquanto sujeito da sua própria história, num tempo e espaço delimitados, estabelece relações enquanto ser social, estando intrinsecamente relacionado ao contexto social e cultural, no qual age, interage, modifica, transforma e modifica a história. Desta maneira, a presente investigação está alicerçada em pressupostos sócio-históricos, compreendendo a sociedade sob a lógica dialética.

Logo, a problemática da velhice, é estabelecida sem atender as suas bases materiais, no que se refere a sua existência. O envelhecimento é inerente ao ser humano, pois mesmo que uma pessoa tenha uma morte prematura, ele vivenciou o processo de envelhecimento, se jovem, é uma criança velha, se adulto, é um jovem velho, e assim sucessivamente. Desta maneira, homogeneizar a velhice e o processo de envelhecimento é questionável. A velhice é uma etapa de vida, mas cada indivíduo tem características próprias em sua velhice, que dependem de condicionantes sociais, históricos, econômicos e culturais.

Desta maneira, esta pesquisa se propõe a apreensão do fenômeno da velhice e da problemática apresenta em consonância com as distintas faces. O conhecimento é totalizante e a atividade humana geralmente é um processo de totalização que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada. A visão de conjunto é sempre provisória e nunca pode pretender esgotar a realidade a que se refere (KONDER, 1984).

Embora se compreenda que a velhice é produzida diferentemente em função das condições objetivas de existência, surgem como preponderantes as diferenças nessas experiências, as particularidades e as subjetividades.

Percebe-se que apesar dos avanços no campo científico, ainda existem muitas lacunas no que se refere à velhice e o direito a educação deste segmento. Neste sentido, busca-se por meio desta investigação um olhar atento às problemáticas que entornam a situação do idoso, particularmente as questões educacionais específicas deste grupo na cidade de Ponta Grossa.

No início, com tímidas observações e delineados alguns objetivos, aprofundados por leituras, as quais constituíram um rico instrumento no exercício para entrar em empatia com o objeto a ser pesquisado; percebeu-se que a tônica da velhice estava envolvida numa trama de grande complexidade. A partir daí, o objeto passou a ser recortado, definido e delimitado, constituindo o tema da dissertação.

Enfim, busca-se compreender de maneira qualitativa e quantitativa, no contexto micro em relação direta com o fenômeno, a inserção do idoso em um ambiente especificamente próprio, que pautado em políticas públicas, permite a formação de um sujeito crítico, que tenha condições de análise no contexto em que se encontra, possibilitando ascensão social, reafirmação de papéis, valorização e melhor qualidade de vida.

A presente investigação compõe-se como uma pesquisa qualitativa e o desenvolvimento do trabalho deram-se basicamente em três momentos.

Num primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema velhice, a fim de adquirir uma fundamentação teórica mais consistente e melhores condições para a pesquisa, na medida em que o referencial teórico mais amplo e fundamentado cientificamente possibilita credenciamento legitimando e autorizando uma tomada de decisão, conclusões e abordagem de sugestões sobre o assunto.

Procurou-se delimitar o conceito de velhice, apontando os preconceitos e estereótipos presentes na literatura científica. Organizaram-se os conceitos relacionados os aspectos sociais do envelhecimento e a educação para a terceira idade. Também se abordou uma investigação sobre as políticas públicas destinadas a terceira idade, salientando o direito à educação.

Neste momento, também se buscou um aprofundamento das questões demográficas relativas à velhice, tal como as projeções futuras, partindo do contexto global para o particular, numa abordagem quantitativa, porém é a qual justifica a necessidade de pesquisas para um grupo etário que não pára de crescer.

A partir da construção do referencial teórico, houve a necessidade de relação direta com a prática vivenciada pelos idosos, num espaço educativo específico para este grupo, na cidade de Ponta Grossa. Assim, com a necessidade de estabelecer um elo direto entre o conhecimento científico e a comunidade, elegeu-se os idosos matriculados no Curso da Universidade Aberta para a Terceira Idade na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Num segundo momento, para melhor conhecimento do curso e da clientela por ele beneficiada, e a relação direta entre a educação, as políticas públicas e os aspectos sociais da velhice, optou-se pela escolha entre os instrumentos de pesquisa, o questionário destinado aos idosos da UATI.

Os questionários, elaborados com 38 questões, fechadas e abertas, foram respondidos por 219 alunos matriculados na Universidade Aberta para a Terceira Idade e Universidade Continuada para a Terceira Idade da UEPG. Através do questionário procurou-se estabelecer o perfil da clientela beneficiada pelo curso, delinear o conceito de velhice sob a ótica dos idosos, captar a receptividade do curso, além da conceitualização que os idosos possuem sobre a educação e a necessidade de um espaço educacional exclusivo ao idoso, como também a percepção sobre seus direitos e os aspectos sociais que envolvem a velhice.

Como o critério para ingresso nesse curso é ser alfabetizado, considerando-se este aspecto como exigência mínima para se tornarem sujeitos da pesquisa. Dessa forma, todos os idosos foram convidados para serem incluídos na amostra, respeitando apenas alguns indivíduos que se mostraram constrangidos ou desinteressados. Foi elaborado um questionário exclusivamente para a pesquisa, segundo os objetivos estabelecidos, categorizando idades que serviram como fio condutor para a sistematização dos dados e propiciaram maior clareza nos procedimentos de análise.

Pela análise dos questionários aplicados à clientela da UATI, procurou-se esboçar o retrato do idoso delineado pelo próprio idoso, sendo que a maioria, a princípio, ao ingressarem no Curso, procura ocupar seus dias fugindo da rotina.

Num terceiro momento, após a coleta dos dados, por meio dos questionários respondidos, houve a definição das categorias de análise (velhice, educação, atualização, auto-estima, qualidade de vida e inserção social). A partir destas categorias, estabelece-se uma comparação entre as bases teóricas desta investigação e a realidade apresentada pelos idosos em seu cotidiano. Como as alterações após o ingresso na UATI são apontadas por grande parte dos idosos, faz-se uma relação entre o que se propõe por meio da educação para a terceira idade e o que ocorre de mudanças nos indivíduos idosos que se inserem em ambientes educativos, sem perder a perspectiva de totalidade.

Estes três momentos são interdependentes e complementam a visão globalizada sobre a temática apresentada, permitindo uma análise do particular em relação direta ao universal.

5.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Numa perspectiva de análise da realidade em que se situa a educação para a terceira idade, na cidade de Ponta Grossa, específica num espaço exclusivo de atendimento ao idoso, apresenta-se os alunos matriculados na UATI, como perspectiva micro de um fato social maior.

Neste sentido, na busca por uma relação direta com a população idosa, protagonista do trabalho em questão, analisa-se a relação destes em referência à própria existência, e em relação direta com a sociedade, num âmbito universalizado, que destaca as perspectivas econômica, social, política, cultural, educacional.

Para que se alcançasse um patamar mais amplo da realidade em que o idoso se encontra, relacionado aos objetivos da pesquisa, o questionário aplicado ao grupo, possibilita uma análise do perfil do idoso, tal como o entendimento dos conceitos de velhice, educação, preconceito, relações familiares e intergeracionais, qualidade de vida, participação e integração social. O questionário foi elaborado com 38 questões e foi respondido por 219 idosos devidamente matriculados na Universidade Aberta para a Terceira Idade.

A primeira questão se refere ao sexo dos entrevistados. Há predominantemente um público feminino, com 210 mulheres (95,9%), enquanto há apenas 9 homens (4,1%).

Percebe-se, pelos dados, que há predominância de mulheres, o que confirma duas situações. A primeira se refere ao fato que as mulheres possuem uma maior expectativa de vida (IBGE, 2004; 2008), e a segunda se justifica pela circunstância em que estas mulheres procuram uma ocupação na terceira idade. Muitas delas vivenciaram uma atividade predominantemente doméstica, mas no decorrer dos anos, os filhos crescem e por vezes se tornam viúvas, tendo necessidade de encontrar novas atividades para se completarem, evitando a solidão. Em relação a este segundo aspecto, Nascimento (2001) aponta que

as mulheres idosas, em sua maioria, tiveram uma trajetória de vida marcada pela pouca escolarização, baixa inserção no mercado de trabalho formal, baixa qualificação profissional, e um ambiente sócio-cultural marcado pela forte ideologia de gênero que prescreve um

papel subalterno na sociedade e diferenciado na família (NASCIMENTO, 2001, 191-192).

Por estas questões, quando a velhice chega, as mulheres viúvas, solteiras ou divorciadas, buscam alternativas de atividades, para completar o tempo ocioso, pois já realizaram a função de educar os filhos, sobrinhos e netos.

Assim, as universidades abertas aparecem como possibilidade de ocupar o tempo livre, fazer novas amizades, inserção num espaço educativo, além de oportunizar experiências que permitem que muitas mulheres vivenciem a possibilidade de sentirem-se livres, sem serem subalternas.

Os dados referentes ao sexo dos sujeitos da pesquisa podem ser visualizados na tabela e gráfico a seguir.

TABELA 5: Sexo

Gênero	Quantidade	Porcentagem
Feminino	210	95,9%
Masculino	9	4,1%

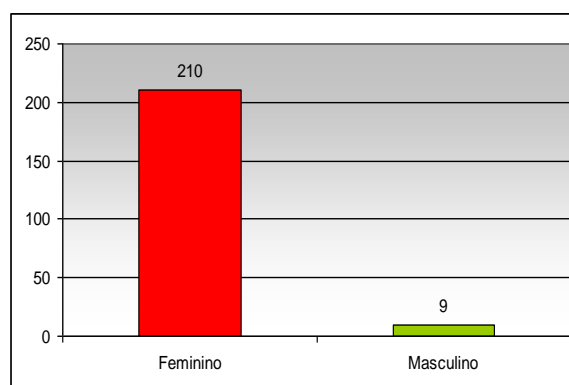


GRÁFICO 14: Sexo

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

A segunda questão faz referência ao estado civil dos idosos. A maioria dos idosos é casada, representada por 96 pessoas, ou seja, 43,8,1%. Seguida, de 80 idosas, que são viúvas (todas mulheres), representando 36,5%. Há também 15 pessoas solteiras, 14 idosos divorciados (6,4%), 7 idosos separados (3,2%) e 7 idosos que vivem com companheiro (3,2%). A seguir estão dispostos estes dados.

TABELA 6: Estado civil

Estado civil	Quantidade	Porcentagem
Casado	96	43,8%
Solteiro	15	6,8%
Viúvo	80	36,5%
Separado	7	3,2%
Divorciado	14	6,4%
Vive com companheiro	7	3,2%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

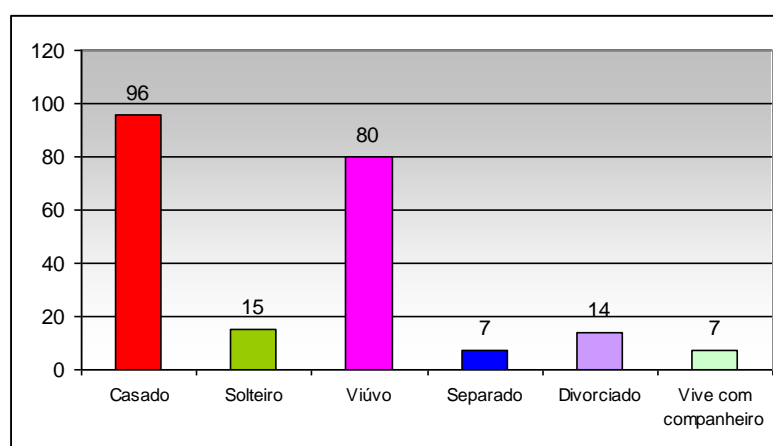


GRÁFICO 15: Estado civil

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

Outra questão faz referência com quem os idosos moram. A grande maioria reside com o companheiro, (87 pessoas - 39,7%). Há 49 idosos que residem sozinhos, (22,4%); 47 idosos que moram com filho (21,5%); 14 pessoas residem com companheiro e filho (6,4%); 6 idosos residem com irmão (2,7%); 5 idosos vivem com neto; 5 idosos com parentes (2,3%); 4 idosos residem com seus pais (1,8%); 2 pessoas moram com companheiro e neto (0,9%); 1 idoso vive com filho e neto (0,45%).

Os dados apresentados confirmam algumas questões relativas ao processo de envelhecimento no Brasil, no qual uma quantidade expressiva de idosos vive sozinha, o que fortalece o isolamento; há também, uma nova reorganização familiar, em que mais de uma geração está vivendo numa mesma casa com os idosos; e, também o próprio aumento da longevidade, que resulta em uma parcela de idosos que está cuidando dos pais, ou seja, um aumento na população idosa mais velha

(80 anos ou mais), o que reforça a necessidade de novas estruturas familiares (CAMARANO, 2004).

Os dados referentes com quem os idosos estão residindo estão dispostos na tabela e gráfico a seguir.

TABELA 7: Com quem mora

Com quem mora	Quantidade	Porcentagem
Com companheiro	87	39,7%
Com filho(s)	47	21,5%
Sozinho	49	22,4%
Com companheiro e filho(s)	14	6,4%
Neto(s)	5	2,3%
Pais	4	1,8%
Irmão(s)	6	2,7%
Parente(s)	5	2,3%
Com companheiro e neto(s)	2	0,9%
Filho(s) e neto(s)	1	0,45%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

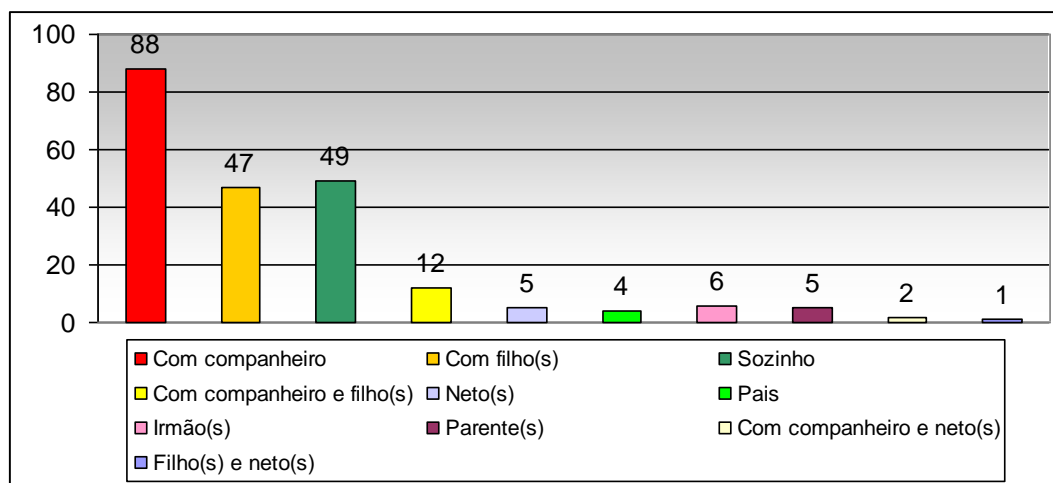


GRÁFICO 16: Com quem mora

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

Em referência ao domicílio em que o idoso reside atualmente a grande maioria vive em um imóvel próprio ou do companheiro, constituído por 175 idosos, representando 79,9%, seguidos de 28 idosos que residem em domicílio de filho ou familiar, ou seja, 12,8%. Há outros 8 idosos que moram atualmente em imóvel

alugado - 3,6%. No grupo, 5 idosos que residem em imóvel alugado por filho ou algum familiar (2,3%) e outros 3 idosos moram em imóvel cedido (1,3%). Estes dados apresentam-se na seqüência.

Esta realidade mostra que os idosos, possuem uma renda média superior a dos jovens (menores de 30 anos) e que a proporção dos idosos que são chefes de família residem em casa própria é superior ao grupo de jovens. Esta situação reforça a fato de que os idosos possuem atualmente uma melhor situação econômica do que os mais jovens, os quais estão entrando cada vez mais tardiamente no mercado de trabalho (CAMARANO, 1999, 2001, 2002).

TABELA 8: Domicílio em que reside

Domicílio em que reside	Quantidade	Porcentagem
Alugado por você ou companheiro	8	3,6%
Alugado por filho ou família	5	2,3%
De sua propriedade ou de seu companheiro	175	79,9%
Propriedade de filho ou familiar	28	12,8%
Cedida	3	1,3%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

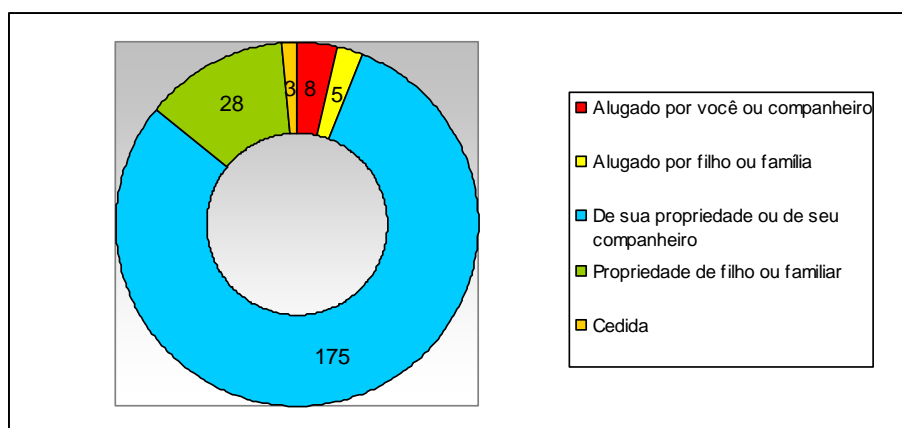


GRÁFICO 17: Domicílio em que reside

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

A maioria dos idosos tem casa própria, o que comprova os dados do IBGE, no que se refere ao fato de que os idosos tiveram oportunidades no decorrer de sua vida de adquirir algum imóvel, fato que não se comprova atualmente entre as

populações mais jovens, que por vezes moram em imóveis alugados, ou em algum momento retorna a casa dos pais, ou também terão como imóvel própria à residência da família por meio de herança.

Em relação à quantidade de filhos, a maior faixa se concentra em 3 filhos, representados por 58 idosos (26,5%) e 2 filhos, representados por 57 idosos (26%). Há 29 idosos com 4 filhos (13,2%), seguidos de 22 idosos com 1 filho (10%), 20 idosos com 5 ou mais filhos (9,1%), e 12 idosos com 5 filhos (5,5%). Neste grupo, há 21 pessoas que não tem filhos, o que representa 9,6% dos idosos. Tais informações estão dispostas na tabela e gráfico abaixo.

TABELA 9: Quantidade de filhos

Quantidade de filhos	Quantidade	Porcentagem
Nenhum	21	9,6%
1 filho	22	10%
2 filhos	57	26%
3 filhos	58	26,5%
4 filhos	29	13,2%
5 filhos	12	5,5%
Mais de 5 filhos	20	9,1%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

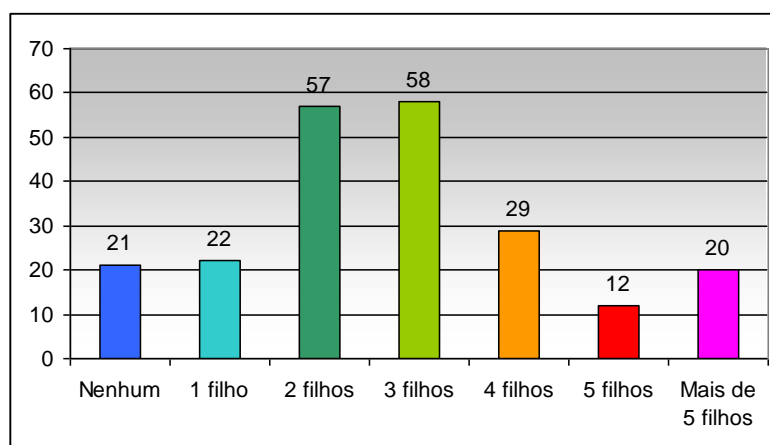


GRÁFICO 18: Quantidade de filhos

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

Percebe-se nos dados apresentados uma diminuição relativa no número de filhos destas pessoas, considerando-se que este fato entra em consonância com a diminuição da taxa de natalidade que vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos,

como aponta o IBGE. Nas famílias de idosos, há a predominância de um média de menos de 3 filhos. Além deste ponto, percebe-se que uma quantidade significativa de pessoas não tem nenhum filho, o que é considerado pela ONU e IBGE uma preocupação, pois a taxa mínima de nascimentos para manutenção populacional vem constantemente diminuindo, focalizando outra preocupação política e social.

Quanto a idade das pessoas que freqüentam a UATI, percebe-se que a maior parte se concentra entre 61 e 65 anos, com 82 representantes, o que significa 37,5% dos entrevistados. Há 44 pessoas com idades entre 55 e 60 anos, ou seja, 20%. Da faixa etária dos 66 aos 70 anos, há 40 idosos (18,2%). Entre 71 e 75 anos, há 27 pessoas (12,3%). Ainda há 12 idosos com idades entre 76 e 80 anos (5,5%). Outras 10 pessoas têm menos de 54 anos (4,5%) e 4 pessoas têm mais de 81 anos (1,8%).

TABELA 10: Idade

Idade	Quantidade	Porcentagem
Menos de 50 anos	10	4,5%
De 51 a 60 anos	44	20%
De 61 a 65 anos	82	37,5%
De 66 a 70 anos	40	18,2%
De 71 a 75 anos	27	12,3%
De 76 a 80 anos	12	5,5%
Mais de 81 anos	4	1,8%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

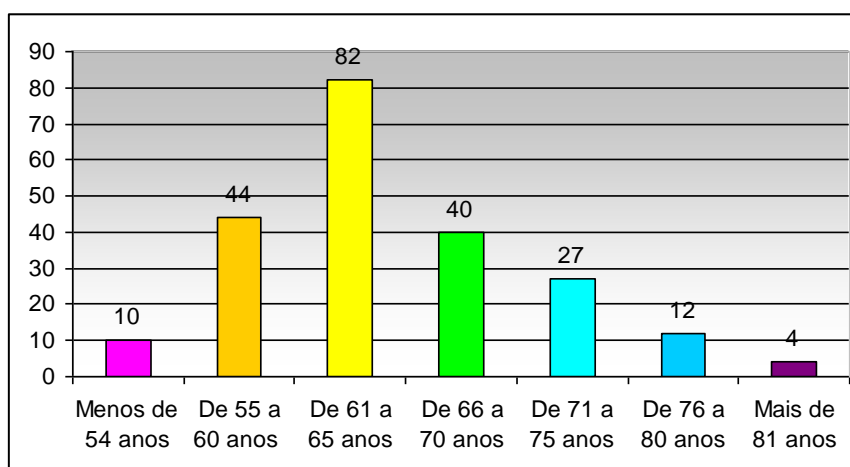


GRÁFICO 19: Idade

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

A maioria dos alunos tem mais de 60 anos, o que comprova que os idosos buscam uma atividade não apenas como mera ocupação, mas procuram espaços educacionais para atualização, entrar em contato com novas pessoas, conhecer outros ambientes. “O homem só é um indivíduo total quando inter-relacionado com os outros, pois as necessidades de atenção e afeto, de compreensão e aceitação, e o próprio aprendizado, somente se tornam possíveis pela interação com os semelhantes” (SALGADO, 2007, p. 72).

As pessoas com menos de 50 anos (4,5%) são casos especiais com indicação médica o que não descaracteriza o curso.

Em relação à escolaridade das pessoas que freqüentam a UATI, percebe-se que 89 pessoas cursaram até a 4ª série, ou seja, as séries iniciais do ensino fundamental (40,6%). Em seguida, 50 pessoas têm o ensino médio completo, representando 22,8%.

Há 27 pessoas com ensino superior completo (12,3%). Outros 20 alunos da UATI têm o ensino médio incompleto (9,1%). Há 19 pessoas que cursaram o ensino fundamental completo (8,6%). Outras 11 pessoas estudaram até a 7ª série, representando 5%, e há ainda 3 alunos que tem o ensino superior incompleto (1,3%).

Os dados referentes à escolaridade se encontram a seguir.

TABELA 11: Escolaridade

Escolaridade	Quantidade	Porcentagem
Até 4ª série	89	40,6%
De 5ª a 7ª série	11	5%
Ensino Fundamental Completo	19	8,6%
Ensino Médio Incompleto	20	9,1%
Ensino Médio Completo	50	22,8%
Ensino Superior Incompleto	3	1,3%
Ensino Superior Completo	27	12,3%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

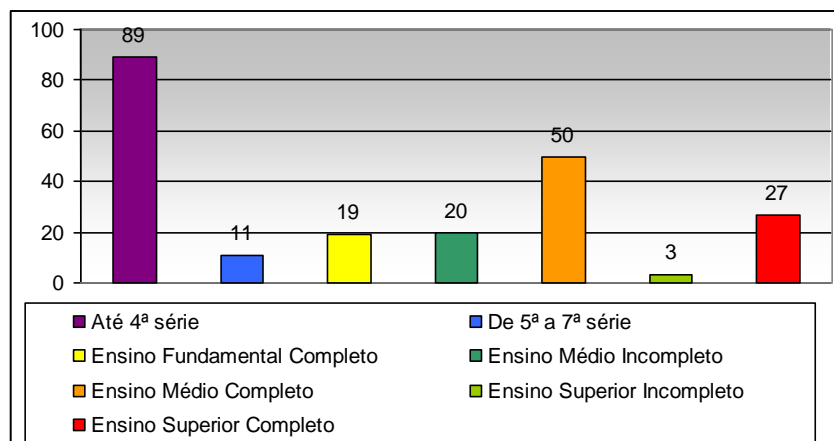


GRÁFICO 20: Escolaridade

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

Estes dados confirmam a heterogeneidade presente entre os alunos da UATI, o que alerta para as necessidades educacionais do público idoso, as quais exigem uma atenção especializada, além de metodologia, materiais e professores apropriados. Assim, “aplicar aos idosos o conceito de grupo culturalmente minoritário homogêneo escurece a compreensão de sua situação da sociedade contemporânea em vez de clareá-la” (MORAGAS, 1991, p. 120).

Quanto à aposentadoria, há 132 pessoas que são aposentadas (60,3%) e as outras 87 que não são (39,7%). Dentre as pessoas que não são aposentadas, 18 ainda trabalham como autônomos e 69 recebem pensão (proveniente do marido ou do pai).

Em relação à quantidade de tempo em que os aposentados adquiriram o benefício, observa-se que há pessoas aposentadas há um ano, como também aposentados a mais de 30 anos. Estes dados estão dispostos a seguir¹³.

¹³ Os presentes dados não estão dispostos em gráfico devido a grande quantidade de informações.

TABELA 12: Tempo de aposentadoria

Tempo	Quantidade	Tempo	Quantidade
1 ano	11	13 anos	5
2 anos	8	14 anos	4
3 anos	5	15 anos	9
4 anos	7	16 anos	6
5 anos	10	17 anos	3
6 anos	8	19 anos	1
7 anos	8	20 anos	6
8 anos	5	22 anos	1
9 anos	4	24 anos	1
10 anos	15	26 anos	2
11 anos	6	Mais de 30 anos	2
12 anos	5		

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

A aposentadoria representa um dos grandes desafios da terceira idade no Brasil, pois estar aposentado para o trabalho não significa que os idosos estão aposentados para a vida (OLIVEIRA, 1999). Assim, parar de trabalhar não pode ser relacionado com a incapacidade de realizar outras atividades ou até mesmo desenvolver outro tipo de trabalho, remunerado ou voluntário. A aposentadoria também traz e discussão de outras questões. Segundo Veras, Ramos e Kalache (1987, p. 231),

[...] no Brasil, para a grande maioria dos idosos, aposentadoria significa uma condição socioeconômica inadequada. A situação mais comum é a do velho que não pode concretizar seus potenciais por absoluta falta de recursos econômicos.

Também, pode-se citar aqui a questão da aposentadoria compulsória¹⁴, que determina aos funcionários públicos à obrigatoriedade de encerrar suas atividades aos 70 anos, independente do desejo de continuar trabalhando. Esta é uma imposição, que se apresenta em contradição com várias ações políticas, pois por um lado fala-se em manter e propiciar a atividade para o idoso, além de dar suporte

¹⁴ Para mais informações acerca da aposentadoria, consultar a legislação vigente, no Ministério da Previdência Social, em < <http://www.previdenciasocial.gov.br> >.

para capacitação e manutenção de atividades laborais e por outro lado, há uma medida que afirma a visão de incapacidade.

Em relação à renda mensal dos alunos que freqüentam a UATI, 90 pessoas tem uma renda de 1 a 3 salários mínimos¹⁵ (SM), ou seja, 41,1% do alunos. Há 64 pessoas que tem uma renda mensal de 1 SM (29,2%). Outros 32 alunos tem renda de 3 a 5 SM por mês (14,6%). Há ainda, 27 pessoas que tem uma renda superior a 5 SM por mês (12,3%), enquanto há 6 pessoas que tem uma renda mensal inferior a 1 SM (2,7%). Os dados seguem abaixo.

TABELA 13: Renda Mensal

Renda mensal	Quantidade	Porcentagem
Menos de 1 SM	6	2,7%
1 SM	64	29,2%
1 a 3 SM	90	41,1%
3 a 5 SM	32	14,6%
Mais de 5 SM	27	12,3%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

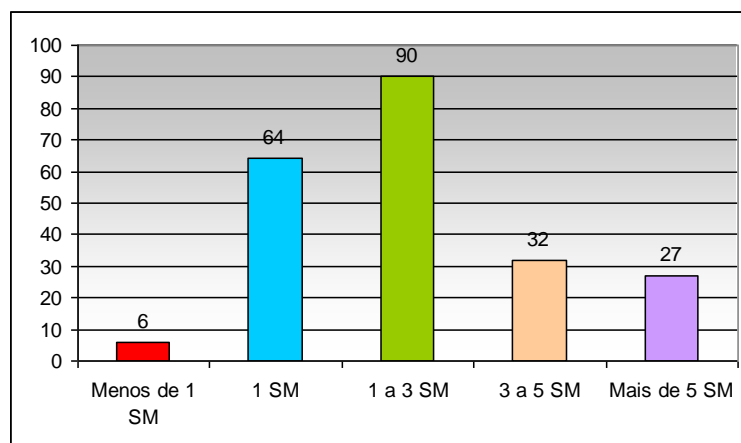


GRÁFICO 21: Renda Mensal

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

¹⁵ Valor do salário mínimo durante a aplicação dos questionários: R\$ 415,00 (Lei nº 11.709/08).

A partir dos dados anteriormente apresentados percebe-se que a maioria dos idosos se encontra numa faixa de classe média baixa, desmistificando o fato que apenas idosos de classe alta buscam alternativas educacionais e espaços como a universidade aberta (OLIVEIRA, 1999).

Quando questionados sobre o estado de saúde¹⁶ em que se encontram, os alunos da UATI em sua maioria apontam que possuem um bom estado, 98 alunos – 44,7%. Há 62 pessoas que se consideram num estado de saúde muito bom (28,3%). Outros 58 alunos apontam que possuem um estado de saúde regular (26,5%) e apenas 1 aluno considera ter um estado de saúde ruim (0,45%). Estes dados estão dispostos a seguir.

TABELA 14: Estado de saúde

Estado de saúde	Quantidade	Porcentagem
Muito bom	62	28,3%
Bom	98	44,7%
Regular	58	26,5%
Ruim	1	0,45%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

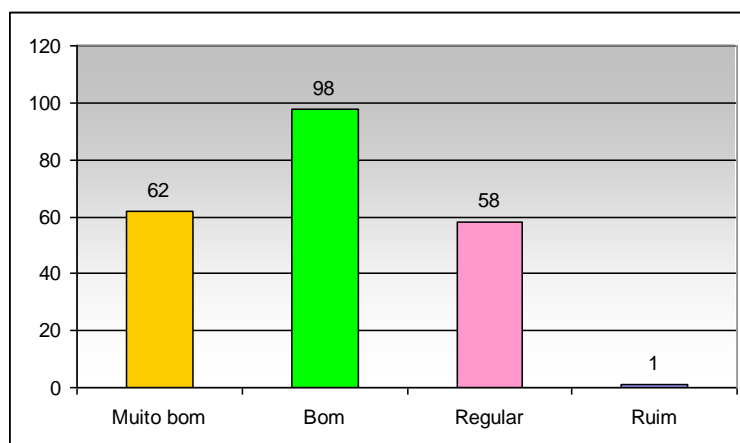


GRÁFICO 22: Estado de saúde

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

¹⁶ Segundo a OMS, “Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”.

Os planos de ação de Madri e Viena trazem estratégias que “pressupõe que a última etapa da vida deve ser desfrutada em condições de estabilidade econômica e pessoal, através de uma ativa participação na vida familiar e social e com uma boa avaliação da própria saúde”. Essas estratégias trazem uma nova visão, a qual “contrapõe-se ao estereótipo de que a idade avançada é apenas uma fase da vida marcada pela senescência e preparação para a morte” (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 283).

Percebe-se então, que o apoio social, juntamente com as oportunidades para a educação permanente, além da proteção frente à violência e ao abuso, são fatores fundamentais do contexto social que melhoram a saúde e a participação à medida que as pessoas envelhecem (SMETHURST, 2004).

Em relação ao contexto social, os alunos foram questionados sobre como consideram que a sociedade trata os idosos. A maioria aponta que os idosos são tratados com indiferença, 91 alunos – 41,6%. Já para 74 alunos, a sociedade trata bem os idosos, representando 33,8% dos entrevistados. A sociedade marginaliza o idoso, segundo 22 pessoas (10%). Para 19 alunos, os idosos são tratados muito bem pela sociedade (8,6%). Já, 13 pessoas, apontam que os idosos são mal tratados pela sociedade (5,9%). Por meio destes dados é possível observar que a indiferença também é uma forma de marginalização, mostrando o quanto o próprio idoso visualiza a situação de vulnerabilidade em que se encontra. Demo (2007, p. 6), neste sentido afirma que

ser diferente não é ser desigual necessariamente, mas, no campo dialético de força da sociedade, diferenças facilmente evoluem para inferioridade ou superioridade. A exclusão que nesta dinâmica ocorre não é estanque, mas gradativa e relativa, tratando-se, pois, de marginalização.

Os dados referentes ao tratamento do idoso na sociedade podem ser visualizados na tabela e gráfico a seguir.

TABELA 15: Tratamento do idoso pela sociedade

Tratamento	Quantidade	Porcentagem
Muito bem	19	8,6%
Bem	74	33,8%
Com indiferença	91	41,6%
Marginalização	22	10%
Mal	13	5,9%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

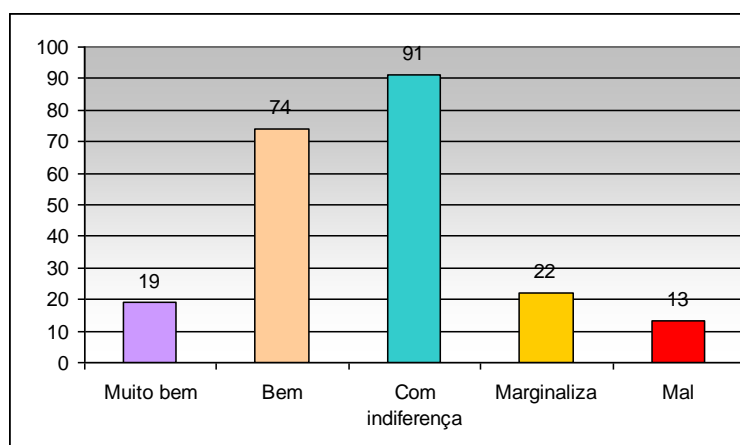


GRÁFICO 23: Tratamento do idoso pela sociedade

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

O próprio idoso percebe que a sociedade está impregnada de valores de indiferença, marginalização, preconceito e estereótipos em relação à velhice. Como afirma Oliveira (2002, p. 44), “a sociedade coloca o velho numa situação típica de marginalização social, na proporção em que ergue contra ele inúmeras barreiras sociais e desenvolve atitudes de preconceitos e discriminação social”.

Ainda em relação a como os idosos são tratados, os alunos foram questionados sobre como percebem a situação de vida em que encontram as pessoas idosas no Brasil. Para a maioria, expressa por 117 pessoas, a situação é regular (53,4%). Outros 44 idosos consideram que a situação é ruim, ou seja, 20%. Para 35 alunos, a situação é boa (16%). Há 17 pessoas que vêem a situação como muito ruim (7,7%). Para 6 alunos a situação é excelente (2,7%). Os dados estão apontados abaixo.

TABELA 16: Situação do idoso no Brasil

Situação	Quantidade	Porcentagem
Excelente	6	2,7%
Boa	35	16%
Regular	117	53,4%
Ruim	44	20%
Muito Ruim	17	7,7%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

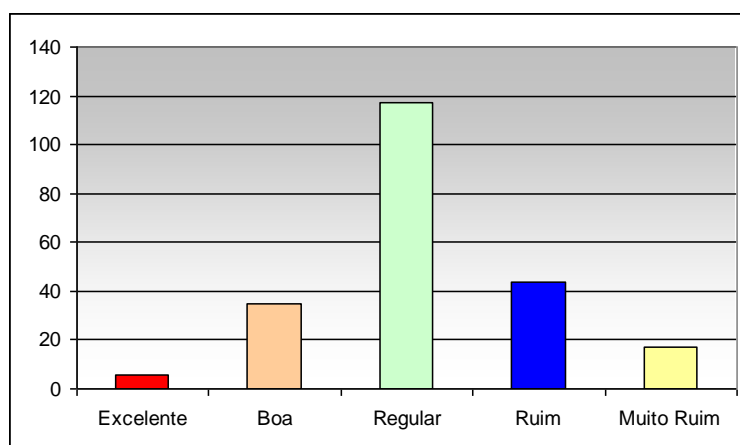


GRÁFICO 24: Situação do idoso no Brasil

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

O julgamento de valor da situação depende muito das relações vivenciadas por cada idoso, além dos condicionantes econômicos, políticos, históricos, culturais e sociais. Assim, não se pode dizer que determinado posicionamento está certo ou errado, pois é dotado de representações, além disso, a situação do idoso no Brasil é bastante diversificada em cada região (VERAS; RAMOS; KALACHE, 1987).

Os idosos foram questionados sobre a relevância em que cada aspecto pode influenciar a própria qualidade de vida. Os aspectos foram elencados por prioridade, sendo o primeiro, manter-se ativo para 152 alunos (69,4%), em segundo lugar é ter saúde, apontado por 158 pessoas (70,3%), a terceira prioridade é dispor de bons serviços sociais, salientado por 121 alunos (55,2%), no quarto lugar defini-se manter boas relações familiares por 125 pessoas (57,1%), em quinta prioridade encontra-se as boas oportunidades para aprender por 122 pessoas (55,7%), em sexto lugar, aponta-se ter um bom salário por 155 alunos (70,8%) e em sétima

posição, coloca-se o sentir-se satisfeito com a vida por 121 alunos (55,2%). Os dados estão dispostos na tabela a seguir¹⁷.

TABELA 17: Aspectos que podem afetar a qualidade de vida

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º
Manter-se ativo	152	16	12	9	16	9	5
Ter boa saúde	40	158	10	9	6	6	1
Dispor de bons serviços sociais	2	15	121	14	19	20	28
Manter boas relações familiares	9	24	20	125	13	15	13
Ter boas oportunidades de aprender	6	9	13	26	122	23	20
Ter um bom salário	4	7	20	18	24	115	31
Sentir-se satisfeito com a vida	2	9	20	18	19	30	121

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

Com o envelhecimento, a qualidade de vida dos sujeitos é determinada muitas vezes pela capacidade de ser independente e autônomo (CAMARANO, 1999; SMETHURST, 2004).

Há vários fatores que interferem nas condições de vida do idoso. Segundo Salgado, “a continuidade do processo de educação favorece a melhor qualidade de vida, ampliando o nível cultural dos indivíduos e grupos e, conseqüentemente, facilita a inserção participativa na sociedade” (2007, p. 75).

Em relação à qualidade de vida, a família também desempenha grande importância na vida dos idosos. Sobre este condicionante, os alunos foram questionados sobre como é o relacionamento familiar. Para 134 pessoas, o relacionamento familiar é muito bom (61,2%). Outros 81 alunos consideram seu relacionamento familiar como bom (37%) e há 4 integrantes que apontam um relacionamento familiar ruim (1,8%). Estes dados estão dispostos abaixo.

TABELA 18: Relacionamento com a família

Tratamento	Quantidade	Porcentagem
Muito bom	134	61,2%
Bom	81	37%
Ruim	4	1,8%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

¹⁷ Os presentes dados não estão dispostos em gráfico devido a grande quantidade de informações.

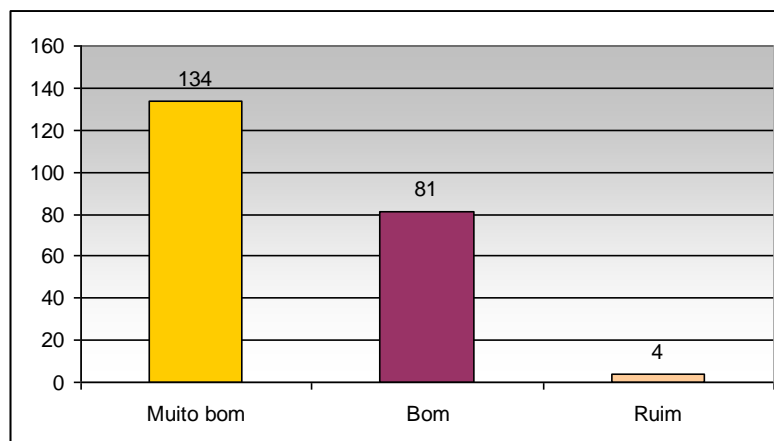


GRÁFICO 25: Relacionamento com a família

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

A família desempenha um papel fundamental na vida dos idosos, pois nela as relações entre os membros se intensificam e se estruturam. “As relações intergeracionais são definidas em termos de grupos etários, para o caso do contrato formal da política social, e entre os membros da família, no caso do contrato social informal” (GOLDANI, 2004, 214).

Como afirmam Camarano, Kanso, Leitão e Mello (2004, p. 52),

a família é uma das instituições mais importantes e eficientes no tocante ao bem-estar dos indivíduos e à distribuição de recursos. Ela intermedeia parte da relação entre mercado e os indivíduos, já que distribui rendimentos entre os membros, assim como faz a intermediação entre o Estado e o indivíduo, redistribuindo, direta ou indiretamente, os benefícios recebidos.

E entre as relações familiares, também entra em questão o relacionamento com os filhos, pois estes para muitos idosos são o único elo familiar. Sobre este aspecto, os idosos foram questionados se seus filhos lhes dão a devida atenção. Há 21 pessoas que não tem filhos (9,6%). Para os demais que tem filhos, 189 apontam que os filhos lhes dão atenção necessária (86,3%) e os demais 9 alunos relatam que não recebem atenção necessária (4,1%).

TABELA 19: Atenção dos filhos

Atenção dos filhos	Quantidade	Porcentagem
Sim	189	86,3%
Não tem filho	21	9,6%
Não	9	4,1%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

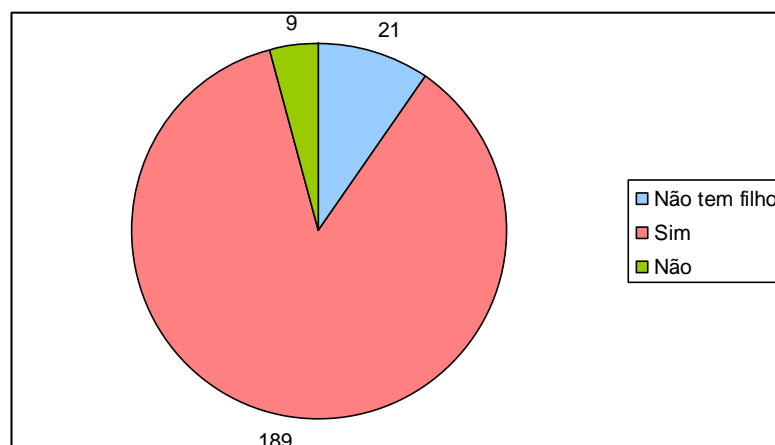


GRÁFICO 26: Atenção dos filhos

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

A relação entre idosos e filhos, ultrapassa a relação familiar de pais e filhos, percebe-se que hoje no ambiente familiar muitas outras questões estão surgindo, como a co-residência, o amparo socioeconômico, além do auxílio mútuo. “A co-residência entre idosos e filhos tem sido uma prática generalizada nos seus arranjos domiciliares. Algumas vezes, os beneficiados são os idosos e, em outras, os filhos e netos e, muitas vezes, ambos” (CAMARANO *et al*, 2004, p. 163).

Porém, também há questões de preconceito e abandono que estão subjacentes no próprio espaço familiar. Segundo a fala de uma aluna, percebe-se esta situação, “Eu me sinto muito abandonada por meus filhos. Acho muita falta deles”.

Por outro lado, há a realidade dos idosos que tem atenção dos filhos, como afirma outra aluna, “meus filhos sempre foram muito atenciosos comigo, nunca deixam eu ficar aborrecida, pois sempre estão a minha volta”. Outro aluno completa, que os filhos dão atenção, “mantendo-se sempre informados das minhas atividades fora do lar e da minha saúde e bem estar”.

Em meio a estas relações familiares, os alunos foram questionados se a família apóia a participação no curso da UATI. A grande maioria aponta que tem apoio familiar, representado por 214 alunos, ou seja, 97,7%. Os outros 5 alunos apontam que não tem apoio para participarem das atividades da UATI (2,3%).

TABELA 20: Apoio familiar para participar da UATI

Apoio	Quantidade	Porcentagem
Sim	214	97,7%
Não	5	2,3%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

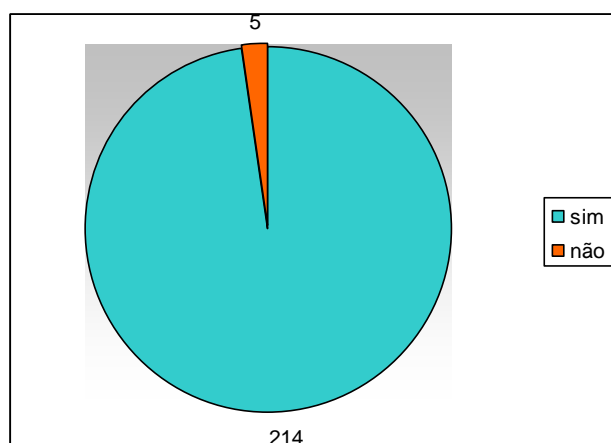


GRÁFICO 27: Apoio familiar para participar da UATI

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

Percebe-se que a família desempenha importante papel ao incentivar os idosos a participarem das atividades da UATI. Segundo um aluno, relatando o apoio dado pela família, “Eles acham importante que ocupe meu tempo para adquirir conhecimentos e aumentar os relacionamentos”. Já, para um aluno, que não tem apoio familiar, aponta que há “falta de conhecimento da importância e o benefício que a UATI nos traz”.

Em relação à UATI, os alunos foram questionados sobre como souberam do curso. Há 189 alunos que tiveram a oportunidade de saber sobre o curso por meio de amigos (86,3%). Outros 23 idosos, souberam do curso devido à familiares (10,5%). Há ainda 4 pessoas que souberam da UATI por meio da televisão (1,8%) e 3 pessoas por meio de jornais (1,3%). Os dados estão dispostos na seqüência.

TABELA 21: Como soube da UATI

Tratamento	Quantidade	Porcentagem
Amigos	189	86,3%
Familiares	23	10,5%
Televisão	4	1,8%
Jornais	3	1,3%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

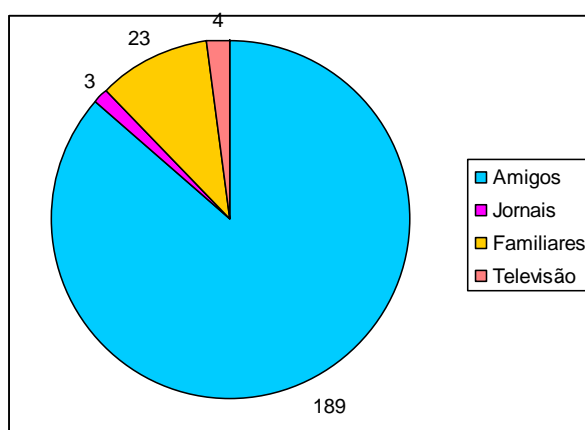


GRÁFICO 28: Como soube da UATI

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

A partir destes dados aponta-se a importância das relações na velhice, pois a grande maioria tomou conhecimento da UATI, por meio de amigos, ressaltando que a pessoa idosa não perde a capacidade de relacionar-se. Pois, “a falta de relação não é boa para ninguém, já que perde a importância própria na vida social e se tende a elaborar uma personalidade ‘solitária’ afastada da realidade (MORAGAS, p. 19, 2004)”.

Em referência aos motivos que trouxeram os idosos para a UATI, percebe-se que se destacam o buscar conhecimento, para 45 alunos, representando 20,5%, seguidos de fazer amigos e fazer-se útil, ambos elegidos por 39 pessoas, 17,8% em cada. Para 35 idosos, apontam à participação em atividades práticas (16%). Outros 33 alunos apontam a ocupação do tempo livre (15,1%). Há 26 pessoas que destacam como motivo, evitar solidão (11,9%). Outros 2 idosos, apontam como motivo, imposição da família (0,9%).

Estes motivos justificam-se pelo fato que as universidades abertas, conforme aponta Jordão Netto (2001), significam aos idosos uma possibilidade única para o reencontro ou redescoberta de seu potencial, além de se sentirem novamente humanos, com suas potencialidades, regatando a auto-estima, a valorização enquanto cidadãos, mostrando a sua capacidade de pensar, agir e reclamar pelos seus direitos e conquistar seus projetos e objetivos.

TABELA 22: Motivos para freqüentar a UATI

Motivos	Quantidade	Porcentagem
Buscar conhecimento	45	20,5%
Sentir-se útil	39	17,8%
Fazer amigos	39	17,8%
Participar de atividades práticas	35	16%
Ocupar o tempo livre	33	15,1%
Evitar solidão	26	11,9%
Imposição da família	2	0,9%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

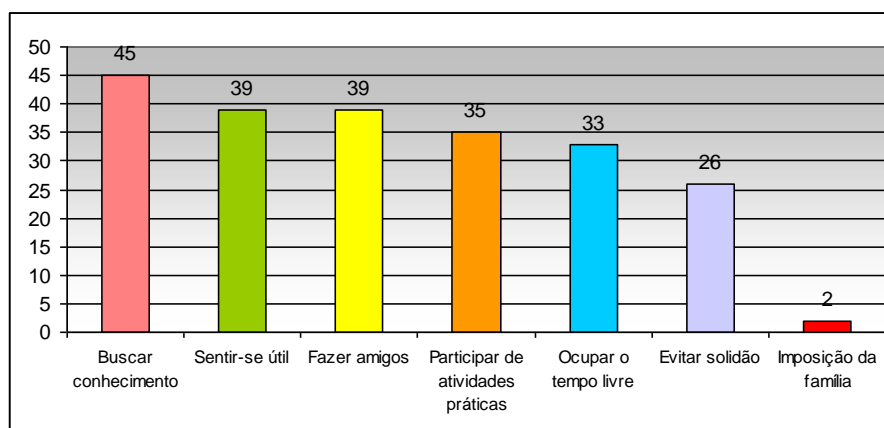


GRÁFICO 29: Motivos para freqüentar a UATI

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

As universidades abertas possibilitam ao idoso um novo espaço de inserção social, num contexto educativo, que visa promoção e aumento de auto-estima, para que estes desfrutem de uma melhor qualidade de vida, e tenham uma atividade prazerosa. Assim, as atividades desenvolvidas pelas pessoas idosas possibilitam que estas fiquem independentes o maior tempo possível (WHO, 2005).

Além dos motivos que trazem muitos idosos para a UATI, buscou-se saber o que mais agrada os alunos no curso. Observou-se a partir das respostas, que a oportunidade de aprender agrada a 41 alunos, ou seja, 18,7%. Seguidos da companhia de outros da mesma faixa etária, para 33 pessoas (15,1%). Professores e amigos agradam a 29 alunos cada um (13,2%). Há 25 pessoas que apontaram a participação em eventos sociais e festas (11,4%). Outros 23 indicaram as disciplinas teóricas (10,5%). Para 20 alunos, os eventos culturais agradam mais (9,1%). E, 19 idosos apontam as disciplinas optativas que mais agradam (8,6%).

“As atividades exercidas pelo idoso permitem um reconhecimento social. Esse reconhecimento produz uma imagem positiva que, por sua vez, afeta o grau de satisfação do idoso com relação à vida” (OLIVEIRA, 2002, p. 42). Assim, o idoso precisa ter prazer naquilo que está fazendo, sentindo-se útil e capaz. Além disso, a própria identificação dos idosos com determinadas atividades, permite que a UATI esteja em constante auto-avaliação, o que possibilita mudanças e melhorias para atender o seu público.

TABELA 23: O que mais agrada na UATI

Motivos	Quantidade	Porcentagem
A oportunidade de aprender	41	18,7%
Companhia de outros da mesma faixa etária	33	15,1%
Professores	29	13,2%
Amigos	29	13,2%
Participar de eventos sociais, festas	25	11,4%
Disciplinas teóricas	23	10,5%
Eventos culturais	20	9,1%
Disciplinas optativas, atividades práticas	19	8,6%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

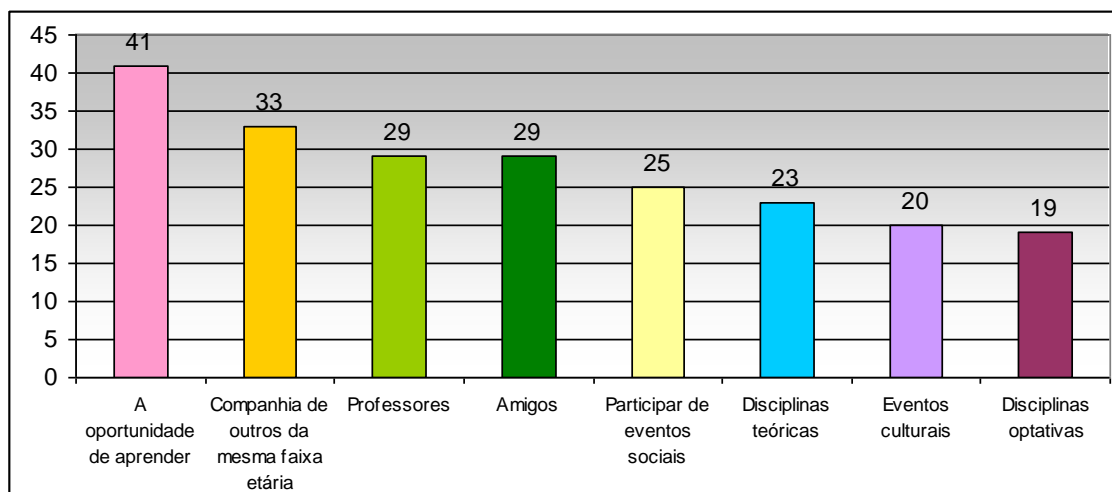


GRÁFICO 30: O que mais agrada na UATI

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

Em relação aos objetivos da UATI, os idosos foram questionados acerca de qual julgam o mais importante. Em primeiro lugar aparece a melhoria de qualidade de vida, para 66 alunos (30,1%). Seguido de valorização da pessoa idosa, por 55 pessoas (25,1%). Na seqüência, é colocada a aquisição de conhecimentos, apontada por 54 alunos (24,6%). Para 23 idosos, o convívio social é o mais importante (10,5%). E, 21 pessoas apontam a integração de gerações (9,6%).

Os objetivos da UATI estão intimamente relacionados a um objetivo maior educacional. Assim, percebe-se que a educação possui um papel fundamental nas transformações sociais e deve conceber o impulsionar de novos saberes. A partir das necessidades sociais, as Universidades Abertas para a Terceira Idade, pensam que a educação deve ser entendida como processo de desenvolvimento permanente e inerente do ser humano (CEOLIN, 2000). Os dados estão dispostos a seguir.

TABELA 24: Objetivos da UATI

Motivos	Quantidade	Porcentagem
Aquisição de conhecimentos	54	24,6%
Valorização da pessoa idosa	55	25,1%
Convívio social	23	10,5%
Integração de gerações	21	9,6%
Melhoria na qualidade de vida	66	30,1%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

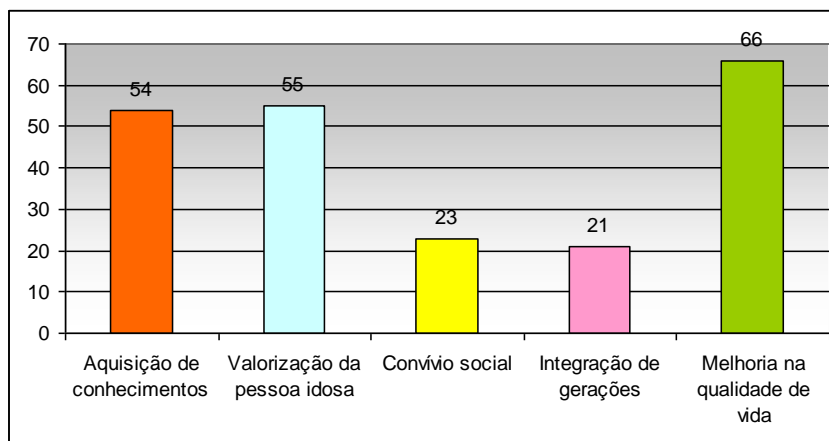


GRÁFICO 31: Objetivos da UATI

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

As ações da Universidade Aberta da Terceira Idade pressupõem a integração e a participação do idoso, não apenas no contexto individual, mas também na coletividade. Assim, há a possibilidade dos idosos ingressarem no grêmio, no qual podem participar ativamente, propor atividades coletivas, eventos sociais e maior integração entre os alunos.

Dos alunos que participaram da pesquisa, 181 participam do grêmio, ou seja, 82,6%. Os outros 38 não participam (17,4%). Segundo relato dos alunos que participam do grêmio percebe-se através das falas destes a importância que atribuem a esta atividade extra-educacional, mas que possibilita a integração.

Para um aluno, “é uma forma de estar em contato mais direto com as pessoas da 3ª idade”, já outro relata que o grêmio é importante “para nos encontrarmos toda semana e trocar idéias”. Para um terceiro aluno, descreve que “é muito importante para mim, faz com que eu não me sinta inútil”. Uma aluna aponta que o grêmio é fundamental “para me manter atualizada, ter um convívio social e me encontrar com pessoas”.

Torna-se fundamental que a pessoa idosa mantenha seus laços sociais, mas que também participe de novas atividades, ampliando seu círculo de relações, busque novos desafios em relação à aprendizagem, realize algum trabalho voluntário, organize-se em algum grupo. Somente assim experimentará uma velhice saudável, com muita afetividade e uma auto-estima que lhe proporcione desejo de continuar vivendo, aprendendo e fazendo planos (STAMATO, 2007).

Desta maneira, toda ação social exige um relacionamento de respeito entre os envolvidos. Em relação ao relacionamento entre os alunos na UATI, há 113 alunos que consideram como bom (51,6%), seguidos de 93 que julgam o relacionamento como muito bom (42,5%). Outros 12 idosos consideram regular (5,5%) e apenas 1 aluno julga como ruim (0,45%). Os dados estão dispostos na seqüência.

TABELA 25: Relacionamento na UATI

Relacionamento	Quantidade	Porcentagem
Muito bom	93	42,5%
Bom	113	51,6%
Regular	12	5,5%
Ruim	1	0,45%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

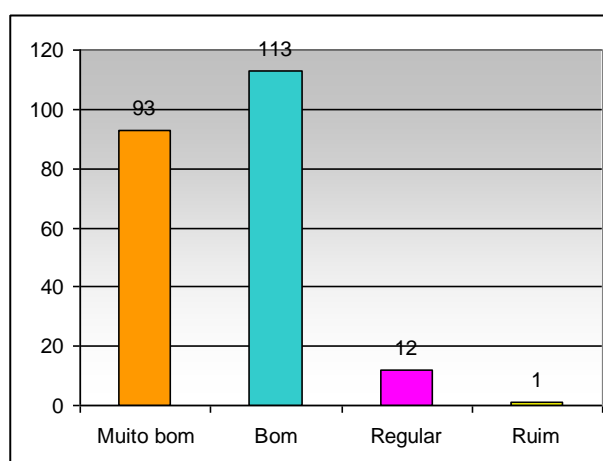


GRÁFICO 32: Relacionamento na UATI

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

De um modo geral, as pessoas que freqüentam a UATI, tem um relacionamento tranqüilo, como também se percebe nas falas dos idosos a importância pelo outro, o respeito à diferença de pensamentos e ações de terceiros.

Há também alunos que salientam que a riqueza do relacionamento com pessoas da mesma faixa etária permite que amizades se consolidem, até mesmo fora do espaço universitário, como também a partir do convívio com as diferenças, novos valores começam a ser agregados à própria conduta, pois como afirma uma aluna, “buscamos os mesmos objetivos aqui na UATI” e outro aluno complementa “é

uma união bonita, amiga, sincera, é relacionamento puro, correto, de irmão mesmo”. Porém, outro aluno alerta que “como em todos os setores, há aqueles que não se preocupam em integrar-se na turma”.

Em relação à valorização após ingresso na UATI, a grande maioria confirma que se sente mais valorizada depois de estar integrada às atividades da UATI, representada por 203 alunos, ou seja, 92,7%. Os demais 16 alunos (7,3%), demonstram que não tiveram grandes mudanças em suas vidas e não sentiram maior valorização ao se integrarem a UATI.

Sobre esta questão, percebe-se por meio das falas dos alunos que a valorização exerce grande influência para auto-afirmação, maior auto-estima e um relacionamento interpessoal mais tranquilo. Um aluno se sente mais valorizado “pelo respeito entre os participantes, amizades e um aprendizado que cada um tem a acrescentar ao outro”. Outro aluno descreve que “pelo respeito entre os participantes, amizades e um aprendizado que cada um tem a acrescentar ao outro”.

Em outros depoimentos, alguns alunos confirmam a valorização que sentem e os motivos desta motivação. Segundo um idoso, “as pessoas nos percebem melhor por nós mesmos, pela maneira de ser, pela nossa força de vontade em fazer amigos”. Outro se sente valorizado “porque senti que não estava só e como eu, as outras pessoas também têm problemas, talvez piores que o meu”. Completando, afirma que “as atividades diversificadas trazem estímulo para a frequência e também proporcionam conhecimentos, que ampliam o nosso desempenho na sociedade”.

Ao se pensar nas questões referenciais aos relacionamentos interpessoais que são vivenciados pelos alunos da UATI, a partir das respostas, a grande maioria afirma que não sente dificuldades de relacionamento com os demais alunos da UATI – 208 alunos, 95%. Os demais 11 alunos, afirmam que de alguma maneira sentem dificuldades de relacionamento com os demais (5%).

Segundo Queiroz e Neri (2005, p. 297), “a utilização de recursos internos e de estratégias de enfrentamento diante das dificuldades impulsiona a manutenção e a reestruturação do bem-estar psicológico”. Assim, frente às dificuldades de relacionamento torna-se necessário primeiramente conhecer-se, e em seguida reconhecer os sentimentos do outro, para que se possam entender os próprios sentimentos e aceitar o posicionamento dos demais, tentando superar as dificuldades.

TABELA 26: Dificuldades de relacionamento na UATI

Dificuldades de relacionamento	Quantidade	Porcentagem
Sim	11	5%
Não	208	95%

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

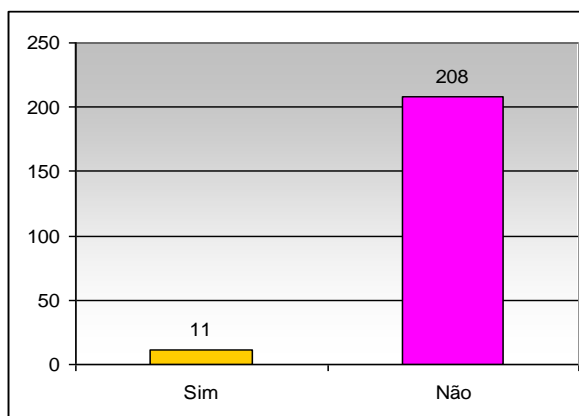


GRÁFICO 33: Dificuldades de relacionamento na UATI

Fonte: dados elaborados a partir dos questionários.

Em relação às mudanças que ocorreram na vida dos idosos após ingresso na UATI, percebe-se que 209 pessoas afirmam que em alguma questão houve mudança, representando 95,4% dos alunos. Para os demais 10 alunos, afirmam que suas vidas não se alteraram após o ingresso na UATI (4,6%).

Nesta mesma questão, para os alunos que afirmaram que há mudanças, foram questionados de que maneira ocorrem estas. A partir dos relatos destes alunos, é possível identificar alguns elementos de destaque. Vários idosos apontam a educação e aquisição de novos conhecimentos como responsável pela mudança. Como afirma um idoso, “aprendi muito com os professores, que os idosos merecem respeito e são capazes de aprender muito e viver feliz”.

Outro ponto que também auxiliou para mudanças se refere aos relacionamentos entre os alunos, que geraram muitas amizades e respeito mútuo, formando grupos que interagem também fora do espaço da UATI. Uma aluna afirma que “me sentia triste solitária, me faltava alguma coisa, era estar no meio de pessoas alegres”.

A rotina destas pessoas também mudou, por meio das atividades que realizam, pois assumem outros compromissos, possuem horários fixos. Estas questões confirmam a necessidade do idoso de sair da rotina e buscar novas

alternativas, além de constituir-se num novo sujeito, mais ativo, interligado com o mundo e suas relações. Uma aluna afirma que sua vida mudou “porque modificou a rotina de vida com as atividades que pratico e também por conhecer novas pessoas com as quais troco experiências”. Outras falas complementam esta idéia, pois há “novas obrigações, horários a serem cumpridos e novos relacionamentos”. Finalizando, uma idosa afirma que “estou mais entusiasmada até tendo novos planos. Me sinto uma pessoa mais alegre, mais ativa”.

Em relação se a UATI cumpriu as expectativas, os alunos apresentam diferentes respostas, mas apontam principalmente que se atinge o objetivo educacional de preparar os idosos de maneira globalizada, como também o curso propicia uma maior inserção social, pautados por meio do conhecimento dos direitos do idoso, melhoria da auto-estima, atualização e conscientização. Assim, a UATI é caracterizada como um espaço de fala e de re-significação dos idosos (CASTRO, 2001). Conforme as respostas dos idosos, podem-se ilustrar estas afirmações. “Ali encontrei amigos, lazer, conhecimento, onde ninguém mais me passa para traz. Sou outra, levanto a cabeça e vou em frente”. Um idoso aponta que “há uma organização excelente, existe troca de conhecimentos, além da conquista de novas amizades e atenção de todos os participantes”. Outra idosa expõe que “na UATI existe credibilidade em expor as idéias, São vários os benefícios e conhecimentos adquiridos, trocando idéias diferentes”.

Sobre a velhice, uma série de respostas foram dadas pelos alunos, demonstrando a dificuldade em compreender a amplitude deste conceito (BATISTA *et al*, 2008). A velhice pode ser entendida como um processo de vida (SANTANA; SENA, 2003), como um processo contínuo e permanente de desgaste natural, cercado de preconceitos e mitos (TEODORO, 2006), ou como invenção social (OLIVEIRA, 2001).

Pelas respostas, os idosos assumem alguns posicionamentos frente ao tema: otimista, negativo, ativista e sem valor definido.

Numa perspectiva otimista, um aluno relata que “A velhice é uma fase da vida que temos que aproveitar, pois não são todas as pessoas que conseguem envelhecer”. Outra idosa diz que a velhice é “como o entardecer de um lindo dia”. Complementando esta perspectiva, uma idosa aponta que “A velhice acontece para pessoas que ficam pensando nela. Eu, por exemplo, sou uma idosa não uma velha. Meu físico pode ficar velho, mas minha cabeça será sempre de uma jovem.

Simplesmente porque sou feliz, alegre, nunca desisto dos meus sonhos e tenho muita fé”. Complementando, uma idosa afirma que “é a fase mais importante do ser humano pois transmite a todos nós lições de vida, saber, dignidade, confiança para que possamos aceitar e saber envelhecer”.

A partir de um posicionamento negativo de velhice, atribuído aos próprios preconceitos e marginalização, alguns idosos assimilam esta perspectiva e apontam as dificuldades enfrentadas neste período. Para um idoso a velhice é “a fase de nossa vida difícil de enfrentar”. Outra idosa afirma que “velhice é uma fase da vida difícil, pois a sociedade não trata bem os idosos e algumas famílias também não, me sinto muito preocupada, pois não sei como será o meu futuro”. Uma idosa relata que “alguns tem a velhice confortável, enquanto outros estão sofrendo horrores de pobreza e maus tratos”. Este é o posicionamento de 23 pessoas, ou seja, 10,5%.

Numa perspectiva voltada à atividade, uma idosa afirma que “a velhice é uma fase que o ser humano precisa se preparar mantendo-se atualizado, ativo e inserido na sociedade”. Outro idoso aponta que “nos dias de hoje não há velhice, as pessoas estão ativas e com vontade de aprender”.

Um idoso aponta que “não penso muito sobre isso”, não atribuindo uma definição nem positiva ou negativa, enfim, sem valor definido.

Esta investigação, de modo geral, traz uma perspectiva otimista e ativa de velhice, entendendo que o idoso, quando inserido em espaços educacionais específicos, que atendam as suas necessidades, permite uma nova concepção sobre a velhice.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual desenho demográfico revela que o processo de envelhecimento da população mundial é uma realidade, muitas vezes incômoda, porém real. Hoje o número de idosos no Brasil já ultrapassa o número de crianças de 0 a 6 anos e nas próximas décadas irá crescer ainda mais, pois esta faixa etária cresce mais que as outras.

Esta realidade revela que além do crescimento em número de idosos, também cresceu a demanda por serviços de saúde, previdência social e garantias dos direitos elementares para esta população. Neste sentido, um maior número de idosos por muitas vezes passa a ser considerado um “problema social”, pois há necessidade de investimentos em diversas áreas para atender este público.

Além dos problemas enfrentados em relação a questões estruturais da sociedade, o idoso também é vítima de inúmeros preconceitos, estigmatização e marginalização tanto no âmbito familiar, quanto social, sentindo-se muitas vezes minorizado e sem perspectivas no contexto em que está inserido. Jordão Netto afirma que “[...] a maioria dos problemas que esmagam os idosos não está nas pessoas, mas nas estruturas sociais injustas e cruéis, que precisam ser urgentemente transformadas” (JORDÃO NETTO, 2001, p. 61).

Neste sentido, percebe-se que a ideologia da classe dominante classifica o idoso das classes mais baixas como um ser improdutivo, que apenas resulta em gastos e não traz nenhum retorno para a sociedade. Já, o idoso das classes mais altas passa a ser visto como um ótimo alvo do mercado, pois pode tornar-se consumidor potencial de produtos, bens e serviços.

Em meio a esta realidade que se apresenta, os idosos das classes mais baixas precisam buscar meios para lutar em prol dos seus direitos elementares, como a saúde, moradia, previdência, educação, cultura, trabalho, lazer. Estes idosos sofrem com preconceitos, além da defasagem da aposentadoria, que acarreta muitas dificuldades econômicas.

Neste contexto, há idosos que ainda mantêm-se como chefes de família, sendo responsáveis pela sobrevivência de filhos, netos e outros parentes com o

benefício da previdência, e outras rendas provenientes de trabalhos formais, informais ou temporários.

Frente a todas as dificuldades enfrentadas pelos idosos, surge a necessidade de uma organização desta população para que estas pessoas tenham ao menos dignidade e que sejam respeitados os seus direitos. Para que isso possa ocorrer, torna-se necessário que os idosos se mobilizem e se organizem para que tenham condições de reclamar por melhores condições.

Estas melhorias somente poderão ocorrer quando os idosos perceberem seu papel social e atuem como verdadeiros atores sociais, organizados em movimentos em prol dos seus interesses e da população idosa, podendo superar muitas situações de vulnerabilidade em que esta faixa etária encontra-se submetida.

Porém para que os idosos possam reclamar por melhores condições é fundamental que tenham conhecimento dos seus direitos. E, para que isto aconteça, a educação surge como elemento essencial para este processo. A ação educacional possibilita que o idoso além de conhecer os seus direitos, também saiba como lutar por eles, não sendo apenas expectador da sociedade, mas atuante nela.

A educação voltada para a terceira idade deve possibilitar a inserção social, o reconhecimento dos novos papéis sociais que os idosos assumem com o passar dos anos, além de permitir uma reflexão sobre como a sociedade estruturada em classes sociais é organizada, e desta forma quais são os meios possíveis para que a população, em especial os idosos, das classes menos abastadas tenha condições de sobrevivência e garantias de melhor qualidade de vida, dignidade e cidadania.

Neste sentido, a ação educativa deve estar estruturada numa perspectiva de educação permanente, considerando que o idoso independente da idade tem condições de aprender, como qualquer outra pessoa. O que impede a aprendizagem é a ineficácia de métodos, de materiais e a falta de condições para que o processo ocorra. Outro fator refere-se a patologias, o que impede tanto crianças, jovens, adultos, quanto idosos de aprender.

A educação permanente deve estar presente em todas as etapas da vida das pessoas, podendo ser formal, informal ou não-informal. Indiferente da maneira, o processo educacional sempre acompanha o ser humano, pois é impossível deixar de aprender. Conforme Oliveira (1998, p.242) “conceber a educação como processo permanente não é apenas um ideal, mas uma evidência prática que se impõe uma necessidade pedagógica, sócio-econômica e antropológica”.

Nesta perspectiva, pensando na conscientização dos idosos e na possibilidade e necessidade de mudanças no quadro atual que esta população vivencia, a educação permanente enquadra-se como uma educação focalizada para o processo de transformação e mudança. Assim, este processo permanente permite que os idosos estejam cada vez mais integrados e tenham possibilidade de lutar em prol de seus direitos de maneira organizada e estruturada.

Assim, quando os idosos atuam como ator social torna-se possível a reivindicação pelo respeito aos direitos e a exigência por políticas públicas que realmente atendam as necessidades elementares. As ações destes atores devem também seguir na direção de tentativas para evitar e combater a discriminação social que esta faixa etária sofre.

Ao se pensar em políticas públicas para o idoso, percebe-se que atualmente existem inúmeras destinadas a este grupo, revelando que não há falta de legislações, mas faltam políticas sérias e que realmente atinjam os seus objetivos e tragam melhorias reais para a população idosa. Percebe-se que estas políticas públicas não são desenvolvidas na grande maioria das vezes pelas ações dos idosos, mas parte de ações políticas mais isoladas, geralmente encabeçadas por pessoas mais jovens, o que revela uma pequena participação dos idosos na constituição das políticas.

Destarte, os idosos precisam de espaços públicos, em verdadeiras arenas públicas para a formulação de políticas que realmente atendam as suas demandas e necessidades, uma vez que a sociedade civil vem assumindo mais responsabilidades em prol da população.

Atualmente, as políticas públicas devem estar estruturadas no sentido de pensar o idoso em sua totalidade, por meio de políticas setoriais que contemplem a saúde, a educação, o lazer e a economia. Estas políticas precisam permitir a acessibilidade, além do acesso ao conhecimento aos direitos.

Ao se pensar em políticas para a terceira idade torna-se essencial refletir sobre a questão da aposentadoria, pois para boa parte dos idosos, o benefício nem sempre é suficiente para todas as despesas, e os novos arranjos familiares, muitas vezes exigem novas fontes de renda para que a população mais velha possa ter condições mínimas de sobrevivência. Também se faz necessário pensar nas expectativas percentuais para o aumento da aposentadoria para aqueles que recebem mais de 1 salário mínimo, pois a defasagem é hoje um grande problema.

Além disso, há necessidade de se pensar em políticas públicas para a educação na terceira idade, refletindo sobre as questões da educação permanente e de uma formação contínua que possibilite a população idosa uma reflexão sobre o contexto em que está inserido, suas necessidades elementares e a organização de meios para uma vida com mais qualidade, dignidade e respeito.

Em meio a esta realidade, percebe-se que as políticas públicas precisam ser condicionadas a uma esfera multidimensional que contemple uma proposta de trabalho, não apenas de planejamento. Assim, tais políticas devem fazer melhorias para a população idosa, principalmente pensando nas classes mais baixas, tanto no campo, quanto na cidade, respeitando as reais necessidades destas pessoas e suas reivindicações.

Com referência ao contexto desta investigação, as necessidades locais dos idosos mostram a emergência de melhorias nas áreas da saúde, moradia, acesso à educação, cultura, lazer, como também respeito pelo idoso enquanto sujeito. Existem alguns espaços que atendem demandas dos idosos, porém destinados à assistência social, ao lazer e a integração, limitando as possibilidades destas pessoas.

No que se refere à educação, a existência da Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI), na Universidade Estadual de Ponta Grossa traduz-se como o único espaço educacional exclusivo para esta faixa etária na cidade. Desta maneira percebe-se que apesar da limitação na oferta de vagas, por várias questões, o curso traz inúmeros benefícios aos seus alunos, permitindo a melhoria da qualidade de vida, incentivos à inserção social e à participação cidadã.

Por meio da UATI, os idosos podem integrar-se a sociedade e percebem que há a possibilidade de novos papéis sociais, e que ao contrário do que a sociedade aponta, estas pessoas podem manter-se ativas e produtivas, tem capacidade de discernir o que está correto ou não, e são capazes o suficiente para atuarem como atores sociais denunciando suas dificuldades, reclamando seus direitos e atuando para um meio menos injusto aos idosos.

Apesar de todos os benefícios apresentados por meio deste curso, obviamente existem limitações quanto à ampliação de vagas, por questões estruturais e por falta de financiamento e investimento, uma vez que o curso é auto-gerido com os recursos que arrecada por meio das mensalidades pagas pelos

alunos. Entretanto, mesmo com a dificuldade na ampliação de vagas, o curso é constantemente avaliado pelos alunos, para que atenda a demanda do seu público.

Desta maneira, a UATI possui o reconhecimento não apenas de seus alunos, mas da comunidade acadêmica e da sociedade. E por meio deste curso é possível pensar em como uma política pública para a terceira idade pode ser estruturada, colocando o idoso como centro do processo, não como receptor do que será ou está prescrito. As políticas para o idoso deveriam ser também constantemente avaliadas, mas pelo público a que se destina, para que estes apontem o que está funcionando e o que deve ser alterado.

Uma política pública para o idoso tendo a educação como base, deve buscar uma proximidade com as questões da assistência social, mas também do direito, da saúde, da alimentação, da moradia, da previdência, num desenho intersectorial que permita que todos os direitos sejam contemplados e respeitados.

Assim, ao se pensar em políticas públicas para a educação na terceira idade precisa estar relacionada às necessidades reais dos idosos. Os seus contornos não devem ser de uma política que é colocada pelo poder da classe dominante sobre a classe dominada, mas sim as carências do que os idosos demandam. Atualmente percebe-se que estas políticas públicas estão presas em controvérsias, pois vão de encontro e não ao encontro dos idosos, revelando que possuem um caráter muito mais teórico do que prático e isso desencadeia numa série de problemas em relação à ineficácia das políticas públicas.

Entretanto, existem possibilidades, e estas podem ser observadas através de políticas públicas que tenham como meta as melhorias das condições de vida do idoso, que superem o reducionismo e que sejam instrumentos das pessoas da terceira idade em benefício desta população, em especial idosos das classes mais baixas, idosos abandonados, idosos doentes, idosos acamados, idosos do campo e tantos outros esquecidos, que infelizmente são apenas lembrados nas estatísticas, mas negligenciados na sociedade e nas políticas.

Como afirma Beauvoir (1990, p. 665),

A sociedade só se preocupa com o indivíduo na medida em que este rende. Os jovens sabem disso. Sua ansiedade no momento em que abordam a vida social é simétrica à angústia dos velhos no momento em que são excluídos dela. Nesse meio tempo, a rotina mascara os problemas. O jovem teme essa máquina que vai tragá-lo e tenta, por vezes, defender-se com pedradas; o velho, rejeitado por ela,

esgotado, nu, não tem mais que os olhos para chorar. Entre os dois, a máquina gira, esmagando homens que se deixam esmagar porque nem sequer imaginam que podem escapar. Quando compreendemos o que é a condição dos velhos, não podemos contentar-nos em reivindicar uma “política da velhice” mais generosa, uma elevação das pensões, lazeres organizados. É todo o sistema que está em jogo, e a reivindicação só pode ser radical: mudar a vida.

Assim, o compromisso com os idosos e a velhice deve ser assumido por toda a sociedade, visto que a longevidade é um fenômeno posto. Espera-se que o interesse em novas pesquisas tendo a terceira idade como objeto e/ou problemática seja consolidado, nos diferentes campos de atuação. E, estima-se que esta investigação sirva de impulso a outras pesquisas, pois embora existam trabalhos desenvolvidos nesta área, as atuais pesquisas ainda são incipientes para apresentar respostas para esta demanda.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. S. Sujeitos não-alfabetizados: sujeitos de direitos, necessidades e desejos. *In*: SOARES, L. **Aprendendo com a diferença**: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ALMEIDA, V. L. V. Imagens da velhice: o olhar antropológico. **A terceira idade**, São Paulo, v. 10, n. 15, p 35-40, dez. 1998.

BALTES, P. B; SMITH, J. Novas fronteiras para o futuro do envelhecimento: da velhice bem sucedida do idoso jovem aos dilemas da Quarta Idade. **A terceira idade**, São Paulo, v. 17, n. 36, jun. 2006.

BATISTA, A. S. *et al.* **Envelhecimento e dependência**: desafios para a organização da proteção social. Brasília: MPS/SPPS, 2008. (Coleção Previdência Social, v. 28)

BAZO, M. T. Aportaciones de las personas mayores a la sociedad: analisis sociológico. **REIS**, Madri, n. 73, 1996, p. 209-222.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BONETI, L. W. **Educação, exclusão e cidadania**. Ijuí: Unijuí, 1997.

BORGES, M. C. M. O idoso e as políticas públicas e sociais no Brasil. *In*: VON SIMSON, O. R. M; NERI, A. L; CACHIONI, M. (org.) **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas: Alínea, 2003. p. 79-104.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Decreto nº 9.912-A de 26 de março de 1888**. Dispõe sobre ao direito de aposentadoria aos funcionários dos Correios. Rio de Janeiro, 1888.

_____. **Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923**. Dispõe sobre a Caixa de Aposentadoria e Pensões. Rio de Janeiro, 1923.

_____. **Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930**. Dispõe sobre a criação do Ministério do Trabalho e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1930.

_____. **Lei nº 3.807/60 de 26 de agosto de 1960.** Dispõe sobre a Lei Orgânica de Previdência Social. Rio de Janeiro, 1960.

_____. **Lei nº 4.214/63 de 2 de março de 1963.** Dispõe sobre o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural. Brasília, 1963.

_____. **Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro de 1966.** Dispõe sobre a implantação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

_____. **Lei nº 6.036 de 1º de maio de 1974.** Dispõe sobre a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPS). Brasília: 1974.

_____. **Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre a criação do Sistema Único de Saúde. Brasília, 1990.

_____. **Lei 8742 de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília, 1993.

_____. **Parecer CNB/CEB 11/2000 de 5 de maio de 2000.** Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Brasília: MEC, 2000.

_____. **Lei 10172 de 9 de janeiro de 2001.** Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2001.

_____. **Lei nº 10741 de 3 de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.

_____. **Lei nº 8842 de 4 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Brasília, 1994.

BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2002.

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira:** uma contribuição demográfica. Texto para discussão n. 858. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

_____. *et al.* Famílias: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidade. *In:* CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros:** muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p.137-168.

_____. Mecanismos de proteção social para a população idosa. *In*: RIOS-NETO, E. L. G. **A população nas políticas públicas: gênero, geração e raça**. Brasília: CNPD: UNFPA, 2006. p. 67-71.

_____. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, A. A; EL GHAOURI, S. K. **Famílias com idosos: ninhos vazios?** Texto para discussão n. 950. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

CAMARANO, A. A; PASINATO, M. T. **Envelhecimento funcional e suas implicações para a oferta de trabalho brasileira**. Texto para discussão n. 1326. Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

CAMARANO, A. A; KANSO, S; LEITÃO e MELLO, J. Como vive o idoso brasileiro? *In*: CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004a. p. 25-74.

_____. Quão além dos 60 poderão viver os idosos brasileiros? *In*: CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004b. p. 77-106.

CAMARANO, A. A; PASINATO, M. T. **Envelhecimento funcional e suas implicações para a oferta da força de trabalho brasileira**. Texto para discussão n. 1326. IPEA: Rio de Janeiro, 2008.

CAMARANO, A. A; PASINATO, M. T. Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina. **Papeles de Población**, Toluca, n. 52, p. 9-45, abr./jun. 2007.

_____. Introdução. *In*: CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004a. p. 1-24.

_____. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. *In*: CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004b. p. 253-292.

CAMPOS, C. M. **Saberes docentes e autonomia dos professores**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, O. P. **Envelhecer: um encontro inesperado?** Sapucaí do Sul: Notadez, 2001.

CELICH, K. L. S.; BORDIN, A. Educar para o autocuidado na terceira idade: uma proposta lúdica. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 5, n.1, p. 119-129, jan./jul. 2008.

CENEVIVA, W. Estatuto do idoso, constituição e código civil: a terceira idade nas alternativas da lei. **A terceira idade**, São Paulo, v. 15, n. 30, maio. 2004.

CEOLIN, C. E. G. Universidade e idoso: mudanças de perspectivas através do contexto educacional. **Caderno Adultos**, Santa Maria, n. 4, p. 109-118, 2000.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHEPTULIN. A. **A dialética materialista**. São Paulo: Alfa-Ômega, 2004.

CÍCERO, M. T., 103-44 a.C. **Saber envelhecer**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

COBAP. **Compromisso com a seguridade social**. Brasília: Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – COBAP, 2007.

COE, R. M.; MORLEY, J. E.; TUMOSA, N. Social and community aspects of aging. **Aging successfully**, Saint Louis, v. 15, n. 2, p. 4-20, summer, 2005.

COUFFIGNAL, G. O poder civil na América Latina: um modelo de democracia? **Seminário Internacional dos 40 Anos da Universidade Federal de Santa Maria: a América Latina no Alvorecer do Novo Milênio**. Santa Maria: UFSM, 2000.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. *In: _____ (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.p. 279-301.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? *In: MATO, D. (Org.) **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización***. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 95-110.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez. Brasília: MEC, UNESCO, 1999.

DEMO, P. Marginalização digital: digital divide. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 33, n.2, p. 5-19, maio/ago. 2007.

DIETERLEN, P. Derechos necesidades básicas y obligación institucional. *In*: ZICCARDI, A. (Org). **Pobreza Desigualdad Social y Ciudadanía los Limites de Las Políticas Sociales en América Latina**. Buenos Aires. CLACSO, 2001. p. 13-22.

DOLL, J. Bem-estar na velhice: mitos, verdades e discursos ou a gerontologia na pós-modernidade. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 3, n.1, p. 9-21, jan./jul. 2006.

DOLL, J. Educação e envelhecimento: fundamentos e perspectivas. **A terceira idade**, São Paulo, v. 19, n. 43, p.7-26, out. 2008.

FERNANDES, D. G. **Alfabetização de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERNANDES, F. **As pessoas idosas na legislação brasileira: direito e gerontologia**. São Paulo: LTr, 1997.

FERRIGNO, J. C. A co-educação entre as gerações: um desafio da longevidade. **A terceira idade**. São Paulo, v. 17, nº 37, p. 16-26, out. 2006.

FERRIGNO, J. C. Ação cultural e terceira idade. **A terceira idade**. São Paulo, v. 16, n. 32, p. 24-35, fev. 2005.

FONTE, I. B. Diretrizes internacionais para o envelhecimento e suas conseqüências no conceito de velhice. Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 12, 2002, Ouro Preto, **Anais do XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, ABEP, 2002.

FRAIMAN, A. P. **Coisas da idade**. São Paulo: Hermes, 1988.

FRIEDE, R. **Democracia e regime democrático**. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/DemocraciaRD.pdf>, acessado em 08/11/2009.

FREIRE JUNIOR, A. B. **O controle judicial de políticas públicas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FURTADO, E. S. Terceira Idade: enfoques múltiplos. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p.121-147, nov. 1997.

FURTER, P. **Educação e vida**. Petrópolis: Vozes, 1976.

GADOTTI, M. **A educação contra a educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GAGLIETTI, M; BARBOSA, M. H. S. Que idade tem a velhice. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 4, nº 2, p. 136-148, jul./dez. 2007.

GIUBILEI, S. Uma pedagogia para o idoso. **A terceira idade**, São Paulo, v. 5, n. 7, p10-14, jun. 1993.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003

GOLDANI, A. M. Contratos intergeracionais e reconstrução do estado de bem estar. Por que se deve repensar essa relação para o Brasil? *In*: CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 211-252.

HENRIQUES, R; IRELAND, T. Programa nacional para la educación de jóvenes y adultos de Brasil. *In*: SINGH, M; MUSSOT, L. M. C. **Alfabetización, conocimiento y desarrollo: diálogo Sur-Sur sobre políticas públicas en materia de educación de calidad para jóvenes y adultos**. Ciudad del México: UNESCO, 2007. p.65-93.

HERÉDIA, V. B. M. A família, a educação e o envelhecimento humano: desafios para a sociedade. *In*: CASARA, M. B.; CORTELLETTI, I. A.; BOTH, A. **Educação e envelhecimento humano**. Caxias do Sul: EDUCS, 2006. p. 109-132.

IBGE. **Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980 – 2050**. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Revisão 2008, Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008**. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

_____. **Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980 – 2050**. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Revisão 2004, Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

_____. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.

_____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.

JACOBI, P. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1993.

JORDÃO NETTO, A. **Gerontologia Básica**. São Paulo: Lemos, 1997.

_____. Universidade aberta para a maturidade: avaliação crítica de uma avançada proposta educacional e social. *In*: KACHAR, V. (Org.). **Longevidade: um desafio para a educação**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 45-61.

KAZTMAN, R. **Vulnerabilidad y Exclusión social**: uma propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares. Chile: CEPAL, 2005.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KÜHNER, M. H. Do conflito ao convívio de gerações. **A terceira idade**, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 7-23, nov. 2001.

LESBAUPIN, S. F; MALERBI, F. O idoso por ele mesmo. **Revista Kairós**, São Paulo, vol. 9, n. 2, p. 51-67, dez. 2006.

LEVY, B. R. *et al.* Longevity increased by positive self-perceptions of aging. **Journal of personality and social psychology**, Washington, v. 82, n. 2, 2002, p. 261-270.

LOESER, V. **Educação e Envelhecimento**: um curso na vida de idosos de Porto Alegre. 2006. 116 f. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

LUTZ, A; TEIXEIRA, A. M. R. Escolarização de jovens e adultos: em defesa de práticas culturais. In: FARENZENA, R. C. **Educação de jovens e adultos**. Passo Fundo: UPF, 2004. p. 134-154.

MACHADO, L M. V. **Atores sociais**: movimentos urbanos, continuidade e gênero. São Paulo: Annablume, 1995.

MAIA, L. M. **MINORIAS: Retratos do Brasil de hoje**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lucianomaia/luciano102.html>, acessado em 12/10/2009.

MARILUZ, G. **Aproximación de la sociología de la vejez**. 2006. Disponível em: www.inea-argentina.com.ar. Acessado em 11 de abril de 2009.

MARTINS, C. R. *et al.* Avaliação da qualidade de vida subjetiva dos idosos. **Estudos interdisciplinares do envelhecimento**, Porto Alegre, v. 11, p. 135-154, 2007.

MARX, I. C. Sociedade civil e sociedade civil organizada: o ser e o agir. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 1019, 16 abr. 2006. Disponível em: < <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8257> >. Acesso em: 09 jan. 2010.

MEDEIROS, M; DINIZ, D. Envelhecimento e deficiência. In: CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p.107-120.

MINAYO, M. S. C.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P.M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 7-18. 2000.

MOODY, H. R. The new aging enterprise. **Occasional papers**. Washington, Academic Affairs, n. 4, p. 1-50. may. 2008.

MORAGAS, R. M. As relações intergeracionais nas sociedades contemporâneas. **A terceira idade**, São Paulo, v. 15, n.29, p.7-27. jan. 2004.

MORAGAS, R. M. **Gerontología social**: envejecimiento y calidad de vida. Barcelona: Herder, 1991.

MORANDINI, J. A velhice: uma abordagem social e jurídica. *In*: PASQUALOTTI, A.; PORTELLA, M. R.; BETTINELLI, L. A. **Envelhecimento humano**: desafios e perspectiva. Passo Fundo: UPF, 2004. p. 288-310.

MOSQUERA, J. J. M. **Educação: novas perspectivas**. Porto Alegre: Sulina, 1975.

NASCIMENTO, M. R. Feminização do envelhecimento populacional: expectativas e realidade de mulheres idosas quanto ao suporte familiar. *In*: WONG, L. L. R. (Org.). **Envelhecimento da população brasileira e aumento da longevidade**: subsídios para políticas orientadas ao bem-estar do idoso. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar/ABEP, 2000. p. 191-218.

_____. Solidariedade e velhice em contextos urbanos distintos. *In*: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15, 2006, Caxambu. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. ABEP, 2006, p 1-11.

NERI, A. L. As políticas de atendimento dos direitos da pessoa idosa expressas no Estatuto do Idoso. **A terceira idade**. São Paulo, v. 16, n. 34, p. 7-34, out. 2005.

NERI, A. L.; CACHIONI, M. Velhice bem-sucedida e educação. *In*: NERI, A. L.;

DEBERT, G.G. **Velhice e sociedade**. Campinas: Papyrus, 1999. p. 113-140.

NERI, M. *et al.* O capital dos idosos. *In*: CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 521-558.

NEVES, L. M. W. (org). **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2008.

NOVAES, M. H. **Psicologia da terceira idade**. Rio de Janeiro: Nau, 1997.

OLIVEIRA, F. S. **A implementação do estatuto do idoso nas áreas de saúde e educação pela prefeitura municipal de Ponta Grossa**. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2006.

OLIVEIRA, R. C. S. Docência para a terceira idade. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 21-32, 2001.

_____. O processo histórico do estatuto do idoso e a inserção pedagógica na universidade aberta. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 28, p. 278-286, dez. 2007.

_____. (org). **Sociologia: consensos e conflitos**. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2001.

_____. **Terceira Idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis**. Campinas: Papyrus, 1999.

_____. Velhice: teorias, conceitos e preconceitos. **A terceira idade**, São Paulo, v.12, n. 25, p. 37-52, ago. 2002.

ONU. **Informe de la Segunda Asamblea Mundial sobre el Envejecimiento** - Madrid. Nova York: ONU, 2002.

_____. **Informe de la Primera Asamblea Mundial sobre el Envejecimiento** - Viena. Nova York: ONU, 1982.

_____. **Indicadores demográficos populacionais**. Revisão 2006.

_____. **Indicadores demográficos populacionais**. Revisão 2007.

_____. **Indicadores demográficos populacionais**. Revisão 2008.

_____. **World Population Prospects: The 2008 Revision**. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat. Nova York: ONU, 2009.

PAIVA, V. Educação Permanente: ideologia educativa ou necessidade econômico-social? *In*: PAIVA, V.; RATTNER, H. **Educação permanente e capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1985. p. 7-63.

PAIVA, V. M. B. Fundamentos psicopedagógicos para uma ação educativa em gerontologia social. **A terceira idade**, São Paulo, v. 10, n. 18, p. 39-44, dez. 1999.

PALMA, L. T. S. **Educação permanente e qualidade de vida**: indicativos para uma velhice bem-sucedida. Passo Fundo: UPF, 2000.

PAVARINI, S. C. *et al.* A arte de cuidar do idoso: gerontologia como profissão? **Revista Texto e Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 398-402, jul./set. 2005.

PASTORAL DA PESSOA IDOSA. **Estatuto da Pastoral da Pessoa Idosa**. Curitiba: PPI, 2004. Disponível em: < <http://www.pastoraldapessoaidosa.org.br> >, acessado em 10/12/2009.

PÉREZ, M. P. B. Los ancianos como actores sociales. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, Madri, n. 73, p. 225-238, 1996.

PEIXOTO, C. E. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... *In*: LINS DE BARROS, M. M. **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 69-84.

PICONEZ, S. **Educação escolar de jovens e adultos**. São Paulo: Paulinas, 2002.

POCHMANN, M. Prefácio. *In*: BATISTA, A. S. *et al.* **Envelhecimento e dependência**: desafios para a organização da proteção social. Brasília: MPS, SPPS, 2008. Coleção Previdência Social, v. 28.

PONTAROLO, R. S; OLIVEIRA, R. C. S. Terceira idade: uma breve discussão. **Publicatio UEPG**: Ponta Grossa, v. 16, n. 1, p.115-123, jun. 2008.

_____. O direito à educação prescrito no Estatuto do Idoso: uma breve discussão. *In*: Congresso de Leitura do Brasil, 16, 2007, Unicamp, **Anais do 16º COLE: No mundo há muitas armadilhas e é preciso quebrá-las**. Campinas: Unicamp, 2007, p. 1-8.

POSADA, F. V. Educación y personas mayores: algunas claves para la definición de una psicología de la educación em la vejez. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 1, n.2, p. 61-76, jul./dez. 2004

QUEIRÓZ, J. R. Barreiras à integração social do idoso. **A terceira Idade**, São Paulo, v. 10, n. 8, p. dez. 1999. p. 45-57.

QUEROZ, N. C.; NERI, A. L. Bem-estar psicológico e inteligência emocional entre homens e mulheres na meia-idade e na velhice. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 292-299, maio/ago. 2005.

RAMOS, L. R.; VERAS, R. P.; KALACHE, A. Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 211-224, 1987.

REIS, A. L. O. C. **Idosos em família: chefia ou dependência**: determinantes socioeconômicos e demográficos. 2005, 168 f. Dissertação (Mestrado em Estudos populacionais e pesquisas sociais) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2005.

RIBEIRO, V. M. **Educação de jovens e adultos**: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado de letras, 2005.

RODRIGUES, N. C. A prática pedagógica junto ao idoso. **A terceira idade**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 45-49, jun. 1993.

ROMANS, M., PETRUS, A. TRILLA, J. **Profissão educador social**, Porto Alegre: Artmed, 2003.

SÁ, J. L. M. Educação e envelhecimento. *In*: PY, L. (*et al*). **Tempo de envelhecer**: percursos e dimensões psicossociais. Rio de Janeiro: Nau, 2004.

SAAD, P. M. Transferência de apoio intergeracional no Brasil e na América Latina. *In*: CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 169-210.

SAFONS, M. P.; PESSOA, I. L. Educação, esporte, cultura e lazer para as pessoas idosas. *In*: CNDI. **Avaliação nacional dos direitos da pessoa idosa**. Texto base. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

SALGADO, M. A. **Velhice, uma nova questão social**. São Paulo: SESC, 1980.

_____. Os grupos e a ação pedagógica do trabalho social com idosos. **A terceira idade**, São Paulo, v. 18, n. 39, p. 67-78, jun. 2007.

SANTANA, H. B.; SENA, K. L. O idoso e a representação de si. **A terceira idade**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 44-53, set. 2003.

SARAIVA, I. S. **Educação de jovens e adultos**: dialogando sobre aprender e ensinar. Passo Fundo: UPF, 2004.

SAVIANI, S. **Pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2003.

_____. **Política e educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SEED. **Diretrizes curriculares estaduais para a educação de jovens e adultos**. Curitiba: SEED/PR, 2006.

SILVA JUNIOR, C. A. Dialética e pesquisa educacional no Brasil. *In*: CAVAZOTTI, M. A; NEVES, V. F. (orgs). **Práticas pedagógicas**: a prática social como mediadora da produção e apropriação do conhecimento. Curitiba: UTP, 2006, p. 61-74.

SILVA, J. C. Velhos ou idosos. **A terceira idade**, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 94-111. jan. 2003.

SILVA, T. M. N. O idoso, a educação popular e a política social. **A terceira idade**. São Paulo, v. 19, n. 42, p. 52-62, jun. 2008.

SIMÕES, J. A. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. *In*: LINS DE BARROS, M. M. **Velhice ou terceira idade?**: Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p.13-34.

SMETHURST, W. S. Envelhecimento ativo: da intenção à ação. *In*: Seminário Quantos Somos e Quem Somos no Nordeste, 2004,. Recife, **Anais do Seminário Quantos Somos e Quem Somos no Nordeste**, ABEP, 2004, p. 150-155.

SOARES, L. **Aprendendo com a diferença**: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

STAMATO, C. **Modelo de banheiro domiciliar para idosos**: uma abordagem ergonômica. 2007, 399 f. Dissertação (Mestrado em Artes e Design). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

STANO, R. C. M. T. Questões do envelhecimento e suas relações com o processo de -ensino-aprendizagem. **A terceira idade**, São Paulo, v. 18, n. 40, p. 7-14, out.2007.

STEGLICH, L. A. **Crises normais da vida adulta**. Passo Fundo: UPF, 1992.

TEODORO, A. **Globalização e educação: políticas educacionais e novos modos de governação**. São Paulo: Cortez, 2003.

TEODORO, M. F. M. **UNATI/UERJ: uma proposta de educação permanente para o cidadão idoso**. 2006, 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2006.

TONI, I. M. Educação e psicologia : interações e estratégias para uma velhice bem-sucedida. *In*: CASARA, M. B.; CORTELLETTI, I. A.; BOTH, A. **Educação e envelhecimento humano**. Caxias do Sul: EDUCS, 2006. p. 133-150.

TOURAINÉ, A. **O que é democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

TOURAINÉ, A. P. **Podemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Conferência mundial sobre a educação de adultos**. Declaração de Hamburgo. Nova York: Unesco, 1999.

_____. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Declaração de Jomtien - 1990. Nova York: Unesco, 1990.

_____. **Declaração mundial sobre educação para todos: atingindo nossos compromissos coletivos**. Declaração de Dakar – 2000. Nova York: Unesco, 2000.

VELOZ, M. C. T; SCHULZE, C. M. N; CAMARGO, B. V. Representações sociais do envelhecimento. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p 479-501, 1999.

VERAS, R. P; RAMOS, L. R; KALACHE, A. Crescimento da população idosa no Brasil: transformações e conseqüências na sociedade. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 225-233, 1987.

VIEIRA PINTO, A. **Sete lições sobre a educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1989.

WHITAKER, D. C. A. **Envelhecimento e poder**. Campinas: Alínea, 2007.

WITTER, G. P. Tarefas de desenvolvimento do adulto idoso. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n. 1, p.13-18, jan./mar. 2006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

_____. **Plan de Acción Internacional sobre el Envejecimiento**: inform sobre su ejecución. 58º Asamblea mundial de la salud, OMS, Madrid, 2005.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)